



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Leandra Sobral Oliveira

**Como viver uma boa vida? Narrativas lésbicas sobre retrocessos  
no cenário político brasileiro atual e outras possibilidades**

Rio de Janeiro

2020

Leandra Sobral Oliveira

**Como viver uma boa vida? Narrativas lésbicas sobre retrocessos no cenário político brasileiro atual e outras possibilidades**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Contemporaneidade e processos de subjetivação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amana Rocha Mattos

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

O48 Oliveira, Leandra Sobral.  
Como viver uma boa vida? Narrativas lésbicas sobre retrocessos no cenário político brasileiro atual e outras possibilidades / Leandra Sobral Oliveira. – 2020.  
133 f.

Orientadora: Amana Rocha Mattos.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia Social – Teses. 2. Lesbianidade – Teses. 3. Conservantismo – Teses. I. Valença, Marcelo Mello. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es

CDU 316.6(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Leandra Sobral Oliveira

***Como viver uma boa vida? Narrativas lésbicas sobre retrocessos no cenário político brasileiro atual e outras possibilidades***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Contemporaneidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 24 de março de 2020

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Amana Rocha Mattos - Orientadora  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Profª Drª Alexandra Cleopatre Tsallis  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Profª Drª Ana Cláudia Lima Monteiro  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Profª Drª Daniela Auad  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Profª Drª Jacqueline Ribeiro Cabral  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro

2020

À minha esposa Fabia Monica, que conheci em 21 de agosto de 2001, na sala 10.010F, UERJ. Ela e nossas filhas (Eva e Malu) são o sentido da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, em especial à minha irmã Raphaela, que soube nomear tantas coisas por mim.

Às amigas – Ana, Amanda e Rafael por todo suporte recebido ao longo desses anos. Tantos papos sobre a vida...

Agradeço às mulheres que participaram das entrevistas, pela oportunidade de trocas de vivências e afetos. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

Agradeço à Amana pela orientação, por ter sido sempre cuidadosa com as palavras e atenta em estabelecer com as orientandas uma relação de respeito e horizontalidade.

Agradeço às professoras Daniela Auad e Jacqueline Ribeiro que toparam estar comigo na qualificação deste projeto e foram fundamentais no desenho final desta pesquisa. Mulheres que admiro demais!

Agradeço às professoras Alexandra Tsallis, Ana Cláudia Monteiro, Patrícia Castro e Patrícia Albuquerque por também toparem estar comigo neste momento, trazendo contribuições tão valiosas. Cada uma de vocês é importante em minha trajetória. A vocês meu respeito e afeto.

Agradeço às companheiras de pesquisa do DEGENERÁ por tantos momentos compartilhados e carinho.

Agradeço à minha UERJ querida, que guarda tantas lembranças da minha vida, em especial, o encontro com o amor da minha vida.

Por fim, minha gratidão às companheiras de luta que possibilitaram que eu escrevesse e falasse de forma tão mais liberta sobre quem eu sou e sobre quem eu amo neste momento da história.

Os imorais  
Falam de nós  
Do nosso gosto  
Nosso encontro  
Da nossa voz  
Os imorais  
se chocam  
por nós  
Por nosso brilho  
Nosso estilo  
Nossos lençóis  
Mas um dia, eu sei  
A casa cai  
E então  
A moral da história  
Vai estar sempre na glória  
De fazermos o que nos satisfaz

*Música: Imorais*

*Voz: Zélia Duncan*

*Letra: Christiaan Oyens / Zélia Duncan*

*Ano de lançamento: 1998*

## RESUMO

OLIVEIRA, Leandra Sobral. ***Como viver uma boa vida?***: Narrativas lésbicas sobre retrocessos no cenário político brasileiro atual e outras possibilidades. 2020. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O principal objetivo deste trabalho é analisar o campo das lesbianidades a partir do seu entrecruzamento com transformações sociais e políticas vivenciadas no Brasil, em especial na segunda metade da última década (2015 - 2019). Busca realizar uma articulação entre as vivências da mulher lésbica no momento histórico marcado pela transição governamental de 2018, no complexo tensionamento de avanços, retrocessos e outras possibilidades de enfrentamento de uma existência ainda significativamente invisibilizada. Neste percurso de pesquisa/investigação, torna-se inevitável a presença de alguns analisadores, entre eles o próprio conceito de gênero, as especificidades das lesbianidades dentro da ampla temática LGBT, as Epistemologias Feministas, as transições no cenário político contemporâneo, o avanço do fundamentalismo religioso e a necessidade de valorização das narrativas autorais que ampliem o campo das lesbianidades a partir das falas das próprias lésbicas sobre quem são, seus espaços de circulação, vulnerabilidades e expectativas. Se por um lado as entrevistas realizadas em três diferentes momentos do processo eleitoral/político (setembro de 2018; março de 2019 e dezembro de 2019) - utilizadas como uma das estratégias de análise reflexiva desta pesquisa de doutorado - apontaram para um cenário restritivo ao pleno exercício das lesbianidades plurais, por outro lado revelaram potentes vias de construção de alianças nas quais o desejo pela superação dos retrocessos atuais se mostra cada vez mais inevitável.

Palavras-chave: Lesbianidades. Lésbica. Narrativas. Conservadorismo. Invisibilidade. Gênero. Retrocessos. Avanços. Política.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Leandra Sobral. ***How to live a good life? Lesbians narratives about setbacks in the current Brazilian political scenario and Other possibilities.*** 2020. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The main objective of this work is to analyze the lesbianities field from its intertwining with social and political transformations experienced in Brazil, especially in the second half of the last decade (2015 - 2019). It seeks to articulate the experiences of lesbian women in the historic moment marked by the governmental transition of 2018, in the complex tension of advances, setbacks and other possibilities of coping with an existence still significantly invisible. In this research/investigation path, the presence of some analyzers is inevitable, among them the very concept of gender, the specificities of lesbianities within the broad LGBT theme, Feminist Epistemologies, the transitions in the contemporary political scene, the advance of fundamentalism religious and the need to value the authorial narratives that expand the field of lesbianities from the speeches of the lesbians themselves about who they are, their spaces of circulation, vulnerabilities and expectations. If, on the one hand, the interviews carried out at three different moments in the electoral/political process (September 2018; March 2019 and December 2019) - used as one of the strategies for reflective analysis of this doctoral research - pointed to a restrictive scenario to the full exercise of plural lesbianities, on the other hand, revealed potent ways of building alliances in which the desire to overcome current setbacks is increasingly inevitable.

Key words: Lesbianities. Lesbian. Narratives. Conservatism. Invisibility. Gender. Setbacks. Advances. Politics.

## LISTA DE SIGLAS

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PODE	Partido Podemos (antigo PTN – Partido Trabalhista Nacional)
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
MEC	Ministério da Educação
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ONU	Organização das Nações Unidas
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado da disputa presidencial 2018 – Segundo turno Comparativo entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói (RJ) .....	26
Quadro 2 - Projetos de Decreto Legislativo.....	87
Quadro 3 - Diferenças Sexuais, por Tucker e Money.....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – breve cronologia do MHB / LGBT – Décadas de 1960 e 1970.....	49
Tabela 2 – breve cronologia do MHB / LGBT – Década de 1980.....	50
Tabela 3 – breve cronologia do MHB / LGBT – Décadas de 1990 e 2000.....	50
Tabela 4 – breve cronologia do MHB / LGBT – Década de 2010.....	51
Tabela 5 - Participantes da pesquisa .....	77

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Compilação de imagens e memes circulantes na campanha eleitoral de 2018 .....	71
Figura 2 - Panfleto distribuído na 23ª Parada LGBT (SP, Brasil, 2019) .....	89
Figura 3 - Manifesto distribuído na XVII Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo (SP, Brasil, 2019).....	113

## SUMÁRIO

	<b>PRA COMEÇAR.....</b>	<b>13</b>
1	<b>PONTO DE PARTIDA .....</b>	<b>16</b>
2	<b><i>HÁ TEMPOS</i> .....</b>	<b>20</b>
3	<b>HOMOSSEXUALIDADES, LESBIANIDADES E O QUE MAIS COUBER .....</b>	<b>32</b>
3.1	<b>Homossexualidades e lesbianidades: breves apontamentos históricos.....</b>	<b>34</b>
3.2	<b>Recentes produções sobre lesbianidades .....</b>	<b>51</b>
3.3	<b>Colcha de retalhos: considerações de articulação.....</b>	<b>60</b>
4	<b>LESBIANIDADE COMO SUSSURRO NAS NARRATIVAS LÉSBICAS DO FINAL DA DÉCADA DE 2010 .....</b>	<b>62</b>
4.1	<b>Em busca de um jeito de fazer pesquisa: breves considerações sobre neutralidade, produção de conhecimento e Epistemologias Feministas .....</b>	<b>62</b>
4.2	<b>Em busca das narrativas.....</b>	<b>66</b>
4.2.1	<b><u>O uso do WhatsApp como estratégia de coleta de dados</u> .....</b>	<b>67</b>
4.2.2	<b><u>O WhatsApp como um dos protagonistas das eleições de 2018</u>.....</b>	<b>69</b>
4.2.3	<b><u>O desenho geral da pesquisa de campo</u> .....</b>	<b>73</b>
4.2.4	<b><u>Nossas participantes</u>.....</b>	<b>76</b>
4.2.5	<b><u>Categorias de análise</u> .....</b>	<b>77</b>
4.3	<b>Narrativas de lésbicas sobre retrocessos na cena política e social brasileira: ser lésbica/sapatão, conservadorismo, Jair Bolsonaro e fundamentalismo religioso .....</b>	<b>77</b>
4.4	<b>Outras possibilidades: internet e suas redes sociais, casamento civil e televisão .....</b>	<b>104</b>
5	<b>O FUTURO A DEUS PERTENCE?!?.....</b>	<b>110</b>
	<b>INSPIRAÇÕES .....</b>	<b>115</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO A - Letras .....</b>	<b>127</b>
	<b>ANEXO B - Panfleto LGBTs contra Bolsonaro (distribuído na 23ª Parada LGBT, SP, 2019).....</b>	<b>132</b>

## PRA COMEÇAR

*Pra começar  
Quem vai colar  
Os tais caquinhos  
Do velho mundo?*

Quatro anos foi um longo percurso. O tempo dessa tese de doutorado serviu para que ela se construísse como trabalho acadêmico, mas principalmente como condição de novos encontros, de criação de laços que possibilitaram sobrevivência na adversidade. Pude ouvir histórias que ora se aproximavam das minhas próprias, e ao mesmo tempo outras tantas que contribuíram para ressignificar formas de enfrentamento.

Lá em 2016, quando topei embarcar nesse projeto, minha escolha de tema e *objeto*<sup>1</sup> era outra, tão diferente que nem sequer pude supor todas as reviravoltas pelas quais passaríamos a partir de então. Aí teve de tudo um pouco. No que diz respeito à parte acadêmica, teve mudança de orientadora, teve mudança de tema, teve mudança de metodologia, o que possibilitou uma série de novos desafios e aprendizados. No contexto mais amplo, teve *impeachment*, teve facada e teve mudança de rumo num país já tão marcado por inconstâncias e sobressaltos. E tudo isso tornou inevitável que essa tese estivesse em todas as suas entranhas impregnada de afetos, medos, resistências e transbordamentos.

Mas então como fazer com que esta tese não se limite a uma perspectiva unidirecional da realidade, logo quando a própria noção de *objeto* me coloca no lugar de pesquisadora e pesquisada? Como fazer da análise do tema e da realidade algo para além das minhas próprias expectativas? Como fazer com que os impactos das novas perspectivas governamentais pós eleições de 2018 não ofusquem a vitalidade daquilo que se potencializa no dia a dia de quem sobrevive à luta justamente porque aprendeu que esta é a única forma de ir adiante? Como lidar com a fala contida em forma de sussurro quando alguma de nós se nomeia lésbica/sapatão? Como descobrir o estopim que pode transformar esse calar em esbravejamento e potência?

---

<sup>1</sup> Destaco a palavra como estratégia de crítica a uma perspectiva de passividade usualmente atribuída à noção de objeto no campo da pesquisa científica, discussão essa que será retomada de forma mais pormenorizada no terceiro capítulo deste trabalho.

Para mim, mulher lésbica, que escolhi o campo das lesbianidades como tema de investigação, esta tese representa uma forma de resignificação da minha própria identidade. Nas conversas com outras *manas*<sup>2</sup> e no enlace com a produção acadêmica/científica, busquei refúgio e desconcerto nas experiências que ao mesmo tempo nos aproximam e nos diferenciam. Temos idades diferentes, nossas cores e nossos pontos de partida nos colocam possibilidades diversas, mas nossos amores cobrem nossos corpos com marcas muito profundas.

Nesse caminho, a busca por referências e produções sobre/em lesbianidades evidenciou ainda mais o que sempre senti na minha experiência de mundo, em diferentes contextos: que ocupamos muito pouco os espaços que permitem dar visibilidade a quem somos. Nossas batalhas vão formando um contingente individual de repertórios, mesmo que desejemos encontrar nossos pontos de apoio umas nas outras. Então, esta tese foi se desenhando como vontade de pensar e conversar sobre isso, em busca de um novo começo. O fato é que

Se você fizer uma busca na internet, reparar em seu feed de notícias em alguma rede social ou tiver alguma proximidade com a atuação e os discursos dos movimentos LGBT, vai perceber que uma palavra muito associada às lesbianidades é invisibilidade. Condição que revela efeitos normativos do gênero e da sexualidade sobre as nossas vivências. Perceber e entender processos de invisibilização foi, e permanece sendo um desafio em nossas reflexões. A troca da ordem das letras na sigla LGBT (colocando o L em primeiro plano), por exemplo, teve como objetivo sinalizar as hierarquias denunciadas por muitas mulheres, mas ainda está distante de revelar relações menos silenciadoras e desiguais no viver e fazer cotidianos. (FREITAS, 2019, p.196-197).

A academia, como reflexo de uma sociedade ainda hegemonicamente masculina, continua evidenciando o que deve e o que pode ser dito, o que não foge à regra nem mesmo dentro do próprio “Movimento LGBT”. Nesse sentido, embora haja uma relativa padronização na adoção da sigla como referente ao agrupamento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, o que favorece a manutenção da sua escolha, é necessário destacar que tal utilização não deve ser tomada de forma totalitária. Aqui, optamos por assumir postura semelhante à de Rafaela Freitas, ao adotar o uso do termo LGBT como

de amplo uso e reconhecimento social, para fazer referência aos diversos movimentos sociais cuja pauta está relacionada às demandas relativas à orientação sexual não heterossexual, e/ou às identidades de gênero travestis, trans, intersex e queer. São também utilizadas, recentemente, variações e ampliações dessa sigla, como LGBTTTQI+, para destacar as diferentes

---

<sup>2</sup> Utilizo aqui como um dos sinônimos de lésbica.

expressões das transgeneridades, as (não) identificações queer, as intersexualidades e outras possíveis identificações”. (2019, p.197-198).

Tenho buscado nos diálogos e nas trocas originadas nos alinhavos desta pesquisa de doutorado um recomeço da minha própria experiência sobre o feminino, sobre distintos marcadores daquilo que se constitui justamente no atravessamento. A cada fala, a cada conceito, a cada implicação e provocação, tenho me tornado mais atenta às múltiplas possibilidades identitárias e de expressão da sexualidade, revisitando argumentos, paradigmas e (in)certezas.

Em um mundo ainda tão naturalizante, desigual e *careta*, apenas desejo que outras mulheres sigam me enchendo de esperança de que dias melhores virão. Nesse caminho tenho conhecido gente bem legal, então o percurso tem valido à pena!

## 1 PONTO DE PARTIDA

*O que há lá fora*

*Além de todo tempo que não para de chegar?*

*Deixar o sol entrar pela janela e ver outra pessoa...*

Esse é um trabalho de muitos disparadores. Deriva de um longo agrupamento de perguntas e questionamentos, e está inevitavelmente atravessado pela implicação pessoal com o tema. Como sinalizado durante a qualificação<sup>3</sup>, trata-se de uma “pesquisa íntima”, o que evidencia um significativo jogo de tensões, desafios e ressignificações.

De certa forma, é um trabalho em construção há décadas, alinhavado das mais diferentes formas ao longo desses meus quarenta e poucos anos de idade. Nas experiências vividas e nas impermanências. De forma precoce, na experiência de mundo que me permitiu um desenho absolutamente singular sobre o ser mulher ou, fenomenologicamente falando, ser-mulher-nascida-em-Niterói-na-década-de-setenta<sup>4</sup>, tendo vindo na família em que vim e olhando o mundo do jeito que pude/posso.

Da experiência de me construir/ser construída como mulher, surge a experiência de me compreender/ser compreendida como lésbica, o que não chegou a ser trágico, no sentido metafórico do termo, mas sempre me colocou diante da sensação cortante de que havia algo em mim que me diferenciava da norma instituída.

O caminho no doutorado é mais uma das tantas tentativas de me embrenhar ainda mais numa das coisas que mais gosto de fazer: ouvir o que as pessoas têm a contar sobre suas histórias, talvez como um mero refúgio para que eu tenha uma nova oportunidade de ressignificar a minha própria trajetória. Além disso, esse processo de pesquisa também se conecta à tentativa de reencontro com as lutas de resistência, especificamente com o ativismo lésbico.

Se no início do doutorado esse desejo já se revelava de forma clara, esses quatro anos que se seguiram intensificaram ainda mais a percepção de que as pautas<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Apresentação pública de qualificação do projeto de doutorado realizada em março de 2018.

<sup>4</sup> Uma apresentação geral sobre a cidade de Niterói (RJ) será feita logo adiante.

<sup>5</sup> A palavra “pauta” será usada ao longo deste trabalho como uma estratégia didática de agrupamento categórico de questões temáticas. Numa tentativa de promover fluidez ao corpo do texto, também usaremos as palavras “movimento”, “agenda” ou “luta”. No entanto, é importante

sobre gênero e diversidade sexual estariam *no olho do furacão* de um complexo jogo social. Essa *corda bamba* apontou ainda mais a necessidade de fortalecimento na construção de estratégias de resistência/sobrevivência em diferentes grupos/coletivos, para além da manutenção de direitos já conquistados que se tornaram ameaçados ou extintos justamente nesse período da nossa história, especificamente a segunda metade da década (2015 - 2019).

Precisei revisitar minhas próprias convicções de que academia e ativismo quase nunca conseguiriam caminhar juntos, e aceitar que as formas de enfrentamento, produção e debate partem de lugares distintos, mas não necessariamente dicotômicos ou excludentes. Além disso, a entrada (e principalmente a permanência) neste doutorado demonstram a esperança de que essas produções potencializem formas de redução de estigma, violência e vulnerabilidade dentro e fora dos muros da universidade.

De qualquer forma, os últimos anos têm sido bastante árduos nesses dois *territórios* (“ciência” e “militância”). Em especial a partir de 2018, com o processo eleitoral de disputa presidencial, um percurso mais progressista de costumes e possibilidades de compreensão e expressão de diferentes modos de ser, amar e existir foi dando lugar ao retorno obscuro de uma série de valores totalizantes e conservadores sobre as nossas vidas.

Da catatonia à sátira, fomos construindo estratégias para lidar com as atuais políticas de governo que defendem a existência de uma “ideologia de gênero” nas escolas, ou que apoiam e financiam programas de abstinência sexual como estratégia de redução à gravidez na adolescência. Isso sem mencionarmos especificamente todos os desmontes que a agenda LGBT vem sofrendo na atual gestão federal, tanto no campo da segurança pública, da cultura, da educação e da saúde.

O que tem sido interessante notar é que nas conversas do dia a dia com algumas *manas* de diferentes gerações sobre avanços e retrocessos nas diferentes vivências e expressões da sexualidade, elas sinalizam uma percepção semelhante da realidade que temos enfrentado. Reverberam, de forma quase automática, em primeiro lugar, os enfrentamentos pelos quais (ainda) passamos cotidianamente por

---

reconhecer a imprecisão que esta estratégia representa, já que não existe uma única pauta (ou um único movimento, agenda ou luta) que represente as discussões sobre gênero, e/ou diversidade sexual, que são marcados por uma significativa diversidade teórica, histórica, identitária, cultural e política.

sermos mulheres. Transbordam hoje, com muito mais clareza do que conseguíamos décadas atrás, o que já conseguimos superar, mas também o tanto daquilo que (ainda) nos silencia, subjuga e mata numa sociedade que permanece extremamente hierarquizada sob bases patriarcais.

Os impactos têm sido bastante evidentes nesses últimos três/quatro anos, de forma que quis (e continuo querendo) saber se (e como) elas sofreram (nós sofremos) diretamente o impacto do jogo eleitoral de 2018 e se perceberam (percebemos) mais retrocessos ou avanços na vivência cotidiana, em um momento onde o conservadorismo foi (continua sendo) bandeira de campanha (e governo), e o fundamentalismo religioso apresentou-se como salvo-conduto. Ao dialogar com outras mulheres lésbicas, o que quis mesmo foi saber como elas têm dado conta de ser quem são.

Com esses pontos de partida, que conectam ao mesmo tempo uma trilha pessoal e profissional, apresento a seguir uma organização do percurso desta pesquisa, utilizando elementos de contextualização do momento histórico em que tais discussões estão assentadas.

O principal objetivo deste trabalho é analisar o campo das lesbianidades a partir do seu entrecruzamento com transformações sociais e políticas vivenciadas no Brasil, em especial na segunda metade da última década (2015 – 2019). Busca realizar uma articulação entre as vivências da mulher lésbica no momento histórico marcado pela transição governamental de 2018, no complexo tensionamento de avanços, retrocessos e outras possibilidades de enfrentamento de uma existência ainda significativamente invisibilizada.

Nesse percurso, o capítulo inicial, intitulado *há tempos*, se propõe a apresentar uma contextualização geral sobre todo o trabalho, destacando acontecimentos e passagens que tangenciam a linha argumentativa adotada ao longo da tese. São retomados importantes marcos para a temática LGBT (entre elas o Programa Rio Sem Homofobia, de 2004, a liberação para assinatura da união estável por pessoas do mesmo sexo, em 2011, e para o casamento civil, em 2013). Além disso, são também destacados eventos no cenário nacional que auxiliam uma compreensão mais global sobre os caminhos do nosso país nos últimos anos, entre eles o *impeachment* em 2016 e as mudanças de perspectiva politico-partidária nas eleições de 2018.

No capítulo 2, que se debruça sobre *homossexualidades, lesbianidades e o que mais couber*, a proposta é realizar uma análise sobre o tema da

homossexualidade de forma geral e sobre o tema das lesbianidades de forma mais específica, em especial no que se cruza com a realidade brasileira, em uma perspectiva histórica. Esta contextualização procura dialogar com uma proposição de análise a partir do lugar de fala, bem como alguns elementos críticos do conjunto das produções de conhecimento e articulação social.

No terceiro capítulo, intitulado *a lesbianidade como sussurro nas narrativas lésbicas do final da década de 2010: avanços e retrocessos em diferentes contextos*, é apresentado o delineamento da pesquisa de campo, composta por entrevistas semi-estruturadas com participantes lésbicas sobre avanços e retrocessos no momento de transição política das últimas eleições presidenciais (2018). Este capítulo inicia com uma breve introdução às Epistemologias Feministas, usadas como um dos referenciais metodológicos da pesquisa, apresentando em seguida o delineamento das entrevistas e a análise das narrativas das participantes, na contribuição para uma das inúmeras possibilidades de articulação com o tema desta investigação.

No capítulo 4, em que nos perguntamos se *o futuro a Deus pertence?!?*, são traçadas algumas possibilidades de articulação com uma certa expectativa de futuro em um cenário que vem se apresentando como profundamente alarmante, seja sob o ponto de vista das políticas públicas, seja com relação às alianças e possibilidades de futuro. Neste capítulo de fechamento, nos propomos a buscar elementos de transgressão e insurgência, tanto nas falas das nossas interlocutoras, quanto nas vielas acadêmicas, dos coletivos e demais formas de resistência às quais nos autorizamos aproximar.

Por fim, são trazidas algumas *inspirações*, músicas, fragmentos e passagens que me ajudaram a enfrentar e elaborar o percurso de construção desta pesquisa, como forma de rememorar encontros felizes em busca de um futuro mais animador.

## 2 *HÁ TEMPOS*

*Muitos temores nascem do cansaço e da solidão  
Descompasso, desperdício  
Herdeiros são agora da virtude que perdemos  
Há tempos tive um sonho  
Não me lembro, não me lembro*

Toda a discussão feita aqui está inevitavelmente atravessada pelo momento histórico atual, o que pressupõe o destaque a alguns importantes marcadores temporais.

Para começar, é fundamental falar sobre a situação de precariedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), minha casa ao longo da graduação em Psicologia (1999 a 2004), da especialização em gênero e sexualidade no Instituto de Medicina Social (2015 a 2016) e, agora, no doutorado em Psicologia Social (2016 a 2020).

Algumas crises institucionais foram vividas durante este percurso, entre elas a de 2016/2017, reconhecida como a pior crise da UERJ, reflexo do colapso no governo do Estado, na qual funcionários ativos e aposentados ficaram com salários atrasados, alunos de graduação com o calendário acadêmico defasado, além da crítica falta de segurança, de limpeza, de bandejão e de recursos<sup>6</sup>.

Tanto este momento, na esfera estadual, quanto o ano de 2019, na esfera federal, foram anos extremamente duros para a educação em nosso país. No que tange especificamente aos cursos de graduação e pós-graduação, o açoitado às universidades públicas liderou as notícias cotidianas, nas quais as *zebras gordas*<sup>7</sup>

<sup>6</sup> Um breve panorama deste tema pode ser acompanhado na reportagem publicada em 15 de agosto de 2018, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/08/15/trilha-do-voto-uerj-tenta-se-reerquer-depois-de-sua-pior-crise-nao-ha-dinheiro-para-pesquisa.ghtml> Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

<sup>7</sup> Expressão utilizada publicamente pelo Ministro da Educação, Abrahan Weintraub, para se referir aos professores das universidades federais e seus *altos* salários. Matéria publicada em 26 de setembro de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/weintraub-afirma-que-vai-atras-da-zebra-gorda-professores-que-ganham-de-15-mil-r-20-mil-23976141> Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

foram diretamente acusadas de promoverem *balbúrdia*<sup>8</sup> e *ideologias de esquerda*<sup>9</sup> nas salas de aula.

Voltemos um pouco, pois é importante mencionar um marcador histórico que atravessou esta pesquisa de doutorado, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016<sup>10</sup>, resultante (e precursor) de diversos desdobramentos sociais fundamentais que analisaremos ao longo desta tese.

Para as pautas em gênero e sexualidade, os anos de 2017 e 2018 representaram um período muito duro, justamente o período em que eu desenhava o projeto de qualificação. O desânimo e a tristeza, em vários momentos, foram visitantes assíduos, mas como não sucumbir ao presenciarmos a Igreja Universal *assumir* a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro?<sup>11</sup> Ou quando somos cúmplices do desmantelamento final dos Centros de Cidadania LGBT no Estado do Rio de Janeiro?<sup>12</sup> Ou quando lemos no jornal que o MEC (Ministério da Educação), por pressão da bancada religiosa no Congresso Nacional, retirou da Base Curricular as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”?<sup>13</sup> Ou quando assistimos o Brasil por mais um ano se manter como o país que mais mata pessoas LGBT no mundo e que não há nenhuma lei que criminalize ou tipifique esses crimes?<sup>14</sup>

Ou, ainda, usando a lupa específica da nossa pesquisa, o que falar sobre a imensa invisibilidade dos dados sobre as violências sofridas pelas lésbicas, ou seja,

---

<sup>8</sup> Uma das diversas matérias que ilustram essa concepção está disponível no link da reportagem e foi publicada em 30 de abril de 2019: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579> Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

<sup>9</sup> Matéria de 05 de setembro de 2019. Link da reportagem: <https://noticias.r7.com/a-esquerda-domina-as-universidades-e-destroi-futuros-05092019> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>10</sup> Acerca deste importante evento histórico, uma das indicações de análise é uma breve matéria publicada pela Revista Galileu, em 01 de novembro de 2016. Link: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff-foi-golpe-ou-crime.html> Acesso em 23 de janeiro de 2020.

<sup>11</sup> Matéria de 30 de outubro de 2016. Link da reportagem: <https://extra.globo.com/noticias/rio/marcelo-crivella-eleito-prefeito-do-rio-20386958.html> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>12</sup> Matéria de 17 de junho de 2017. Link da reportagem: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-vive-esvaziamento-de-politicas-dedicadas-populacao-lgbt-21349023> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>13</sup> Matéria de 07 de abril de 2017. Link da reportagem: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873511-bancada-evangelica-celebra-retirada-de-questao-de-genero-de-base-curricular.shtml> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>14</sup> Matéria de 25 de setembro de 2017. Link da reportagem: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/25/brasil-tem-recorde-de-lgbts-mortos-em-2017-ainda-doi-diz-parente.htm> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

onde estão os levantamentos feitos sobre os lesbocídios no Brasil<sup>15</sup>? Especialmente ao reconhecermos que,

diferente da homofobia, as violências específicas que compõem a lesbofobia estão direcionadas exclusivamente às lésbicas que sofrem não apenas por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo como, também, por serem mulheres. (SOARES; PERES; DIAS, 2017, p.2).

Mas a lista não para por aí. Como se posicionar ao ver Judith Butler<sup>16</sup> ser chamada de bruxa e agredida em sua visita a São Paulo, em 2017?<sup>17</sup> Ou o projeto que propõe criminalizar o aborto mesmo em casos de estupro?<sup>18</sup> Ou um juiz do Distrito Federal liberar o profissional de psicologia para a realização das antigas terapias de reversão da homossexualidade?<sup>19</sup> Ou a censura à arte?<sup>20</sup> Ou o brutal assassinato<sup>21</sup> da Vereadora Marielle Franco em 14 de março de 2018, conjuntamente com toda a agenda que ela representava? Ou perceber que 2018 findou e mais uma vez nenhum projeto de lei, visando garantir direitos à população LGBT, foi votado no Congresso Nacional?<sup>22</sup>

Enfim, tantos retrocessos e em parte por um aparelhamento organizado por frentes fundamentalistas cristãs de diferentes denominações dos poderes legislativo e judiciário deste país, que se revelaram de modo ainda mais articulado no processo eleitoral de 2018, indicando inclusive um provável desenho político no pleito que se aproxima em outubro de 2020 para prefeitos e vereadores.

<sup>15</sup> Matéria de 05 de junho de 2018. Link da reportagem:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/05/lesbocidio-cresce-significativamente-no-pais-alerta-dossie/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>16</sup> Filósofa nascida nos Estados Unidos em 1956 e uma das mais importantes autoras da atualidade no que tange ao debate sobre feminismo, gênero e sexualidade.

<sup>17</sup> Matéria de 10 de novembro de 2017. Link da reportagem:

<http://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofo-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>18</sup> Matéria de 08 de novembro de 2017. Link da reportagem:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/comissao-aprova-projeto-que-restringe-aborto-ate-em-caso-de-estupro> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>19</sup> Matéria de 22 de setembro de 2017. Link da reportagem:

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-federal-de-psicologia-recorre-de-decisao-que-libera-reversao-sexual-de-gays,70002012293> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>20</sup> Matéria de 25 de dezembro de 2017. Link da reportagem: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/2017-ano-em-que-censura-voltou-ameacar-as-artes-visuais-22226423> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>21</sup> Matéria de 14 de março de 2019. Link da reportagem:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116\\_307529.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html). Acesso em 27 de janeiro de 2020.

<sup>22</sup> Matéria de 07 de junho de 2018. Link da reportagem: [https://www.huffpostbrasil.com/entry/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso\\_br\\_5c33cd58e4b0bbc3e2de2ea8](https://www.huffpostbrasil.com/entry/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso_br_5c33cd58e4b0bbc3e2de2ea8). Acesso em 27 de janeiro de 2020.

Este é um fenômeno nacional, mas vivido em cada região, cidade e bairro de forma diferente. Meu habitat principal de circulação é a cidade de Niterói, onde nasci, cresci, resido e executo parte do meu trabalho, então muitos dos meus exemplos cotidianos pertencem a esta experiência específica. Além disso, outros aspectos se destacam nesse cenário: o fato de ser uma cidade de médio porte com aproximadamente 500 mil habitantes<sup>23</sup>, sendo ao mesmo tempo referência em serviços sociais, de saúde e educação do seu entorno (municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Saquarema, entre outros), o que amplia significativamente sua influência social; possuir diversas universidades e faculdades, o que confere grande efervescência intelectual e cultural à cidade, contrastando significativamente com o grande número de escolas religiosas (as principais da cidade), abrigando um complexo bastante curioso no qual coabitam ideias/práticas conservadoras e vanguardistas.

Trago alguns exemplos de Niterói, porque é a cidade no Estado do Rio de Janeiro em que moro, então, de alguma forma, os acontecimentos políticos na cidade me ajudam a compreender os fenômenos na instância mais macro. A maior parte do meu trabalho e formação acontece fora da cidade de Niterói, por isso nesta pesquisa volto-me especificamente para os meus pares, mulheres lésbicas do Estado do Rio de Janeiro. Não quis restringir a possibilidade de encontrar participantes para o estudo desta tese à cidade de Niterói, visto que minha circulação é bem mais ampla. Então a decisão foi poder entrevistar mulheres tanto da cidade que moro quanto das cidades que trabalho e estudo.

A ideia é interagir e ouvir para entendermos de que formas elas estão lidando com esta onda conservadora, de forte teor cristão, e com os retrocessos políticos causados, e se isso tem afetado ou não suas rotinas e vivências nos diferentes espaços de circulação. Estas perguntas possuem a vontade de dialogar, conversar e compreender as vivências dessas mulheres e o quanto esta troca pode ajudar no entendimento das nossas próprias experiências.

Lembro que quando pensei nos meus espaços de circulação mais afetados por este avanço fundamentalista, surgiu imediatamente para mim a família e o trabalho como os cenários mais impactados. Por exemplo: trabalhei em uma grande

---

<sup>23</sup> População oficial do último censo do IBGE em 2010: 487.562 habitantes. População estimada para o ano de 2019: 513.584 habitantes. Link dos dados: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

universidade privada do Estado do Rio de Janeiro, e a convivência na sala de professores dos *campi* tornou-se um desafio. Assim como eu tenho cada vez mais me posicionado e falado abertamente sobre ativismo LGBT, também vejo os conservadores/fundamentalistas cada vez mais fora do armário, falando em alto e bom som o quanto acham Bolsonaro perfeito para a presidência da República, o quanto é imoral discutir gênero nas escolas, como a Rede Globo é um desserviço para a população por cultivar “esse povo invertido” em suas novelas, entre tantos outros comentários cotidianos. A heterossexualidade aparece como a decência e, em vários momentos, como um desígnio de Deus.

Nessa linha de raciocínio, ainda usando Niterói como local de reflexão para pensar o atual cenário conservador sobre o qual estamos dialogando, dois acontecimentos que mobilizaram a cidade no ano de 2017 merecem destaque. O primeiro deles ocorreu no mês de março, com a indicação por parte do então vereador Carlos Jordy<sup>24</sup> (filiação ao PSC<sup>25</sup>) para transformar o então deputado federal Jair Bolsonaro (que entre os anos de 2017 e 2019 esteve filiado a três diferentes partidos políticos, PSC, PEN<sup>26</sup> e PSL<sup>27</sup>, encontrando-se atualmente sem filiação partidária) em cidadão niteroiense (Decreto Legislativo 61/2017)<sup>28</sup>.

No que diz respeito ao contexto de solicitação da titulação como cidadão niteroiense, embora

tenha feito carreira política no Rio, [Jair] Bolsonaro é natural de Campinas, São Paulo, e quando esteve em Niterói, no ano passado, a convite do então candidato a vereador Carlos Jordy, foi alvo de hostilidades e manifestações de repúdio em frente ao Clube Português, onde faria uma palestra. Durante os dias que precederam a visita, uma intensa mobilização, organizada através das redes sociais, produziu um manifesto e atos de repúdio à vinda do deputado. Em sua justificativa ao projeto, Carlos Jordy cita apenas o repasse de recursos para a compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares para a Policlínica Militar, no Fonseca, como exemplo das “benfeitorias” realizadas por Bolsonaro para a cidade de Niterói. O restante das três páginas de justificativa se dedicam à biografia do candidato a cidadão niteroiense, onde pontuam suas atuações na Câmara dos Deputados contra a campanha do desarmamento e pela proibição das cartilhas destinadas pelo MEC às escolas do ensino fundamental, classificadas por ele de ‘Kit Gay’<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> O vereador Carlos Jordy foi eleito como o deputado federal mais votado pelos eleitores da cidade de Niterói em 2018.

<sup>25</sup> Partido Social Cristão.

<sup>26</sup> Na ocasião (2017) PEN referia-se à Partido Ecológico Nacional, sendo renomeado para Patriota em abril de 2018. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriota\\_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patriota_(Brasil)) Acesso em 20 de janeiro de 2020.

<sup>27</sup> Partido Social Liberal.

<sup>28</sup> Matéria publicada em 29 de março de 2017. Disponível no link: <http://www.todapalavra.info/single-post/2017/03/29/Bolsonaro-cidadão-niteroiense>, Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>29</sup> Conforme matéria publicada em 29 de março de 2017, disponível em:

<https://www.todapalavra.info/post/2017/03/29/bolsonaro-cidad%C3%A3o-niteroiense>

O segundo acontecimento que gostaria de destacar ocorreu em maio, quando a Câmara de Vereadores de Niterói teve uma audiência pública também convocada pelo vereador Carlos Jordy para o debate sobre o Projeto Escola Sem Partido. Este evento, referente ao Projeto de Lei 49/2017 (Título do projeto: Programa Escola Sem Partido no Sistema Municipal de Ensino), contou com a presença de Flávio Bolsonaro<sup>30</sup> (filho de Jair Bolsonaro) e culminou numa noite de atos com apoiadores dos partidos *de direita*, composto por episódios de racismo, homofobia/transfobia, perseguição a professores e cartazes com os dizeres “Ustra<sup>31</sup> vive”.

Esses exemplos servem para situar que em Niterói também temos presenciado a organização de frentes conservadoras/fundamentalistas se articulando politicamente, o que não é nem de longe um fator isolado deste município. Niterói ao mesmo tempo abriga ações extremamente conservadoras e iniciativas pioneiras em diferentes setores, entre eles as políticas para diversidade. Trata-se, por exemplo, da primeira cidade do Estado do Rio de Janeiro a instaurar o Conselho LGBT como secretaria relacionada à atual proposta governamental da prefeitura<sup>32</sup>. Como podemos ver em matéria<sup>33</sup> veiculada em setembro de 2017,

Presidente do Conselho LGBT, Bruna Benevides, mulher transexual de 38 anos, recebeu a equipe do Globo Niterói no prédio da Câmara Municipal, cenário das principais batalhas travadas pela população LGBT por direitos na cidade. Uma delas foi a decisão dos vereadores de retirar as palavras diversidade e gênero do plano municipal de educação em julho de 2016.

No ano de 2018, ocorreram disputas eleitorais para os cargos de deputado federal, deputado estadual (ou distrital), senador, governador e presidente da república<sup>34</sup>. Ao analisar a realidade específica do município de Niterói, que tomamos aqui apenas como dado ilustrativo, referente ao pleito presidencial temos um resultado razoavelmente próximo da capital (Rio de Janeiro), sem alterações significativas de

---

<sup>30</sup> Na ocasião Flávio Bolsonaro exercia mandato como Deputado Estadual filiado ao PSC.

<sup>31</sup> Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi coronel do Exército Brasileiro e primeiro oficial a ser condenado por prática de tortura durante a ditadura militar (1964-1985) pela Justiça Brasileira. Mais informações disponíveis em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos\\_Alberto\\_Brilhante\\_Ustra](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_Brilhante_Ustra)

<sup>32</sup> Prefeito Rodrigo Neves, que na ocasião de sua eleição era filiado ao PT, tendo depois se filiado ao PV – Partido Verde - (2016-2017) e agora atualmente filiado ao PDT – Partido Democrático Trabalhista.

<sup>33</sup> Matéria de 16 de setembro de 2017. Link da reportagem: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/conselho-lgbt-primeiro-empossado-no-estado-assume-com-desafio-de-combater-homofobia-21830209> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

<sup>34</sup> Link da reportagem: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/conheca-as-atribuicoes-dos-cargos-que-estao-em-disputa-nas-eleicoes-2018> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

representatividade política<sup>35</sup>. O então candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) ganhou com expressiva margem de votos tanto em Niterói como no Rio de Janeiro, embora em Niterói esta vantagem tenha sido um pouco menor, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 1 - Resultado da disputa presidencial 2018 – Segundo turno Comparativo entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói (RJ)

	Candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL)	Candidato Fernando Haddad (PT)
Niterói	62,46%	37,54%
	175.730	105.606
Rio de Janeiro	66,35%	33,65%
	2.179.896	1.105.393

Ao analisar as escolhas referentes aos cargos de deputados estaduais e federais, ficam evidentes algumas interessantes comparações entre essas duas cidades. Especificamente para o cargo de deputado estadual, as votações mais expressivas na cidade de Niterói foram referentes aos candidatos Flávio Serafini, do PSOL<sup>36</sup> (9,0% dos votos, correspondente a 23.396 eleitores), Coronel Salema, do PSL (6,11% dos votos, correspondente a 15.893 eleitores) e Bagueira, do Solidariedade (5,72% dos votos, correspondente a 14.876 eleitores, mas não eleito)<sup>37</sup>. Já no que diz respeito às escolhas dos cariocas, as votações para deputado estadual mais expressivas foram referentes aos candidatos Rodrigo Amorim, do PSL (2,33% dos votos, correspondente a 69.644 eleitores), Lucinha, do PSDB<sup>38</sup> (2,11% dos votos, correspondente a 63.041 eleitores) e Alana Passos, do PSL (2,00% dos votos, correspondente a 59.803 eleitores)<sup>39</sup>.

<sup>35</sup> Link da reportagem: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-de-janeiro/niteroi-rj/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>36</sup> Partido Socialismo e Liberdade.

<sup>37</sup> Como pode ser verificado no link:

<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-de-janeiro/niteroi-rj/deputado-estadual/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>38</sup> Partido da Social Democracia Brasileira.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-de-janeiro/rio-de-janeiro-rj/deputado-estadual/> Acesso em 19 de janeiro de 2020

No âmbito da disputa eleitoral para deputado federal, os três candidatos mais votados pelos eleitores niteroienses<sup>40</sup> foram, respectivamente, Carlos Jordy, do PSL (11,67% dos votos, ou seja, 31.435 eleitores), Marcelo Freixo, do PSOL (5,99% dos votos, ou seja, 16.130 eleitores) e Talíria Petrone, do PSOL (5,49% dos votos, ou seja, 14.776 eleitores). E para os cariocas, os três candidatos mais votados como deputados federais foram Marcelo Freixo, do PSOL (7,41% dos votos, ou seja, 221.191 eleitores), Hélio Fernando Barbosa Lopes, do PSL (5,91% dos votos, ou seja, 176.273 eleitores), e Alessandro Molon, do PSB<sup>41</sup> (4,86% dos votos, ou seja, 144.906 eleitores).

O ano de 2018 representou uma evidente transformação na cena político-partidária regional e nacional, com ascensão expressiva dos partidos de direita. Enquanto em 2014 as três maiores bancadas da Câmara Federal eleitas foram PT, MDB<sup>42</sup> e PSDB<sup>43</sup>, em 2018 o PSL conseguiu um feito surpreendente, pulando de um representante em 2014 para cinquenta e um em 2018.

O PSL conseguiu eleger o segundo maior número de deputados federais<sup>44</sup>, além de outros partidos de menor representatividade, que conseguiram eleger representantes em cargos de extrema relevância. Um exemplo crucial desta mudança de cenário foi a vitória do candidato Wilson Witzel, do PSC, para a disputa pelo governo do estado do Rio de Janeiro, o que ocorreu, podemos dizer, quase no último minuto da disputa eleitoral, no que alguns nomeiam de 'Onda Bolsonaro'<sup>45</sup>.

Diversas crises internas no partido do presidente Jair Messias Bolsonaro, no entanto, o encaminharam a um pedido de desfiliação partidária em novembro de 2019, e a consequente solicitação de criação de um novo partido político, o Aliança pelo

---

<sup>40</sup> Reportagem veiculada em 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-rio-de-janeiro/niteroi-rj/deputado-federal/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>41</sup> Partido Socialista Brasileiro.

<sup>42</sup> Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>43</sup> Reportagem veiculada em 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/graficos/crescimento-psl-na-camara/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>44</sup> Reportagem veiculada em 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/graficos/crescimento-psl-na-camara/> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>45</sup> Matéria de 08 de outubro de 2018. Reportagem "Eleições 2018: os candidatos que estavam atrás nas pesquisas e foram levados por 'Onda Bolsonaro' ao segundo turno." <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45781425> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

Brasil<sup>46</sup>. No entanto, até o momento de revisão final deste trabalho, em fevereiro de 2020, o atual presidente da república permanece sem partido.

Na esfera federal, esta tem sido uma gestão marcada pela instauração de um novo modelo de controle social, em que as prerrogativas e políticas de Estado estão declaradamente fundamentadas em valores religiosos e na obediência às pautas conservadoras, contrariando de forma contundente a prerrogativa da (suposta) existência de um país laico. Como esbravejado pelo próprio presidente, em fala pública no dia 31 de maio de 2019, “O Estado é laico, mas eu sou cristão. Não está na hora do Supremo ter um ministro evangélico?”<sup>47</sup>

Durante o primeiro ano de governo, as polarizações que marcaram toda a campanha à presidência da república continuaram se mostrando intensamente presentes. Em um governo no qual a quantidade de homens e mulheres ocupando cargos de alta relevância evidencia um grande desequilíbrio<sup>48</sup>, a figura da advogada, pastora evangélica e atual ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, Damare Alves, chama atenção por algumas das suas prerrogativas na base aliada do governo. Estando à frente deste Ministério desde o início da gestão, em janeiro de 2019, justamente em um governo marcado por várias trocas ministeriais intempestivas, acumula algumas intrigantes polêmicas desde que assumiu o cargo<sup>49</sup>.

Mesmo que inegavelmente possamos reconhecer grandes avanços no que tange ao aumento da visibilidade da população LGBT, a própria vivência da homossexualidade parece ainda fortemente perpassada pela apreensão de espaços de sociabilidade marginais, e de um autorretrato que vem deflagrando grandes hiatos sociais. Quando falamos sobre a produção de políticas públicas para a população LGBT, uma maior representatividade só foi efetivamente alcançada nos anos iniciais do século XXI, mais precisamente em 2004, com a formalização do “Brasil Sem

---

<sup>46</sup> Matéria de 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/novo-partido-de-bolsonaro-tem-sua-criacao-registrada-em-cartorio> Acesso em 19 de janeiro de 2020.

<sup>47</sup> Publicação de 31 de maio de 2019 na conta oficial do twitter de @jairbolsonaro, como pode ser visualizado em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1134626765547147264>

<sup>48</sup> A atual gestão federal, durante o seu primeiro ano de governo, só contou com duas mulheres empossadas como ministras, em um total de vinte e dois ministérios: no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a ministra Damaris Alves, e no Ministério da Agricultura, a ministra Tereza Cristina. Fonte: reportagem veiculada em 01 de janeiro de 2019. Link disponível: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/veja-quem-sao-os-ministros-de-jair-bolsonaro> Acesso em 23 de janeiro de 2020.

<sup>49</sup> Reportagem de 26 de dezembro de 2019. Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/relembre-as-polemicas-da-ministra-damare-alves,e39919c669f1a41d9bdc48ec93b867c21a7urtnq.html> Acesso em 23 de janeiro de 2020.

Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BRASIL, 2004).

Vale destacar que as últimas décadas do século XX originaram políticas e programas voltados para a população LGBT, mas quase em sua totalidade envolvendo o mapeamento e a construção de políticas de saúde de combate de IST<sup>50</sup> e HIV/AIDS. O que há de novo nos programas e nas políticas mais recentes é a ampliação do foco, dando destaque ao enfrentamento da violência e da discriminação com relação à população LGBT, bem como à análise dos processos de subjetivação de grupos minoritários.

Mas o que certamente se apresenta como um imenso ganho no que tange à conquista de direitos, por outro lado denuncia de forma muitas vezes dramática as situações de violência às quais mulheres lésbicas estão cotidianamente expostas, como foi discutido em audiência pública, em julho de 2017, na Câmara Municipal de Niterói sobre o aumento da violência contra a população LGBT no Brasil e, conseqüentemente, na cidade. Como dado ilustrativo, nos últimos dois anos, o Centro de Cidadania LGBT Leste atuante nesse município registrou 732 casos de violência homotransfóbica, ou seja, praticamente um registro por dia.

Como nos afirmam Daniela Auad e Cláudia Lahni, em artigo publicado em 2013, parece cada vez mais pungente

suscitar o debate sobre a especificidade da violência contra a mulher quando os sujeitos envolvidos são mulheres lésbicas. Nesses casos, como em outros, mas de maneiras específicas, a invisibilidade e o silenciamento podem contribuir para aumentar o preconceito contra elas e tornar comuns e banais as situações de violência verbal e psicológica. (AUAD; LAHNI, 2013, p.149).

Na família os relatos são parecidos, mas com um tom mais grave, pois o ambiente doméstico é tido como privado, e assim as maiores barbaridades podem ser ditas, feitas e silenciadas. Como lidar em família com a questão da lesbianidade quando aparece na televisão a decisão do juiz que libera a “cura gay”? Ou quando, por exemplo, a propaganda política televisionada do PSC (Partido Social Cristão) a todo tempo é utilizada para enfatizar a necessidade do abafamento da discussão de questões que envolvem sexualidade e gênero nas escolas, pois há uma compreensão de que a natureza precisa “ser cumprida”, pois homens e mulheres já possuiriam os seus papéis determinados pelo sexo/natureza?

---

<sup>50</sup> Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Pensando nessas questões que começam a nortear um pouco mais do que se trata esta pesquisa, é necessário tensionar o conceito de gênero e, conseqüentemente, de sexualidade, principalmente por se tratar de um estudo que convoca as lésbicas para o protagonismo nesta empreitada. Identificamos esta necessidade por abordarmos coletivos historicamente marginalizados, o que melhor discutiremos no segundo capítulo desta tese de doutorado a partir de algumas reflexões sobre o disparador sexo/gênero<sup>51</sup>.

Refletir sobre essas questões também é perceber as desigualdades nas produções acadêmicas sobre lésbicas e gays de forma bastante significativa. Mulheres lésbicas ainda vigoram menos neste protagonismo do que homens gays. Uma possível explicação seria uma certa herança histórica que traz os homens como produtores de conhecimento e, portanto, preferem dar ênfase aos seus pares, gays ou não.

Na verdade, conheço mais homens na academia assumidamente gays e pesquisadores da temática gay do que mulheres assumidamente lésbicas e pesquisadoras das lesbianidades. Pode parecer precipitada esta colocação – e em nenhum momento quero que ela assuma tom de verdade inquestionável – mas esta é a forma como vivencio este campo. Revela, de certa maneira, quais lugares tenho percorrido na academia, e reflete o resultado de minhas buscas no Google acadêmico e portais de periódicos, em que a quantidade de material científico produzido tendo os homens gays enquanto protagonistas é enfaticamente maior que as produções que possuem as mulheres lésbicas enquanto protagonistas.

Acredito que esta pesquisa não estaria inviabilizada ao ser escrita por um homem. Anderson Guimarães, que em sua dissertação de mestrado elege a mulher lésbica como foco de seu estudo, afirma:

Desfazendo-se da ideia de que é necessário ser uma mulher lésbica para falar e escrever sobre mulheres lésbicas ou ser negro para falar de racismo, me proponho aqui a escrever partindo do ponto de vista 'de quem está de fora' para tratar questões referentes à construção identitária das mulheres lésbicas, inferindo algumas considerações e interpelações que me permito considerá-las pertinentes. (2013, p.14).

---

<sup>51</sup> Em momento mais oportuno, especificamente no capítulo 3 desta tese, contextualizaremos melhor as discussões teórico-conceituais referentes ao campo das Epistemologias Feministas, que utilizamos como uma das referências de análise da produção de conhecimento em uma perspectiva crítica.

Compreendo, mas destaco a importância da representatividade, ou seja, ser uma mulher lésbica a escrever e trazer o debate favorece o processo de visibilidade, inclusive dentro da academia. É honesto compartilhar que quero cada vez mais ver pesquisadoras assumidamente lésbicas na Psicologia investigando sobre lesbianidades, e não enquanto objetos de terceiros. Obviamente não represento todas as mulheres lésbicas, por isso suas narrativas ganham lugar central na presente pesquisa.

Tal encaminhamento se dá no sentido de buscar a afirmação das vozes dessas interlocutoras como forma de ampliação de visibilidade. Se, por um lado, podemos reconhecer a valiosa contribuição na ampliação de pesquisas, referenciais teóricos e pontos de ancoragem da discussão sobre homossexualidade nesse início de século, por outro, ainda presenciamos um número bastante escasso de estudos que valorizem o protagonismo dessas mulheres a partir das suas próprias vozes, ou seja, tendo como ponto comum a valorização das falas, das vivências, das circulações e das estratégias de mobilização de lésbicas a partir de suas próprias existências. “Sofrerão as publicações sobre lésbicas, para lésbicas e escritas por lésbicas tão invisibilizadas no campo acadêmico quanto são as mulheres lésbicas nas variadas searas da sociedade?” (LAHNI; AUAD, 2019, p.4).

Desta forma, é na brecha de uma certa escassez de estudos que partam desse protagonismo, e com a consideração básica de que a única forma de reduzir os processos de exclusão social é a partir da construção coletiva de informações sobre quem são, onde estão e como se percebem e organizam essas mulheres, que esta pesquisa de doutorado se fundamenta.

Quem sabe, talvez a pretensão aqui seja a de tentar buscar um dos caminhos possíveis para responder a seguinte questão: “como falar das práticas desejantes, com que conceitos poderia construir uma história do amor, da sexualidade, do corpo ou do medo?” (RAGO, 1998, p.15).

### 3 HOMOSSEXUALIDADES, LESBIANIDADES E O QUE MAIS COUBER

Nesse capítulo, buscamos apresentar uma análise sobre o tema da homossexualidade de forma geral e sobre o tema das lesbianidades de forma mais específica, em especial no que se cruza com a realidade brasileira. Optamos por dar destaque a produções, acontecimentos e personagens que ajudem a circunscrever um dos modos de contar esta história como forma de existência e resistência. Por ser composta por fontes, cenas e perspectivas distintas, pode em alguns momentos ter a aparência de uma colcha de retalhos, mas contar uma história é se atrever a assumir o lugar de narrador e todas as nuances que daí derivam.

Por se tratar de uma compilação, certamente não abrange a totalidade daquilo que se propõe a organizar. Nem sob o ponto de vista cronológico, nem sob o ponto de vista epistemológico, e, claro, tampouco sob o ponto de vista factual. É sobre lesbianidades em sua versão plural justamente por reconhecer fissuras e diferentes perspectivas e estratégias.

Aqui nos parece útil realizar uma breve elucidação. Optamos por trabalhar com as nomenclaturas lésbica(s) e lesbianidade(s) para seguir a maior parte das denominações atualmente utilizadas tanto nos movimentos sociais, quanto na academia e na formulação das políticas públicas. Alguns autores, no entanto, tensionam esta utilização. Um dos exemplos é o que traz Patrícia Lessa (2008), no seguinte fragmento:

Indo ao encontro das atuais propostas dos grupos lesbianos, adotamos as terminologias lesbiana e lesbiandade, em oposição aos termos lésbica e lesbianismo, que surgem no discurso científico do século XIX com conotação patológica ou ligados à criminalística (2008, p.302).

A utilização do termo lésbica para denominar a mulher homossexual não é consensual nem no campo da produção de conhecimento, nem nos movimentos sociais, na produção de políticas públicas ou na auto referência pelas mulheres de diferentes gerações que se relacionam com outras mulheres, de forma que a sua utilização no presente trabalho assume um papel didático, que não se furta a reconhecer as tensões discursivas inerentes a esta utilização.

Parte da necessidade de capturar e ao mesmo tempo transpor possíveis ferramentas que favoreçam uma compreensão expandida sobre o tema, além de se

deparar a todo momento com as implicações que surgem das discussões sobre o lugar de fala, como bem nos aponta Djamila Ribeiro (2017).

Cada experiência de lesbianidade deve ser compreendida e perpassada pelos contornos que a tornam ao mesmo tempo singular e coletiva, o que implica na recusa à adoção de modelos universais nos quais sejamos traídas a acreditar que exista um formato do “ser mulher”, ou do ser “mulher lésbica”.

Todo o tangenciamento sobre o lugar de fala parte da consideração básica de que os diferentes indivíduos estão diretamente atravessados pelos seus marcadores sociais, de forma que ao “marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p.59-60).

Tentar compreender o panorama geral do que vem sendo discutido, produzido e ressignificado sobre homossexualidades e lesbianidades torna-se, dessa forma, não apenas a condição para avançar na futura pesquisa de campo deste projeto de doutorado, mas prioritariamente a condição *sine qua non* para seguir na resistência impressa na existência de ser hoje em dia uma mulher lésbica. Em seus diferentes atravessamentos. Com suas diferentes nuances. Numa sociedade homo-lesbo-transfóbica. Que segue tratando tudo aquilo que foge ao modelo tradicional como patologia. Daí a “importância da visibilidade para colocar em questionamento a heteronormatividade, esta como regra produtora da homossexualidade como desvio” (AUAD; LAHNI, 2013, p.147).

Em especial, esse percurso se funde com as transgressões cotidianas do complexo sistema de circulações daquilo que fala de uma experiência singular e que coloca cada uma(um) de nós nos nossos *locus* de pertença, nas nossas coletividades. Cor/raça, classe social, credo, idade, trabalho, família, conjugalidade, o que nos dá e o que nos retira acessos, aquilo que nos torna mais ou menos aptas(os) a pertencermos ou sermos rechaçadas(os), mesmo que nem sempre saibamos exatamente onde gostaríamos de estar.

Nesse percurso sinuoso, balisamos nosso capítulo estrutural a partir de dois alinhamentos complementares. O primeiro deles, denominado Homossexualidades e lesbianidades: breves apontamentos históricos, propõe-se a circunscrever algumas discussões que alinharam o desenho da homossexualidade enquanto prática invertida, patológica e desviante. Diz respeito a um dos possíveis recortes sobre

lesbianidades numa breve perspectiva histórica, em que iremos trazer diferentes apontamentos que permitam uma organização minimamente didática sobre o campo. Nossa proposta neste item foi reunir alguns autores, referências conceituais e marcos que auxiliem nessa organização temática. Fizemos uma discussão inicial sobre o tema da homossexualidade na transição entre os séculos XIX e XX, e depois realizamos um salto retomando esta discussão na segunda metade do século XX, por situar (considerando-se o contexto brasileiro) o embrião do processo afirmativo do movimento lésbico de modo mais estruturado.

Em seguida, apresentamos uma pesquisa exploratória acerca da produção bibliográfica mais atual (2016 e 2017) sobre o tema das lesbianidades (pesquisas, artigos e demais produções conceituais), ou seja, as mais recentes produções acadêmicas. A partir deste mapeamento, abordamos alguns pontos de destaque na produção de conhecimento de forma a prepararmos o terreno para a pesquisa de doutorado que estamos delineando, em um item denominado Recentes produções sobre lesbianidades.

### **3.1 Homossexualidades e lesbianidades: breves apontamentos históricos**

Sabemos que não é inédito escrever sobre o percurso histórico que circunscreveu a homossexualidade enquanto uma prática patológica, mas repetir é preciso. Repetir quantas vezes for necessário para que possamos compreender que modelos e padrões são construídos dentro de um determinado recorte de tempo e de cultura. Repetir, pois presenciamos hoje movimentos dentro da nossa Psicologia, como o intitulado de Psicologia Cristã, que reproduzem o discurso de que as práticas homossexuais desviam o sujeito de sua “natureza pré-determinada”. Tais movimentos, em sua quase totalidade, atuam como agentes que combatem as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, apresentando-se a favor das terapias de reversão para homossexuais.

Assim, por se tratar de uma pós-graduação em Psicologia, vale dedicar algumas laudas para mais uma vez lembrarmos aos coleguinhas que a homossexualidade enquanto patologia foi uma construção realizada por determinados grupos na transição entre os séculos XIX e XX. Como nos apontam Maria Machado, Fernanda Piccolo, Luciana Zucco e Murilo Mota (2010),

Os argumentos para explicar a homossexualidade colocavam a questão no âmbito das áreas psicológica, biomédica e religiosa, percebendo-a como um distúrbio (fisiológico), um desvio (psicológico) ou um pecado (religioso). Mesmo na segunda metade do século XX o uso do termo 'homossexualismo' era indicativo da percepção da homossexualidade como doença, orgânica ou psicológica. Cabe lembrar que, no Brasil do século XIX e início do século XX, o homossexualismo era considerado um dos crimes mais depravados<sup>52</sup>. (MACHADO et al, 2010, p.113).

Os séculos XIX e XX são marcados pelo processo de naturalização da sexualidade e das diferenças oriundas da orientação sexual, trazendo assim para o exercício de uma cidadania restrita os sujeitos que se encontravam desviados do padrão definido como moralmente adequado, estabelecido e comprovado. Nesse sentido, a vivência ou expressão de uma sexualidade desviante, “além de ser julgada crime, era considerada causa de outros crimes. Esses ‘invertidos’ foram vistos como extremamente perigosos”. (MAZZIEIRO, 1998, p.270).

Visto como perversão, o *homossexualismo* deflagra a patologia do *invertido* como transgressor de uma sociedade na qual o prazer deve ser desvinculado da prática sexual, principalmente no caso da mulher. Mas este é um fenômeno relativamente recente, que só se tornou passível de apreensão pelos diferentes saberes e seus eleitos especialistas há pouco mais de um século, delimitando a quem pertence essa abordagem e sobre quem falar. Como discute Jeffrey Weeks,

Embora se possa argumentar que as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual têm estado, por muito tempo, no centro das preocupações ocidentais, elas eram, em geral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral. Desde então, elas têm se tornado a preocupação generalizada de especialistas, da medicina e de profissionais e reformadores morais. O tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como a história e a sociologia. Isso teve enorme influência no estabelecimento dos termos do debate sobre o comportamento sexual. A sexualidade é, entretanto, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas. (WEEKS, 2000, p.37).

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX presenciou a emergência da medicina científica e a incorporação das concepções sobre o corpo que objetivavam moldá-lo como instrumento de aprimoramento e saúde do povo, o que acaba traduzindo-se na formulação de ações educacionais (formais e informais) para os indivíduos em suas práticas culturais cotidianas. Nesse complexo

---

<sup>52</sup> Aqui a utilização do termo 'depravado' é inspirada no artigo de Mazzeiro (1998), que inclusive citamos logo no parágrafo seguinte.

cenário, os papéis de gênero fixamente demarcados e a prevalência de lugares a serem ocupados pelos corpos dos homens e das mulheres no tecido social, evidenciaram uma ordem na qual a repressão ao desvio da norma merecia o mais rápido e absoluto enquadre. Aos homens cabia a exploração do espaço público e às mulheres a administração do lar e das ações de saúde da família que poderiam garantir a higienização dos corpos e seu esperado controle sexual e reprodutivo.

Às mulheres sempre coube e continua cabendo ainda frequentemente o lugar de objeto de análise, restando um papel secundário no que tange ao protagonismo na posição de agentes de produção de conhecimento. Um dos muitos exemplos sobre isso pode ser encontrado na pesquisa de Leandra Oliveira e Ana Jacó-Vilela, ao abordarem as teses médicas na transição entre os séculos XIX e XX. Quando as temáticas estavam relacionadas ao corpo das mulheres, a quem se endereçavam essas produções? Quem eram os especialistas habilitados a promover e amplificar o conhecimento que permitiria o crescimento saudável do Estado? Como nos apontam as autoras,

os médicos se atribuíram a prerrogativa de alicerçar as bases sobre as quais toda uma nação poderia ser gerenciada. A mulher se encontra no centro de todo o esforço para a propagação de um novo modelo de família e sociedade – modelo normativo fundamentado pelo discurso médico. [...] De fato, a família constituiu-se no grande alvo destas medidas, mas é a mulher que representa a efetivação de tais práticas e saberes, pois se entende que ela deve ser educada nas regras higiênicas para que possa assim educar seus filhos, colaborando também no controle de seu esposo. (OLIVEIRA; JACÓ-VILELA, 2017, p.244).

Diversos estudos e fontes históricas sobre este período (DOMINGUES, 1933; FOUCAULT, 1985; CARRARA, 1996; LOURO, 2000; COSTA, 2004; PRIORE, 2004; GONDRA, 2004; MOTT, 2006; OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 2012) apontam para a ideia de que o saber científico foi imponente articulador das concepções que ganharam legitimidade na formação do Brasil República, entre eles com especial destaque o saber médico. Como nos afirma Michel de Certeau,

o discurso demonológico, o discurso etnográfico ou o discurso médico tomam, com respeito à possuída, ao selvagem ou ao doente, uma mesma posição: 'Eu sei melhor do que tu aquilo que dizes', quer dizer, 'Meu saber pode se colocar no lugar de onde falas' (2015, p.268).

Aos médicos e aos demais especialistas legitimados era autorizado (ou ainda é!?) todo e qualquer tipo de intervenção e orientação em prol do bom funcionamento social. A ciência do corpo e seus extratos biológicos têm permeado não apenas a

epistemologia da doença e a psicopatologia, mas também as práticas sociais que deliberam sobre o sentir e o fazer cotidianos.

Diferentes saberes científicos do século XX tentam se apropriar do terreno da sexualidade e explicar as causas do *homossexualismo* em sua classificação como desvio mental e/ou patologia. Seus legitimadores (psicólogos, médicos, educadores, religiosos, juristas) auxiliaram na produção de teorias explicativas (causais) que mesmo na segunda década do século XXI ainda encontram espaço para a propagação de representações imprecisas, restritivas e violadoras sobre identidade de gênero e orientação sexual.

Eclodem no início da segunda metade do século XX alguns estudos clássicos destinados especificamente à homossexualidade, entre eles Contribuições ao Estudo da Homossexualidade Feminina, da psicanalista Iracy Doyle (1956), Homossexualismo (masculino e feminino) e Delinqüência, de Luiz Dourado (1967) e O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual (MICHEL-WOLFROMM et al, 1970).

Não é nossa pretensão aqui realizar uma minuciosa análise da produção de conhecimento sobre o tema da homossexualidade nas obras citadas, mas dois breves fragmentos podem indicar o tom adotado na maior parte das perspectivas da época. No primeiro deles, o homossexual é descrito como um predisposto ao crime, dentre outras características devidamente peculiares, como podemos observar no fragmento de Luiz Dourado (1967) em que ele afirma que

O criminoso e o neurótico homossexual ainda possuem em comum a precocidade e a hipertrofia da vida instintiva, a instabilidade emocional, a heteragressividade e a deficiência intelectual, condições que determinam o estado periculoso e podem ensejar o crime. Semelhantes características foram encontradas praticamente em todos os homossexuais por nós estudados. Assim, não se pode fugir à relação homossexualismo e delinqüência. É óbvio que nem todo uranista é necessariamente criminoso e vice-versa, mas, em muitos casos, o homossexual, quer seja ostensivo quer seja latente, pelas características já assinaladas, geralmente presentes, é, sem dúvida, um predisposto ao crime. (DOURADO, 1967, p.12).

Seu relato referente ao trabalho realizado na Penitenciária de Mulheres do Estado da Guanabara nos entorpece com uma austera descrição deflagrando as perspectivas da época sobre a homossexualidade feminina, quando as descreve da seguinte forma:

Esta penitenciária abriga atualmente cêrca de 130 delinqüentes em sua maioria prostitutas (70%). São alojadas em cubículos individuais e dedicam-se a diversos misteres no interior da penitenciária. O homossexualismo não é incomum entre as detentas, o que vem demonstrar a exteriorização dos componentes latentes, encontrados em tôdas as mulheres e que dentro de

uma penitenciária têm campo fértil para manifestar-se. As práticas são comuns entre as prostitutas que, uma vez encarceradas, procuram aliciar parceiras para a ligação aberrante. Vítimas fáceis das experimentadas homossexuais convertem-se aquelas que ingressam pela primeira vez no ambiente carcerário e mesmo que jamais tenham tido ligações dessa natureza venham a atemorizar-se ou acovardar-se face à fama de valentes das lésbicas veteranas. Amedrontadas, entregam-se e são chamadas de 'gurias' por suas 'protetoras'. Em compensação, a 'guria' terá não só uma verdadeira leoa para defender-lhe a vida como também melhor alimentação que será conseguida de qualquer maneira por sua amiga. (DOURADO, 1967, p.80).

A década de 1960 possui características que a tornam cenário de profunda tensão. Se, por um lado, a perspectiva de se encarar a homossexualidade como patologia está fortemente impregnada na ciência da época, por outro a crescente influência dos movimentos sociais no sentido de pressionarem o saber científico a revisitar suas bases conceituais e metodológicas vai gerando mudanças nesse tecido social.

Considerando a inequívoca penetração das ideias científicas na população, analisar as questões referentes à sexualidade/homossexualidade implica obrigatoriamente no cruzamento da produção de conhecimento com o momento histórico específico vivido no Brasil. Trata-se da instauração de uma nova ordem política, na qual a perspectiva essencialista, biologizante e naturalista passa a ser combatida, inclusive pelos próprios especialistas de cada época, numa configuração que parecia exigir a compreensão do corpo e da sexualidade como dispositivos históricos e sociais, em seus complexos atravessamentos.

É nesse período que surgem importantes movimentos, como a contracultura<sup>53</sup>, buscando contestar, entre outras coisas, o discurso científico como detentor da verdade, como fornecedor do modelo correto acerca de vários aspectos da vida humana.

Os 'transgressores' trazem para a pauta cotidiana e também científica o questionamento do desenho patológico e desviante atribuído à homossexualidade. Assim, a partir da década de 1960,

há um movimento crescente de contestação dos valores, estruturas e concepções sociais. Nesse contexto, no qual se desenvolvem movimentos

---

<sup>53</sup> Movimento que teve seu auge na década de 1960, quando ganhou lugar um estilo de mobilização e contestação social utilizando novos meios de comunicação em massa, cultura *underground*, cultura alternativa ou cultura marginal, focada principalmente nas transformações da consciência, dos valores e do comportamento, na busca de outros espaços e novos canais de expressão para o indivíduo e pequenas realidades do cotidiano.

sociais como o feminista e o LGBT, as proposições científicas sobre o sexo foram amplamente questionadas e discutidas (CARRARA, 2015, p.66).

Como também destacam Francisco Portugal e Ana Jacó-Vilela (2012), no que se refere ao campo do gênero e da diversidade sexual, convergem inúmeros marcos culturais e sociais que merecem uma análise mais aprofundada. Trata-se de uma década assinalada pela luta por direitos civis (diversas manifestações nos EUA e o evento conhecido como Maio de 1968 na França como importantes analisadores), tendo como uma das bandeiras marcantes a categoria gênero.

É nesse sentido que nos apropriamos das palavras do médico René Diatkine, em palestra proferida na primeira metade da década de 1960 na França e publicada no Brasil na obra *O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual* (1970), quando ele nos lança o seguinte questionamento:

O médico terá o direito de classificar a homossexualidade no capítulo das perversões sexuais quando é sabido que muitos invertidos reclamam o direito de poderem fruir o prazer a seu modo sem por isso serem tachados de delinquentes ou de doentes? (DIATKINE, 1970, p.224).<sup>54</sup>

Embora a maior parte da produção de conhecimento sobre homossexualidade da década de 1960 ainda a trate como patologia e desvio, começam a surgir estudos e autores que passam a defender a homossexualidade como uma das possíveis expressões normais/saudáveis da sexualidade humana. Nesse mesmo cenário, vemos novas aberturas sendo delineadas, talvez inclusive como resultado das reivindicação dos movimentos sociais (entre eles os Movimentos Feministas) por novos padrões de cultura, sociabilidade e modos de existência, o que no Brasil ocorre justamente na instauração da Ditadura Militar, em 1964.

O mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos especificamente ao público LGBT (na época apenas denominado público gay, por apologia ao movimento mais amplo norte-americano), como bares, restaurantes, boates e saunas. Na realidade brasileira, um dos principais cenários de frequência da população LGBT é o Ferro's Bar, em São Paulo, que em 1967 se torna ponto de encontro frequente das lésbicas da região, o que inclui não apenas a pauta *recreativa*, mas também de

---

<sup>54</sup> Livro *O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual*, de Hélène Michel-Wolffromm. Primeira edição em francês de 1965 e primeira edição em português de 1970, baseado em conferências e debates realizados na Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, compilados e traduzidos para o português pelo Dr. Ervin Wolffenbüttel, clínico em São Paulo na época da publicação. Como informado textualmente na contracapa da publicação, trata-se de uma obra precipuamente destinada aos corpos médico e forense e às pessoas dedicadas a investigações psicológicas e sociológicas.

discussões em busca de direitos e redução da violência destinada à comunidade (CABRAL, 2015; OLIVEIRA, 2017).

Podemos afirmar seguramente que a década de 1960 abriga mundialmente uma efervescência de costumes, pautas e estratégias coletivas, sendo ainda fortemente marcada pelas concepções científicas que a antecedem, e que continuarão sendo perpetradas nas décadas seguintes. É onde podemos localizar as inevitáveis tensões que permitem as transformações dos modelos hegemônicos. Um exemplo significativo ocorre em 28 de junho de 1969 no importante protesto no bar Stonewall, em Nova York, um dos principais bares gays da época, o que é reconhecido como o grande marco mundial do movimento LGBT.

A década de 1970 começa justamente nesse campo de batalhas. Um ano após o episódio em Stonewall ocorrem as primeiras marchas gays da história (junho de 1970), caminhadas que contam com milhares de pessoas nos estados americanos de São Francisco, Los Angeles e Nova York.

No contexto científico mundial, um importante marco ocorreu em 1973, quando a APA (Associação Norte Americana de Psiquiatria) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental, demonstrando um entrecruzamento entre as pautas dos movimentos sociais e a própria revisão conceitual dos legitimadores científicos da época.

O processo de afirmação e busca de direitos deflagrado mundialmente (em especial nos EUA e na Europa) vai sendo paulatinamente absorvido na conjuntura de abafamento político ao qual nosso país estava fortemente submetido por conta da ditadura militar. Foram necessários alguns anos para que no Brasil pudesse imprimir um processo coletivo mais estruturado, ao qual convencionou-se chamar Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

No livro *Sopa de Letrinhas – Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*, de Regina Facchini (2005), temos acesso a uma descrição assertiva sobre as diferentes nomenclaturas de definição do Movimento. Inicialmente referido e auto-referido como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), também é possível encontrar a sigla MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), como em alguns documentos datados de 1993, Movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), a partir de 1995, e Movimento GLBT (de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), a partir de 1999. Também encontramos, como destaca Facchini, siglas de iniciativas

mercadológicas, como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) ou de políticas de saúde, como HSH (homens que fazem sexo com homens). De tal forma que

a proliferação de siglas e segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava as entidades que então passavam a utilizar a sigla GLBT de criar uma 'sopa de letrinhas' (FACCHINI, 2005, p.21).

Sem querer problematizar esta questão neste momento, optamos por nos referir com a utilização das siglas MHB (em especial no que tange às décadas de 1970 e 1980) e LGBT (de forma mais contemporânea).

Uma análise introdutória deste Movimento, surgido no final da década de 1970 com forte influência dos Movimentos Feministas (MF), bem como dos movimentos gays americano e europeu nas suas proposições sobre sexualidade, gênero e relações de subordinação (MACHADO *et al.*, 2010), traz à tona uma série de elementos inerentes ao entrecruzamento dos processos culturais e dos saberes legitimados pelos especialistas.

Como nos afirma Green (2000), no Brasil o movimento de gays, lésbicas e travestis pode ser oficialmente datado de 1978, no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar. Os anos mais austeros do regime de exceção vivido no Brasil permitiram que novos coletivos se organizassem, o que aconteceu diante de um cenário de forte repressão policial e reiteramento de estigmas e violências, que continuou destinando à comunidade LGBT diferentes acessos e possibilidades. Das vivências silenciosas dos guetos à articulação de novos coletivos, somente no final da década de 1970 foi possível ampliar a pauta de reivindicações do MHB (CABRAL, 2015).

Nesse período, destacamos em especial o lançamento do Jornal Lampião da Esquina<sup>55</sup>, em abril de 1978, a fundação do Grupo SOMOS (Somos: Grupo de Afirmação Homossexual), reconhecido como a primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, também nesse mesmo ano e como fruto dos efeitos do lançamento do Lampião da Esquina, e a fundação do Grupo Lésbico-Feminista, em 1979<sup>56</sup> (múltiplas fontes, entre elas OLIVEIRA, 2017).

---

<sup>55</sup> O Lampião da Esquina foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 a 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> Acesso em 24/01/2018, às 12h01.

<sup>56</sup> Tendo como principal expoente o nome de Miriam Martinho, figura histórica do Movimento Feminista e do Movimento Homossexual Brasileiro.

Como afirma Green (2000, p. 271), referindo-se à realidade brasileira, o “movimento de gays, lésbicas e travestis surgiu em 1978 no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar”, com uma década de *delay* em relação ao panorama internacional, em especial no que tange ao movimento lésbico, como nos afirmam alguns autores, entre eles Jules Falquet (2009) e Luana Oliveira (2017).

Embora possamos fazer uma retrospectiva genérica do MHB, é fundamental reconhecer que cada pauta/agenda possui bandeiras e percursos singulares, com necessidades e lutas diferentes, o que nos encaminha necessariamente à importância de distinguir homossexualidade e lesbianidade. Nas palavras de Falquet (2009), a palavra homossexualidade

possui o inconveniente de colocar no mesmo plano as opções dos homens e das mulheres, pois os homens e as mulheres que vivem essas escolhas são estruturalmente situados(as) em espaços bastante diferentes no sistema patriarcal. Além de poder ser utilizado ou reivindicado para descrever práticas individuais de mulheres, o termo “lesbianismo” se refere também a um conjunto de abordagens teóricas e movimentos sociais que problematizam essas práticas. Globalmente, no sentido político, o lesbianismo pode ser considerado uma crítica em atos e um questionamento do sistema heterossexual obrigatório de organização social. [...] Nesse sentido, o lesbianismo desestabiliza o sistema dominante, ao representar uma ruptura epistemológica fundamental e incitar uma profunda revolução cultural. (FALQUET, 2009, p.123).

No cenário nacional, o início da década de 1980 abriga diversos episódios de lutas e organização social. Ocorre, em 13 de junho de 1980, o que pode ser entendida como a primeira grande mobilização política articulada do Movimento, em São Paulo, um ato que reuniu os coletivos negro, de mulheres, LGBT e estudantil contra a violência policial periodicamente orquestrada pelo delegado José Wilson Richetti (OLIVEIRA, 2017). Nesse mesmo ano, conhecida como ‘Operação Sapatão’, em 15 de novembro foi realizada uma grande operação policial comandada pelo delegado Richetti cujo alvo específico foram as lésbicas perseguidas nos tradicionais bares da rua Martinho Prado (Ferro’s Bar, Último Tango, Canapé e Cachação), em São Paulo.

Esse período também é marcado por inúmeros episódios de articulação de coletivos homossexuais, entre eles a fundação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) em 1981 pelas ativistas Miriam Martinho e Rosely Roth, e o lançamento do periódico ChanacomChana, que circulou de 1981 a 1987, reconhecida como a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, concebido e produzido, entre outras figuras exponentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho. Não é possível deixar de mencionar que antes de 1981, mais precisamente 2 anos antes, em 1979,

mulheres ligadas aos grupos “Somos” e “Eros”, de São Paulo, foram chamadas para escrever um especial sobre lésbicas para o *Lampião da Esquina*. Era a primeira vez, no Brasil, que mulheres se reuniam para escrever coletivamente sobre sua homossexualidade, e, a partir desse encontro, elas começaram a perceber que eram necessários mais espaços para pensar as especificidades de suas identidades, práticas e vivências. (MAIA, 2018, p.37).

Segundo Maia (2018), é a partir do manuscrito deste especial para o *Lampião da esquina* que vemos os ativismos e as mobilizações consequentes gerando boletins, periódicos, etc em várias cidades do Brasil. Não apenas o *ChanacomChana*, como mencionado 43rgumentative, a década de 80 também é contemplada, por exemplo com a produção de *Um outro olhar*, que se apresenta enquanto um boletim dos anos de 1987-1994 e depois passa a ser uma revista do anos de 1995-2002.

Em 1981 são relatados os primeiros casos de AIDS nos EUA, mas apenas em 1983 o vírus é catalogado e são publicadas as primeiras pesquisas médicas sobre a doença. A epidemia assola de forma assustadora toda a década de 1980, sendo inicialmente chamada de ‘câncer gay’, o que só começa a ser revisto quando mulheres, crianças e hemofílicos aparecem infectados pelo vírus HIV. O assombro da epidemia de AIDS na década de 1980 colocou a homossexualidade em voga de uma forma inédita, retirando as discussões sobre a pauta LGBT do âmbito privado, o que permitiu a composição das primeiras políticas públicas de saúde sobre o tema.

Um importante marco para o movimento lésbico é a data de 19 de Agosto de 1983, quando a tentativa de expulsão das militantes do GALF do Ferro’s Bar, por tentarem vender o *ChanaChana*, deu origem à primeira grande manifestação lésbica brasileira, como relata Oliveira (2017).

Como outros marcos dessa década, ainda temos a retirada da homossexualidade da condição de desvio pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 e a criação da Rede de Informação Um Outro Olhar, co-fundada por Míriam Martinho (uma entidade civil e apartidária e a primeira organização brasileira a dedicar-se especialmente à saúde da mulher lésbica do país), em 1989.

No que tange especificamente à organização do MHB, podemos dizer que seu surgimento em 1978 veio acompanhado de uma rápida e efervescente expansão, em especial ao longo do ano de 1980, crises internas em especial nos anos de 1983 e 1984, que levaram a sua fragmentação como movimento organizado, e o consequente limbo político experimentado até o início da década de 1990 (FACCHINI, 2005; LESSA, 2008, OLIVEIRA, 2017).

Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS (Organização Mundial de Saúde) retirou o termo e o conceito de *homossexualismo* de sua lista de doenças mentais, declarando que “a homossexualidade não constitui doença nem transtorno nem perversão” (CARRARA, 2015, p.51), o que resultou na consequente revisão do CID-10 (Código Internacional de Doenças) com impactos diretos na produção científica de conhecimento seguinte.

Ao longo de toda a década de 1990 intensificou-se o processo afirmativo das diferentes pautas da comunidade LGBT, com destaque para uma significativa ampliação da visibilidade das especificidades referentes à identidade lésbica no Brasil. Em 1995 é fundada (em 31 de janeiro) a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), organização brasileira com o objetivo e a missão de

promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero.<sup>57</sup>

Alguns outros importantes marcadores são a realização do I Seminário Nacional de Lésbicas, em 1996, a primeira Parada do Orgulho Gay, em São Paulo (1997), a mudança de nome para Parada do Orgulho GLBT em 1999 e a Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que os psicólogos não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de práticas homossexuais.

Ainda acompanhando a cronologia de alguns fatos ou eventos referentes aos MHB e/ou LGBT, o início da década de 2000 é marcado pela morte de Cassandra Rios (1933-2002), escritora brasileira de ficção, mistério e principalmente homossexualidade feminina e erotismo, sendo uma das primeiras escritoras a tratar do tema.

Em 2003 (precisamente no dia 19 de agosto) se institui o Dia Nacional do Orgulho Lésbico<sup>58</sup>, ocorrendo logo em seguida a Primeira Caminhada Lésbica do Brasil, em São Paulo. A partir de 2008, as Paradas passam a ser denominadas LGBT, como conquista de maior visibilidade lésbica dentro do Movimento.

<sup>57</sup> Fonte: <https://www.abgl.org/>.

<sup>58</sup> Relembrando o episódio de 19 de agosto de 1983 no Ferro's Bar. A data foi oficializada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2008.

Ainda nessa década, podemos citar como alguns dos tantos marcadores históricos a formalização do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (BRASIL, 2004).

Já na década atual, destacamos cinco acontecimentos de ampliação na visibilidade do Movimento: o lançamento do documentário-filme *Cassandra Rios – a Safo de Perdizes*, de Hanna Korich, em 2013, o lançamento (neste mesmo ano) do domínio público [www.memorialgbt.com](http://www.memorialgbt.com), um periódico digital colaborativo<sup>59</sup>, a publicação do dossiê “Sapatão é Revolução! Existências e Resistências das Lesbianidades nas Encruzilhadas Subalternas”, em 2017 (*Revista Periodicus*), o lançamento do livro fotobiográfico do movimento LGBTI (1978 - 2018) – “Quando Ousamos Existir” e da *Revista Brejeiras*, no Rio de Janeiro, em 2018 e a publicação da *Coleção* em dois volumes das pesquisas, ensaios e relatos de experiência de ativistas lésbicas no ano de 2019 – *Lesbianidades Plurais: abordagens e epistemologias sapatonas*, pela editora Devires.

É claro que esta incursão sobre homossexualidades e lesbianidades numa perspectiva temporal não daria conta de contemplar todos os principais acontecimentos, personagens ou produções do período abordado, e nem era esse nosso objetivo. Prioritariamente, pretendemos revelar um dos muitos retratos possíveis sobre esta história em construção, marcadas por tensões, defasagens e (in)visibilidades.

Um dos resultados inevitáveis da nossa pesquisa exploratória consistiu em identificarmos um evidente desajuste entre a quantidade de produções sobre homossexualidade feminina e homossexualidade masculina, com preponderância de pesquisas e produções realizadas por homens sobre homens gays.

No caso da homossexualidade masculina, uma grande expressividade de estudos se encaminha para a questão das práticas sexuais de vulnerabilidade, enquanto na homossexualidade feminina muitos estudos tangenciam a questão das vivências afetivas e da própria invisibilidade. Embora agrupados no mesmo grande “movimento”, homens e mulheres homossexuais são apropriados pelo saber

---

<sup>59</sup> A Revista tem como premissa a salvaguarda e a comunicação da memória LGBT. Tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homo-lesbo-transfobia e a ausência do protagonismo LGBT em museus e espaços de memória. Bimestral, de livre acesso e disponível em diferentes formatos, a proposta é vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas.

médico/científico de formas diferentes, e vivenciam sua orientação sexual também de maneira diversa. Passaram, nas últimas décadas, a serem alvo típico dos mais diferentes especialistas, que sobre eles supõem deter o verdadeiro conhecimento. É nesse sentido que a proposição de José Bruni afirma que

A verdade não é a expressão discursiva da natureza mesma das coisas, mas o conjunto de procedimentos regrados para a produção, a distribuição e a circulação de enunciados aos quais se atribui efeitos específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros. O regime de produção da verdade é institucionalizado basicamente pela Ciência, que se apresenta como detentora dos enunciados verdadeiros. [...] Que se pense na universalidade da ciência: por falar em nome de todos os sujeitos, dispensa a fala particular. (BRUNI, 1989, p. 205-206).

Numa sociedade heteronormativa e patriarcal, A vivência e exposição da homoafetividade feminina parece inserida em sentimentos que tangenciam o que Navarro-Swain (2000) chama de política da invisibilidade. Quem são essas mulheres que se atrevem, portanto, a viver sua identidade lésbica a partir desses agenciamentos, abdicando daquilo que os costumes, as tradições e os valores majoritários delegam como o correto a ser seguido?

Ainda mais delicado do que discutir a questão da sexualidade é o enredamento daquilo que representa a vivência de mulheres e homens em sua expressão homossexual. Homens que se relacionam afetiva/sexualmente com homens e mulheres que se relacionam afetiva/sexualmente com mulheres compõem um 'objeto social' em voga, o que passa a ser capturado, como dito anteriormente, pelos meios científicos ao longo da década de 1980, com a maior visibilidade epidemiológica sobre HIV/AIDS. Era necessário criar estratégias de controle no campo da saúde pública, o que deixou visivelmente em segundo plano a compreensão mais alargada dos estudos da subjetividade e historicidade desse grupo.

“Se a História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram?” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.13). Ao partir deste intrigante questionamento, optamos por respondê-lo de forma contundente para em seguida percorrer um dos possíveis caminhos na tentativa de compor uma paisagem sobre a lesbianidades, ou a homossexualidade feminina, se assim o leitor preferir.

A História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres porque a elas sempre coube um papel secundário na própria História! As produções científicas e sociais de cada época deflagram não apenas os temas de relevância, mas os agentes legitimados neste processo discursivo. Quem escreve? Sobre o que?

Para quem? Quais temas parecem necessários a cada período da história e quais tramas permitem visibilidade ou silenciamento?

A invisibilidade da homossexualidade feminina é também apontada por Rita Rodrigues (2012, p.374), ao afirmar que

Do ponto de vista da sodomia feminina, a disparidade entre os gêneros irá tornar os atos eróticos entre mulheres ao abrigo do quase absoluto silêncio, protegendo a maioria das suas praticantes das sanções aplicadas contra os homens e levando diversos autores a defender a hipótese de inexistência ou escassez de práticas eróticas entre mulheres.

As lutas, reivindicações e transformações do século XX configuraram algumas mudanças nesse panorama, em especial a partir da segunda metade do século, sobretudo com a articulação dos Movimentos Sociais, entre eles os Movimentos Feministas, mas sabemos na pele o quanto estamos distanciados de um sistema equânime. Em especial quando nos aprofundamos nas especificidades de uma dupla invisibilidade: a de ser mulher homossexual, em especial no reconhecimento do sistema heteronormativo vigente.

São os movimentos sociais, em especial os Movimentos Feministas, que

há décadas vem denunciando a visão patriarcal dos papéis de gênero nos discursos confessionais de maneira geral e o caráter religioso de nossa cultura sexual. Assim, se hoje assistimos a um realinhamento do que a sociedade brasileira considera ou não aceitável em termos de moral sexual e dos direitos das minorias sexuais, a compreensão de tal processo implica o reconhecimento do importante papel desempenhado pelas feministas na difusão do liberalismo e na defesa de uma moral sexual laica nas sociedades ocidentais. (MACHADO et al, 2010, p. 112).

E ainda, como nos aponta Beatriz Morais (2017, p. 82),

Para entender a necessidade de um feminino lésbico, é importante entender as particularidades da opressão sofrida pela mulher lésbica e pela mulher bissexual no contexto patriarcal. A opressão sofrida pela lésbica é distinta da opressão sofrida pelo homem gay, em função da repressão da sexualidade feminina e do controle do patriarcado sobre os corpos femininos..

Nosso primeiro desafio nesta pesquisa de doutoramento é o de organizar imagens, cenários e produções sobre um tema ao mesmo tempo tão vasto/necessário e tão invisibilizado. Nesse sentido, nada mais intrigante do que a pergunta que Navarro-Swain nos faz, e sobre a qual segue argumentando:

o que se sabe da História da humanidade depende de certa racionalidade impressa nos fatos; é uma história, uma narração cujas conexões são arbitrárias. Isso significa que os olhos vêem o que querem e podem ver através de uma 'política de esquecimento': apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições

e valores que são dominantes em determinada época. (Navarro-Swain, 2000, p. 15).

Um instigante exemplo desta discussão pode ser visto no artigo de Adrienne Rich (2010, p. 21)<sup>60</sup>, em especial ao destacar a “via da heterossexualidade compulsória por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível”.

A heteronormatividade que permeia a produção científica do século XX (e, por que não dizer, também do próprio século XXI!?) demarca a dupla invisibilidade da construção discursiva sobre a existência lésbica. Como nos instiga Oliveira (2017, p.7),

trabalhar o tema da lesbianidade não é tarefa das mais fáceis. Contada quase unicamente pela voz do patriarcado, a história apagou de suas páginas a participação de mulheres lésbicas. Delas não somos agentes coletivos, mas sim objetos de narrativa.

O que muitas vezes ocorre dentro do próprio movimento LGBT, evidenciando um grande campo de tensões, como bem nos apontam Gláucia Almeida e Maria Heilborn (2008). “Na grande maioria dos casos, as práticas lésbicas são tanto condenadas como negadas nas culturas patriarcais. Dessa forma, são pouco estudadas e frequentemente deformadas” (FALQUET, 2009, p.122).

Como destacam Ana Santos, Simone Souza e Thaís Faria (2017, p.1-2) na apresentação do dossiê “Sapatão é revolução!”,

durante um longo período a lesbianidade foi tratada como um apêndice da homossexualidade gay, [...] com trabalhos que falam a partir de um olhar masculino que se faz presente na maioria das produções sobre as homossexualidades e que não capturam as especificidades da existência lésbica. [...] Não queremos com essas observações especializar as identidades ou afirmar nenhuma supremacia da produção endógena lésbica sem deixar de considerar a pluralidade de experiências dos grupos identitários. Importa-nos, porém, situar a necessidade de se tratar a lesbianidade a partir de um olhar não impregnado de valores e cultura masculina, colonizado, que atravessa as publicações sobre as homossexualidades de uma forma geral, reproduzindo especificidades do universo gay sem dar visibilidade às peculiaridades do mundo lésbico.

Em nossa sociedade, a pauta atual referente aos direitos civis da população LGBT reflete um conjunto cada vez mais amplificado de saberes e produções científicas, culturais e sociais. Por um lado, temos os indivíduos e seus coletivos impulsionando a discussão acerca das (in)visibilidades, e por outro, os saberes

---

<sup>60</sup> Heterossexualidade Compulsória e a Existência Lésbica, originalmente publicado em 1980.

científicos projetando conhecimento sobre aqueles que ora sofrem os estigmas da psicopatologia, ora são designados como novo público-alvo das políticas emergentes.

Analisar as recentes conquistas no campo dos direitos humanos deve concomitantemente trazer uma análise da cena histórica que vem se desenhando no último século, refletindo um campo de grandes tensões e violações – culturais, históricas e sociais. Se estamos socialmente expostos ao tema da sexualidade, que deixa de pertencer ao cenário eminentemente privado, ganhando contornos e maior visibilidade a cada década, ainda estamos bastante distanciados de uma realidade efetivamente plural, na qual a identidade de gênero e a orientação sexual sejam performatizadas de maneira cidadã.

Tabela 1 – breve cronologia do MHB / LGBT – Décadas de 1960 e 1970

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
Década de 1960	O mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos ao público LGBT, como bares, restaurantes, boates e saunas
Década de 1960	Embora a maior parte da produção de conhecimento sobre homossexualidade da época ainda a trate como patologia e desvio, começam a surgir estudos e autores que passam a defender a homossexualidade como uma das possíveis expressões normais / saudáveis da sexualidade humana
1964	Início da Ditadura Militar no Brasil
1967	O Ferro's Bar, em SP, começa a ser ocupado por lésbicas, tornando-se ponto de encontro e local para discussões
1969	Ocorre em 28 de junho de 1969 um importante protesto no bar Stonewall, em Nova York, o que é reconhecido como o grande marco do movimento LGBT
1970	Após um ano do protesto em Stonewall, são realizadas marchas em diferentes estados americanos (São Francisco, Los Angeles e Nova York) com milhares de pessoas como forma de celebração do processo afirmativo LGBT, identificada como a primeira marcha gay da história
1970 a 1978	Os anos mais austeros do regime de exceção vivido no Brasil permitiram que novos coletivos se organizassem, no entanto, ainda diante de um cenário de forte repressão policial e reiteramento de estigmas e violência que continuou destinando à comunidade LGBT diferentes acessos e possibilidades
1973	Em 1973, a APA (Associação Norte Americana de Psiquiatria) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental
1978	Como nos afirma Green (2000), no Brasil o movimento de gays, lésbicas e travestis pode ser oficialmente datado no ano 1978, no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar
1978	Lançamento do Jornal Lâmpião da Esquina
1978	Fundado o Grupo Somos (Somos: Grupo de Afirmação Homossexual), primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, com sua consolidação em 1979
1979	Fundação do Grupo Lésbico-Feminista (1979-1981), tendo como principal expoente o nome de Míriam Martinho (1954 - ), uma das figuras históricas do Movimento Feminista e do Movimento Homossexual Brasileiro
1979	Ativistas lésbicas dos Grupos SOMOS e EROS, de São Paulo, são convidadas para a confecção de um especial sobre lésbicas pelo Jornal Lâmpião da esquina. Como afirma Maia (2018), era a primeira vez que mulheres se reuniam para escrever sobre as questões que envolviam suas homossexualidades.

Tabela 2 – breve cronologia do MHB / LGBT – Década de 1980

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
1980	Ocorre, em 13 de junho, a primeira grande mobilização política do Movimento LGBT brasileiro, em São Paulo, um ato que reuniu o movimento negro, de mulheres, LGBT e estudantil unidos contra a violência policial que vinham sendo periodicamente orquestrada pelo delegado José Wilson Richetti. Fonte: Oliveira, 2017.
1980	Conhecida como ‘Operação Sapatão’, em 15 de novembro foi realizada uma grande operação policial comandada pelo delegado Richetti cujo alvo específico foram as lésbicas perseguidas nos tradicionais bares da rua Martinho Prado, em São Paulo (Ferro’s Bar, Último Tango, Canapé e Cachação). Fonte: Oliveira, 2017.
1980	Publicação original do artigo de Adrienne Rich “Homossexualidade compulsória e a existência lésbica” (traduzido para o português em 2010 e publicado na Revista Bagoas, n. 5).
1981	É fundado o Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF) pelas ativistas Míriam Martinho (1954 - ) e Rosely Roth (1959 – 1990)
1981 a 1987	ChanacomChana, a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, concebido e produzido, entre outras figuras expoentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho
1981	São relatados os primeiros casos de AIDS nos EUA, mas apenas em 1983 o vírus é catalogado e são publicadas as primeiras pesquisas médicas sobre a doença, que vai assolar de forma assustadora a década de 1980. Inicialmente rotulada de ‘câncer gay’, os protocolos de saúde e as informações da mídia só começam a ser revistos quando mulheres, crianças e hemofílicos aparecem infectados pelo vírus HIV, reduzindo os estigmas associados aos gays.
1983	Ocorre em 19 de agosto a primeira manifestação lésbica contra o preconceito no Brasil e outra manifestação de destaque ocorrida no Ferro’s Bar (chamado por muitos de ‘Stonewall’ brasileiro)
1985	O Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual
1987	Lançamento, em São Paulo, do Boletim Lésbico Um outro Olhar. (Maia, 2018).
1989	Criação da Rede de Informação Um Outro Olhar, co-fundada por Míriam Martinho (uma entidade civil e apartidária e a primeira organização brasileira a dedicar-se especialmente à saúde da mulher lésbica do país)
1989	Surge a Revista Um Outro Olhar, concebida e produzida, entre outras figuras expoentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho. A Revista vigora até o ano de 2002

Tabela 3 – breve cronologia do MHB / LGBT – Décadas de 1990 e 2000

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
Década de 1990	Intensificação do processo afirmativo da identidade lésbica no Brasil
1991	Fundação da ONG gaúcha Nuances
1995	É fundada em 31 de janeiro a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), organização brasileira com o objetivo e a missão de “promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero.”
1995	O Boletim Um outro olhar. Para a ser publicado no formato de Revista e fica assim até os anos 2002 (Maia, 2018)
1996	I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE)
1997	I Parada do Orgulho Gay, em SP
1999	Com mudança de nome, ocorre a Parada do Orgulho GLBT
1999	É publicada em 22/03 a Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que os psicólogos não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de práticas homossexuais
2002	Morre Cassandra Rios (1933 – 2002), aos 69 anos, a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos, sendo que 36 de suas obras foram censuradas durante a ditadura militar
2003	No dia 19 de agosto se institui o Dia Nacional do Orgulho Lésbico
2003	Ocorre a Primeira Caminhada Lésbica do Brasil, em SP
2004	Início da versão online do blog <a href="http://www.umoutroolhar.com.br">http://www.umoutroolhar.com.br</a>

2004	Formalização do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (Brasil, 2004).
2005	A Caminhada Lésbica do Brasil ocorre em Belo Horizonte
De 2008 a 2015	Funcionou a Editora Malagueta, única casa editorial de toda a América Latina especializada em literatura para mulheres homossexuais, tendo como principais figuras expoentes Laura Bacelar e Hanna Korich
2008	Com nova mudança de nome, ocorre a Parada do Orgulho LGBT devido ao movimento mundial que visa dar maior visibilidade às lésbicas

**Tabela 4 – breve cronologia do MHB / LGBT – Década de 2010**

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
2013	Lançamento do documentário-filme Cassandra Rios – a Safo de Perdizes, de Hanna Korich.
2013	Lançamento em novembro de 2013 em seu domínio público ( <a href="http://www.memorialgbt.com">www.memorialgbt.com</a> ) da Revista Memória LGBT – RMLGBT, um periódico digital colaborativo. A Revista tem como premissa a salvaguarda e a comunicação da memória LGBT. Tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homo-lesbo-transfobia e a ausência do protagonismo LGBT em museus e espaços de memória. Bimestral, de livre acesso e disponível em diferentes formatos, a proposta é vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas.
2017	Publicação do dossiê Sapatão é Revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas, Revista Periódicus, n.7, v.1, maio-out 2017.
2018	Lançamento do livro Quando Ousamos Existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018).
2018	Lançamento da Revista BREJEIRAS, na cidade do Rio de Janeiro, tendo em seu primeiro número uma entrevista com a Monica Benício, viúva da Vereadora Marielle Franco.
2019	Lançamento dos livros da Coleção Lesbianidades Plurais: Abordagens e epistemologias sapatonas pela editora Devires.

### 3.2 Recentes produções sobre lesbianidades

Bem, como parte da “arrumação da casa”, julgamos necessário também pesquisar sobre o que se tem escrito sobre lesbianidades. Escolhemos os anos de 2016 e 2017, que são os anos que precederam o momento da qualificação desta tese de doutorado. E por que isso? Por entendermos que é relevante investigar se algo que envolva a questão deste trabalho já foi pesquisado ou enfatizado em alguma produção e, também, organizar as produções recentes neste mapeamento inicial do campo.

Trata-se de uma pesquisa exploratória das produções acerca do tema e, para isso, o Google Acadêmico<sup>61</sup> foi utilizado enquanto ferramenta principal de busca dessas produções<sup>62</sup>. O disparador para as buscas foi lesbianidades e apenas textos em português foram analisados. Isso gerou o aparecimento de 182 ocorrências<sup>63</sup>, sem

<sup>61</sup> É uma das ferramentas que a empresa Google disponibiliza para acesso público à literatura acadêmica. <http://scholar.google.com.br>

<sup>62</sup> Privilegiamos a ferramenta do Google Acadêmico pela facilidade de acesso e amplitude das buscas. Oportunamente, nas próximas etapas da pesquisa de doutorado, incluiremos uma revisão complementar a partir das bases de dados Pepsico e Scielo.

<sup>63</sup> Acessos ocorridos no período de 14 a 26 de janeiro de 2018.

a inclusão de patentes e/ou citações. Nem todas as ocorrências tratavam de forma destacada e protagonista a lesbianidade. A discussão aparecia em textos que abordavam a temática LGBT como um todo. Assim, vale ressaltar também, que iremos compartilhar algumas exemplificações das leituras e análises feitas. Como o próprio item nomeia, são imagens que queremos destacar e registrar neste trabalho.

É notável a quantidade de material produzido nesses anos sobre os *modos não normativos* de se orientar sexualmente no mundo. Artigos, resumos, ensaios, textos em blogs, monografias, dissertações e teses, nos ajudando a trazer o tema para a mesa e, conjuntamente com isso, atuando no processo de diminuição das invisibilidades, silenciamentos, violências, exclusões e estigmatizações.

Logo de cara, o primeiro texto que aparece é um artigo publicado na Revista *Periodicus* em 2017, inclusive que citamos no item anterior, intitulado de “Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhas subalternas” (SANTOS; SOUZA; FARIA, 2017). Logo no resumo as autoras mencionam a escassez de produções em lesbianidades na academia e o quanto esse tema foi tratado como um apêndice da homossexualidade gay, gerando assim um certo apagamento da existência lésbica no mundo acadêmico.

Importante ressaltar a afirmação feita por Naiade Bianchi (2019, p. 65) que diz

No dossiê Sapatão é Revolução!, as referências são menos focadas em autoras fundadas em uma perspectiva lésbica; o número de citações a autores do sexo masculino é alto, empatando e até ultrapassando o número de citações a autoras do sexo feminino

Muitos materiais encontrados dialogam com o cinema. Encontramos algumas análises sobre o filme “Azul é a cor mais quente”<sup>64</sup> e destacaremos duas, bastante diferentes entre si. Em Sara Lima (2017) temos a autora afirmando que o filme ajuda a pensar na contraposição entre a corporificação das lésbicas ditas *butches* e das ditas *femmes*. Faz um texto com tom positivo e defende a película como um bom material para a diversidade das possibilidades de ser lésbica no mundo. “Dessa forma, podemos ver *Azul é a cor mais quente* como um convite para pensar a sexualidade como subjetiva e, para tanto, não enclausurada em mitos tendenciosamente pensados e disseminados” (LIMA, 2017, p.36-37).

---

<sup>64</sup> Filme francês de 2013 dirigido pelo tunisiano Abdellatif Kechiche.

Já no texto de Caroline Holanda e Ingrid Jesus (2017), o leitor é provocado a pensar se o filme é um exemplo de resistência lésbica ou de atendimento direto à ordem heterossexista. Para as autoras,

A relação entre as duas personagens, está longe de representar uma ruptura e é retratada de acordo com os moldes heteronormativos. Depois que vão morar juntas Adèle começa a dar aulas para crianças e cuidar do lar, enquanto Emma detém a força criativa e intelectual na relação. A reinterpretação desses papéis de gênero fica bastante nítida na festa que Adèle organiza para Emma: aquela cozinha e serve os convidados, enquanto esta discute arte com os amigos.

Outro artigo chamou a atenção por debruçar-se sobre um filme clássico, “Desejo Proibido”, que aborda três histórias que falam sobre relações entre lésbicas em períodos diferentes do século XX. Vagner Prado (2016) irá usar a primeira história do filme, que retrata um casal de lésbicas idosas que moram juntas em 1961 e, quando uma delas falece, a outra passa a enfrentar o não reconhecimento da família de sua companheira, o silenciamento imposto pelas instituições e a ausência de direitos. Este cenário é usado para que o autor discuta a desconstrução da homossexualidade e da família nuclear. Ele analisa a cena em que uma das personagens está na sala de espera do hospital enquanto aguarda ter notícias de sua companheira e diz

é possível perceber que, mesmo sem conhecer Edith, sua companheira de espera pressupõe que ela seja heterossexual, ao perguntar-lhe sobre seu marido. É notável que a personagem não cogita a possibilidade de Edith não ser casada. Talvez, por nossa protagonista ser uma senhora, a representação evocada por sua companheira de sala de espera faz com que ela acredite que, devido a sua idade, Edith já atendera a todo um projeto de vida estruturado por nossa cultura, o qual tem como pressuposta a heterossexualidade: nascer, crescer, namorar, casar, ter filhos/as e netos/as e envelhecer. (PRADO, 2016, p.224).

Também achamos bem interessante o trabalho de Alessandro Paulino (2016), que faz um levantamento das produções cinematográficas brasileiras dos últimos quinze anos e registra quais filmes traziam em suas narrativas o tema das lesbianidades.

Ainda no campo das artes, há um número expressivo de textos que versam sobre a telenovela e a literatura brasileiras, como vemos em Débora Mestre (2017), Ana Almeida (2017), Clara Dantas (2016) e Wilma Coqueiro (2017). Destacamos particularmente a monografia de Beatriz Pires (2016) por apresentar um raro diálogo entre lesbianidade e velhice. Seu trabalho utilizou as personagens vividas por Fernanda Montenegro (Teresa) e Natália Timberg (Estela) na novela transmitida pela

TV Globo em 2015 chamada *Babilônia*<sup>65</sup>. Teresa e Estela eram duas mulheres lésbicas idosas, casadas, e que sofreram muita rejeição do público ao aparecerem se beijando na boca no primeiro capítulo da novela das 21h. Como aponta a autora,

A inspiração para este trabalho veio principalmente por conta da reação negativa do público diante do beijo trocado pelas duas senhoras idosas no primeiro capítulo. Um gesto simples e comum entre pessoas que se gostam e se relacionam, gerou certo desconforto nos telespectadores. Por que o relacionamento chocou tanto? Seria porquê são lésbicas ou idosas? Além disto, por se tratar de personagens da terceira idade, foi possível discutir a construção social da velhice e seus aspectos, entre eles a sexualidade. Diante desta situação, surgiu o interesse de compreender como a lesbianidade e a velhice estavam sendo trabalhadas na telenovela. (PIRES, 2016, p.7-8).

A escassez de produções sobre lesbianidades e velhice é assustadora nos últimos dois anos. Naira Soares (2017), ao fazer um mapeamento de personagens LGBTs em novelas da TV Globo de 1970 a 2016, chegou à conclusão que das 156 personagens, a maioria esmagadora delas eram compostas por homens, brancos, cis, gays. Salaria que apenas uma única vez apareceu uma personagem mulher, bissexual e negra.

Pouquíssimos foram os materiais encontrados que articulassem lesbianidade e raça. A invisibilidade das mulheres negras lésbicas se torna evidente ao percebermos que das 182 ocorrências encontradas sobre lesbianidades no google acadêmico nos anos de 2016 e 2017, nem 10% do material versa sobre este diálogo. Então precisamos sinalizar que as manas-lésbicas brancas são mais contempladas em estudos na academia que as manas-lésbicas negras.

Se os corpos são discursivos, não existindo o fora do discurso (BUTLER, 2003), o que produz a academia ao não ou quase não falar sobre a existência da lésbica negra? Lembramos aqui a afirmação de Djamila Ribeiro (2017, p.38-39) de que

mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro.

---

<sup>65</sup> Novela dirigida por Dennis Carvalho em 2015.

No caso da mulher negra lésbica, temos a antítese também à heterossexualidade, sendo assim uma espécie de *Outro do Outro do Outro!* Ou como elucidam Geanine Escobar e Maria Baptista (2016, p. 290) ao escreverem que

Questões como o direito ao voto, ao trabalho, a maternidade, ao controle do próprio corpo, a luta contra a violência doméstica, entre outras, trouxeram avanços importantes relacionados à melhoria na situação de vida de muitas mulheres, principalmente nas vidas de mulheres brancas heterossexuais. Apesar de, ao longo dos séculos, terem surgido inúmeros movimentos feministas preocupados com proteção dos direitos humanos, com a participação política das mulheres, com uma legislação específica para esse grupo subalternizado, nenhum desses movimentos sociais foi capaz de refletir sobre a situação que se encontram as lésbicas negras.

Lesbianidade e negritude aparecem também no artigo de Sandra Marcelino (2016) quando a autora, a partir das narrativas de mulheres lésbicas negras apresenta reflexões delas sobre racismo e lesbofobia, assim como faz Ariana Silva (2017), que, também a partir dos discursos dessas mulheres, contribui com um material para pensarmos sobre construção de identidade em um sistema machista, lesbofóbico e racista. Ainda neste ponto, surge a tese de doutorado de Gilberta Soares (2016), que também contempla a lésbica negra, mas não somente. Um dos pontos centrais da discussão da pesquisa é a lésbica masculina, estilo *bofe*:

Na perspectiva heteronormativa, é mais aceitável que as lésbicas sejam femininas, aliás, super femininas, para demonstrar que o sexo não se descolou do gênero a despeito que seja lésbica. Dessa forma, não denuncia a invasão de um território de gênero, da mesma forma com os gays, que sejam machos, que confirmem a sua “natureza” masculina. Por conseguinte, as lésbicas com performance feminina – fitinhas – ficam invisibilizadas pelos códigos heteronormativos, com suas vivências afetivo-sexuais circunscritas em ambientes privados, enquanto lésbicas masculinas traem a invisibilidade, denunciando a identidade sexual e provocando a abjeção. (SOARES, 2016, p.18).

Por traírem a invisibilidade, colocam-se em maior vulnerabilidade. Seus corpos provocam abjeção pois não se ancoram nas referências das estruturas binárias, são deslegitimados socialmente e, com isso, não conseguem se materializar na pauta política e social, tornando-se mulheres designadas a terem um status menos humano (BUTLER, 2002). Ao mesmo tempo a lésbica dita masculina personifica a possibilidade de existência fora das referências binárias. Assim, coloca em cheque a ideia que o gênero seria a construção social do sexo e nos faz refletir sobre o que é socialmente considerado masculino e feminino.

Nesta construção essencialista, o corpo aparece como substrato fundamental, cabendo ao gênero ser sua derivação cultural. A dinâmica sexo-gênero aparece como

constitutiva do sujeito, em uma nítida evocação da lógica natureza-cultura. Historicamente sabemos o quanto o binômio sexo/gênero foi usado para contestar as características ditas femininas (naturalmente) pelas teorias feministas até meados nos anos 80, mas justo aqui cabe então o material da Butler (2003), o livro *Problemas de Gênero*, onde ela vai questionar a premissa que deu origem à distinção entre sexo/gênero. Nesta obra ela apresenta o sexo como o gênero: não natural, discursivo e cultural. Ainda afirma que as normas e as regulações que envolvem o sexo atuam nos corpos para imprimir a heterossexualidade de modo compulsório. Questionar este binômio (sexo/gênero) de modo ontológico, como propõe Butler, é também repensar a dinâmica entre natureza/cultura e sabemos que ainda é bastante presente em nosso cotidiano esta compreensão de que o sexo é natural e o gênero a construção social do sexo.

Com isso, vale lembrar os apontamentos de John Gagnon (2006) sobre a sexualidade como parte da organização social e portanto, pensar sobre como ela é aprendida, transmitida e regulada. Por que é mais fácil compreender gênero como uma construção social do que sexualidade? Por que quando a aprendemos e a incorporamos, esquecemos o seu processo de aprendizagem? O autor apresenta que, no ocidente, a sexualidade ganha forte destaque pois é vista como a geradora das famílias, que foi (ou ainda é?) vista durante muito tempo como a célula principal de formação de uma sociedade.

Sendo assim, as instituições sociais são responsáveis pela transmissão das instruções sobre como as pessoas devem adotar condutas sexualmente adequadas. O ocidente tem na reprodução uma cúmplice valiosa na formação da família, então estamos falando de instruções que têm na conduta heterossexual um importante norte. Logo, pode se concluir que a sexualidade é tanto pessoal quanto política.

Assim, como também aponta Gayle Rubin (1998), a sexualidade é um produto humano, logo não é possível ignorar os aspectos culturais e históricos ao se pensar nela. A conformação da sexualidade dentro de um determinado padrão e a marginalização do desvio nos leva à compreensão de que os atos sexuais possuem então diferentes valores, podendo ser hierarquizados. O conceito de estratificação sexual (o bom sexo e o mau sexo) mostra o quanto as práticas sexuais e os sujeitos praticantes são hierarquizados e classificados. Essa hierarquização reforça preconceitos, degradações, estigmas e a crença de que há um modelo de sexualidade a ser seguido.

Esta reflexão sobre o que é considerado masculino e feminino socialmente, seria uma boa discussão para termos nas escolas? Esta pergunta surge porque atualmente há um combate significativo às discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Por que não queremos pensar sobre o motivo de haver o azul para o menino e o rosa para a menina? Sobre o por que há uma educação (sexual) distinta para meninas e meninos?

Daí começamos a analisar os textos sobre lesbianidades e escola, campo da educação. Foram poucos os textos encontrados, ou melhor, há uma quantidade significativa de trabalhos que abordam a diversidade sexual no campo da educação e não exclusivamente das especificidades das lesbianidades na escola. As vivências lésbicas são muito pouco trazidas para o debate no meio acadêmico. Como escrevem Keith Braga, Arilda Ribeiro e Márcio Caetano (2017, p. 55),

Dito de outro modo: ainda que a intensificação destes temas, em especial com a publicação do “Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual – BSH (BRASIL, 2004)”, seja notória e com importantes contribuições, parte muitíssimo pequena de tais pesquisas não são centralizadas unicamente em sujeitos gays. O que nos provoca a pensar se as apropriações conceituais, bem como, as problematizações que temos, por exemplo, para criticar a homofobia nas escolas dão conta de questionar também a misoginia, lesbofobia, machismo e sexismo nesses espaços educativos.

Ou seja, nas ocorrências encontradas vemos um número significativo de trabalhos que argumentam sobre como professores e professoras lidam com a diversidade sexual na escola, como educadores reproduzem as normas de gênero e sexualidade em suas turmas, como a heteronormatividade modela os corpos das crianças e jovens na escola. Para exemplificar, citamos as produções de Virgínia Nunes (2016) e Katemari Rosa, Márcio Caetano e Paula Castro (2017), mas poucos materiais que falem das vivências lésbicas dentro da escola.

Há um artigo que traz uma perspectiva bem diferente da maioria, que privilegia conversar com as professoras que se identificam enquanto lésbicas ou bissexuais, ou seja, o foco se tornou a professora e não, como a maioria dos trabalhos apresenta, os alunos. Assim,

Na perspectiva de realizar um encontro apenas com professoras lésbicas e bissexuais no ano 2012, contatamos dez mulheres e conseguimos conversar com nove delas para apresentar a proposta do diálogo que consistia em conhecer suas impressões acerca da educação sexual. Nos interessava saber: essas professoras tratavam abertamente questões que envolviam sexualidades? Enfrentavam preconceitos? Como reagiam frente a situações de lesbo/bi/homo/transfobia que presenciavam? Conversamos com as nove

professoras individualmente para convidá-las, sendo que cinco delas apresentaram recusa imediata após o primeiro contato. Nas justificativas, alegaram não gostar do assunto, ter dificuldade em falar sobre o tema e ter preocupação com o risco da visibilidade, ou seja, que suas identidades fossem declaradas ainda que acidentalmente, para usar a expressão de uma delas. (MEIRELES; HOFFMAN; MAMED, 2016, p.4).

Destacamos ainda alguns poucos textos que refletem sobre os vídeos utilizados no Projeto escola sem Homofobia (2011), que é um braço do já mencionado Projeto Brasil Sem Homofobia de 2004, do Governo Federal, como presenciamos nos trabalhos de Ricardo Da Silva (2017), Edson Almeida (2016) e Isaías Oliveira Júnior (2017).

Continuando a jornada, vemos as lésbicas surgirem em trabalhos que discutem outros coletivos marginalizados, que sejam nas discussões em políticas públicas, como nos trabalhos de Murilo Moscheta, Daniele Fébole e Bárbara Anzolin (2016), Luis Veiga (2016) ou em textos que falam na formação de resistências no Brasil ou em cidades e estados da Federação, como mencionam Alexandre Dotta (2016) e Jean Batista e Tony Boita (2017).

Não encontramos um texto sequer que falasse exclusivamente de políticas públicas para lésbicas, assim como pouquíssimos textos que articulassem doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e lésbicas. Achamos o material de Monique Batista e Gustavo Zambenedetti (2017) – Uma pesquisa intervenção sobre a prevenção às IST/HIV com mulheres lésbicas e bissexuais, no qual mais da metade da população estudada era composta por mulheres bissexuais e não lésbicas. Já na dissertação de Michael Lima (2016), são apresentadas conclusões que ratificam a invisibilidade da sexualidade das mulheres lésbicas.

Destaca que a confiança na parceria e a fidelidade são estratégias de prevenção utilizadas por essas mulheres. As entrevistadas sinalizam a ausência de campanhas que falem sobre a necessidade de prevenção nas relações sexuais entre mulheres e também a falta de profissionais da área da saúde capacitados, o que segundo elas gera constrangimento e afastamento da busca pelo serviço desses especialistas, conseqüentemente as expõem a quadros de maior vulnerabilidade e exclusão social.

Relacionamento e amor entre mulheres também transitam nas produções achadas. E de cara, mais uma vez destacamos um artigo da Revista Periodicus (Volume 1, número 7, 2017) – “Sapatão é revolução” – de autoria de Danielly Mezzari e Leonardo Souza, que conversa com lésbicas sobre seus relacionamentos,

privilegiando assim suas narrativas e também uma das autoras se apresenta como alguém que de certa forma compartilha o mesmo *locus* social que as mulheres que ela entrevista. Implica-se com a pesquisa ao escrever que

Algumas preocupações/indagações nos guiam ao longo desse processo. Quem somos nós? Quem são elxs? Quais os perigos, as potências, de assumirmos um lugar? Este é um texto que se propõe a pensar, dentre outras coisas, no amor entre mulheres. O que isso significa? O que significa ser uma mulher que se assume como lésbica e produz uma pesquisa sobre outras mulheres que também chamam para si essa identidade? (MEZZARI; SOUZA, 2017, p.193).

Este artigo em particular nos serve de grande inspiração, pois há uma identificação com seu estilo de escrita, com a implicação por parte da autora, que se apresenta absolutamente misturada com o tema e isto diferencia esta produção das outras que trabalham a mesma temática.

E, para finalizar, destacamos algumas produções pontuais que articulam lesbianidades com surdez (RIBEIRO, 2017), lei Maria da Penha (MACHADO; DURÃES, 2017) e maternidade (GERENT, 2016).

Destaques expostos, notamos a ausência de trabalhos que utilizem as narrativas de lésbicas para compreender como as mesmas entendem e vivenciam o conservadorismo e seus consequentes desdobramentos na pauta política-social, em especial na interação com suas famílias e o seus locais de trabalho, o que enfatiza que esta pesquisa pode contribuir com novos diálogos e novas construções.

Concluindo nossas reflexões, a desconstrução de uma perspectiva essencialista sobre a sexualidade e a compreensão dela contida em um plano histórico e cultural foram considerações fundamentais percebidas em todos os textos citados neste item, e sabemos como é importante pensar sobre os mecanismos que desenharam – e de certa forma circulam ainda hoje -, a prática homossexual como alvo de estigmatizações.

Estas discussões e mapeamentos ajudam a pensar sobre a razão que mobiliza esta pesquisa, que é a promoção de visibilidade da mulher lésbica dentro do meio acadêmico, não apenas enquanto “objeto de estudo”, mas enquanto alguém que promove o estudo das lesbianidades e ao mesmo tempo compartilha a dor e a delícia deste lugar social composto pelo desvio da norma heterossexual. Também levanta a preocupação de garantir que essa pesquisa saia da Universidade e seja lida/vista pelas mulheres lésbicas que não estão no meio acadêmico.

### 3.3 Colcha de retalhos: considerações de articulação

O entrecruzamento proposto em nossa pesquisa impôs um grande desafio temporal, já que revelou a necessidade de criar subsídios de análise ao mesmo tempo em que os desdobramentos e tensionamentos sociais se davam. Ao buscar elementos de compreensão da realidade a partir das narrativas de lésbicas sobre avanços e retrocessos, o cenário político e elementos de conservadorismo e religiosidade inevitavelmente se impuseram no debate em questão. Não apenas foi preciso compreender o que estava acontecendo enquanto acontecia, mas também se tornou inevitável pesquisar produções que dialogassem com o tema desta pesquisa.

No percurso de catalogação da produção de conhecimento no campo da pesquisa, alguns dados bastante interessantes são revelados. Em janeiro de 2018, fiz o levantamento das produções em lesbianidades dos anos de 2016 e 2017. Realizei o levantamento utilizando o google acadêmico, mas esta não foi a primeira ferramenta de pesquisa utilizada. Comecei pelo Scielo.

Na base de dados Scielo, ao realizar a pesquisa de artigos em português com o disparador “lesbianidade” em todos os índices, com limitação aos anos de 2016 e 2017, não encontrei nenhum artigo. Isso me chamou muita atenção. Resolvi pesquisar, em um segundo momento, sem limitação de período de publicação e foram encontrados apenas dois artigos. Por ordem cronológica, o primeiro deles (MEDEIROS, 2006), publicado na Revista Estudos Feministas, apresenta um ensaio etnográfico de uma família de mulheres na periferia de São Paulo. Três anos depois foi publicado um artigo que elucida repertórios sobre lesbianidades na mídia televisiva (BORGES; SPINK, 2009), publicado na revista Psicologia e Sociedade. Então, sigo para o google acadêmico e encontro os dados já compartilhados.

A escolha por pesquisar as narrativas sobre um momento específico das nossas histórias e vivências como estratégia de reflexão e análise da realidade foram, em certo sentido, para seguir ampliando possibilidades de reconhecimento e identidade. Trata-se, como nos afirma Miriam Grossi (2018, p.84), da valorização de “um pensamento lésbico, ou seja, produzido por mulheres que se reconhecem enquanto tal e que falam deste lugar e experiência social”.

A própria noção de *pertença* pode refletir enquadramentos que vão muito além de uma mera ocupação espacial, em que

A identidade lésbica não serve apenas para dizer da orientação do desejo de uma mulher por outra, mas também da resistência dessas mulheres ao viver sua sexualidade de forma autônoma, denunciando os mecanismos sociais que procuram forjar a mulher como puro corpo para outrem. Quando assumem a identidade lésbica, as mulheres estão assumindo uma posição nas disputas de poder que envolvem a sexualidade, afirmando diante do sistema patriarcal seu direito de viver suas relações erótico-amorosas de forma que elas definem e em que seu prazer e satisfação sejam considerados. (OLIVEIRA, 2019, p.117).

E aí há algo importante a ser comemorado: a produção no campo das lesbianidades vem crescendo significativamente, evidenciando conquistas de espaços tanto dentro do cenário acadêmico quanto no campo social, justamente a partir de uma afirmação/valorização identitária. Talvez, inclusive, todo o avanço dos discursos ultraconservadores percebido no momento atual no Brasil possa ser compreendido como resposta ao fortalecimento não apenas do pensamento lésbico, mas de toda a pauta LGBT e suas conquistas políticas, em especial nos últimos anos.

#### 4 LESBIANIDADE COMO SUSSURRO NAS NARRATIVAS LÉSBICAS DO FINAL DA DÉCADA DE 2010

Podemos dizer que o tema central desta pesquisa de doutorado está circunscrito no campo da homossexualidade feminina, ou, mais especificamente, o que vem sendo nomeado pelo disparador lesbianidades em suas múltiplas possibilidades de definição e uso. Escolhemos desenvolvê-la no recorte temporal que coincide com o próprio desenvolvimento da pesquisa (2016 a 2019), compreendendo ainda este momento como demarcador cronológico de inúmeras transformações, conquistas e também retrocessos no contexto nacional.

Esta escolha precisa ser novamente destacada, pois implica no desafio de buscar elementos de análise da realidade e dos processos sociais na medida concomitante a sua própria efetivação, ou seja, viver a história no momento em que ela acontece e transformar essa experiência em um produto argumentativo.

Desde o início, essa pesquisa vem se compondo a partir de um conjunto de diferentes estratégias de compreensão do tema:

- a) as produções acadêmicas (levantamento de produções científicas);
- b) narrativas de lésbicas sobre suas experiências e perspectivas (lugares de fala); e
- c) eventos e marcadores no cenário social e político brasileiro que tangenciem a pauta LGBT, com ênfase nas lesbianidades (discursos oficiais, manifestos, programas e políticas).

Embora em alguns momentos a articulação entre esses três *elementos* demarque posições quase diametralmente opostas, o desafio ao qual nos submetemos continua sendo o de tentar responder à seguinte questão, trazida por um dos muitos diálogos desta tese: afinal de contas, a partir das narrativas lésbicas, dos retrocessos e outras possibilidades no cenário político brasileiro atual, *como viver uma boa vida?*

##### 4.1 Em busca de um jeito de fazer pesquisa: breves considerações sobre neutralidade, produção de conhecimento e Epistemologias Feministas

Esta pesquisa possui como interesse a análise das narrativas de lésbicas sobre como elas têm percebido e vivenciado a organização cada vez maior do

conservadorismo impregnado tanto nas esferas políticas do país como nas vivências cotidianas, e seus consequentes retrocessos. Esse é um trabalho sobre lesbianidades. Para isso, vai esbarrar em outros tantos disparadores. Vai se refazendo em seu percurso, já que se pretende vivo e transformado pelas leituras, pelos diálogos e pelas tensões.

O primeiro desafio na estruturação deste estudo diz respeito à solicitação “científica” de neutralidade, o que obrigaria a adotar um estilo mais imparcial de escrita, em nome de uma suposta racionalidade metodológica. No entanto, tendo em vista a plena impossibilidade de conduzir este trabalho nesses termos, pois há algo aqui que nos perpassa diretamente, a proposta insere-se no campo das práticas sociais a partir do vivido e contado pelos seus próprios atores, no caso mulheres que se relacionam a partir de desejos e práticas homossexuais.

A própria ideia de “produção de conhecimento” precisa ser melhor delineada, na qual

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento. (RAGO, 1998, p.14).

Outro desafio desta pesquisa reside na própria forma de conceituar o tema. Neste sentido, a escolha pela utilização no título do projeto da nomenclatura “lésbicas” reside na compreensão de que qualquer que seja a forma de encaixe linguístico utilizada aqui algumas significações serão contempladas e outras tantas ficarão de fora. Assim, optamos por utilizar a nomenclatura de referência do próprio “movimento político” (LGBT).

Optamos aqui por explicitar a afinidade desta pesquisa com as Epistemologias Feministas, reconhecendo sua enorme abrangência e complexidade, destacando como ponto central de intercessão a crítica a um modelo normativo e *desimplicado* de ciência no qual a perspectiva de gênero seja ignorada (HARAWAY, 1995; RAGO, 1998; BANDEIRA, 2008; FRANÇA; PADILHA, 2013; KETZER, 2017; NUCCI, 2018).

Destacamos, assim como nos instiga Patrícia Ketzer (2017, p.99),

que não existe uma Epistemologia Feminista apenas, mas muitas ideias e argumentos, que possuem em comum somente o empenho com a problematização acerca de questões de gênero inerentes ao fazer científico e à própria forma de pensar o conhecimento e a ciência.

Esta perspectiva pressupõe os diferentes modos como os estereótipos de gênero podem influenciar nossas concepções de conhecimento, nossas pesquisas e produções científicas, considerando que “há preconceito de gênero infiltrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano” (KETZER, 2017, p.97), em que “a experiência das mulheres torna-se invisível ou distorcida, assim como as [próprias] relações de gênero” (LONGINO, 2012, *apud* KETZER, 2017, p.97).

Propor uma metodologia feminista é

assumir que a pesquisa é política, que os critérios epistêmicos são fortemente influenciados por questões políticas [...] Busca analisar as relações de poder que permeiam a produção de conhecimento, considerando a busca de justiça social para as mulheres como principal tema de investigação. (CHANTLER; BURNS, 2015, *apud* KETZER, 2017, p.103-104).

Novas Epistemologias Feministas vêm propondo a desconstrução de categorias universais nas quais a própria noção de gênero se recompõe cotidianamente, em uma “nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador” (RAGO, 1998, p.4), [...] denunciando o “caráter particularista, ideológico, racista e sexista, [...] de categorias reflexivas incapazes de pensar a diferença” (RAGO, 1998, p.4).

Novos modelos de compreensão da realidade estão sendo formulados, a partir da reivindicação de outros lugares e ocupações. Nessa perspectiva,

não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas - feminista, terceiro mundista, homossexual, operária - pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo. Além disso, há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes. (RAGO, 1998, p.10).

Dessa forma, parece defasada uma perspectiva de ciência que continue se valendo das categorias patriarcais, racistas e heteronormativas naturalizadas, ratificando ainda como o modo tradicional de fazer e compreender a ciência resulta em um conhecimento excludente, unilateral e perverso (FRANÇA; PADILHA, 2013).

Para além da racionalidade científica moderna e sua suposta neutralidade, a produção de conhecimento e seus operadores (cientistas) são atravessados pelos mais diferentes marcadores, entre eles a classe, o gênero, a orientação sexual e a raça/etnia, estando ainda a sua biografia pessoal presente de modo peculiar em sua produção científica (BANDEIRA, 2008; FRANÇA; PADILHA, 2013). Assim, “diante de tal entendimento, não é de se espantar que numa sociedade patriarcal como a nossa as práticas de produção científica tenham arraigadas dentro de si este ranço” (FRANÇA; PADILHA, 2013, p.2). Assim,

não há como fugir ao fato de que todas as minorias relativamente organizadas, e não apenas as mulheres, estão reivindicando uma fatia do bolo da ciência e que nenhum dos grupos excluídos, - negros, africanos, orientais, homossexuais, mulheres, com suas propostas de epistemologias alternativas - feminista, terceiro mundista, homossexual, operária - pode hoje reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo. Além disso, há que se reconhecer as dimensões positivas da quebra das concepções absolutizadoras, totalizadoras, que até recentemente poucos percebiam como autoritárias, impositivas e hierarquizantes. (RAGO, 1998, p.10).

De forma geral, as Epistemologias Feministas deflagram a necessidade de construção de um novo modelo de ciência, que passe a considerar de forma mais autêntica as experiências singulares, as narrativas e os contextos situados nos quais nos constituímos em nossa experiência de troca social e cultural. Assim, “o discurso, visto como prática, passa a ser percebido como a principal matéria-prima do historiador [cientista], entendendo-se que se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados” (RAGO, 1998, p.6).

Nessa perspectiva são propostas novas interpretações dos métodos de investigação e de produção do conhecimento, justamente ao criticar os pressupostos da imparcialidade e da neutralidade, assumindo um compromisso com a mudança social.

Há, portanto, espaço para a implicação da biografia de quem se impõem o desafio do debate temático, reconhecendo a complexidade do lugar de enunciação, como nos alertam França e Padilha (2013), sem que ele seja negligenciado ou invisibilizado. Mais do que isso, é justamente esse lugar de enunciação que permite um trânsito mais fluido ao reconhecer a experiência como elemento fundamental de análise.

Esta perspectiva permite reconhecer que a própria configuração das Epistemologias Feministas mantém uma ampla diversidade de espectros teóricos,

metodológicos e níveis de implicação e reconhecimento. Assim, “há também feminismos hegemônicos que repetem padrões de dominação que excluem, segregam e oprimem outros grupos de mulheres” (FRANÇA, PADILHA, 2013, p.4), muito frequentemente assumindo perspectivas generalistas, homogêneas e desimplicadas das interseccionalidades possíveis dentro de uma análise mais comprometida da realidade.

Justamente por isso, mesmo que os marcadores/recortes dessas especificidades não tenham sido aprofundados na análise das entrevistas realizadas, como seria o caso da raça/etnia, classe ou geração/idade, eles estiveram presentes no reconhecimento dos entrecruzamentos resultantes das diversas possibilidades da identidade lésbica/sapatão/homossexual tanto das participantes da pesquisa quanto da própria pesquisadora, inclusive a partir da crítica a uma noção de um certo feminismo hegemônico (e conseqüentemente excludente).

O cuidado reside no fato de que

a própria produção de conhecimento a partir de uma perspectiva feminista pode reproduzir padrões de colonização, opressão e dominação que em nada contribuem para a construção de uma ciência emancipadora e engajada com a transformação social. Desta forma, é fundamental reforçar a relevância da reflexão crítica sobre os conceitos, métodos e categorias utilizados, a fim de evitar a reprodução de padrões de dominação invisíveis. (FRANÇA; PADILHA, 2013, p.4).

Tem sido justamente no entrecruzamento dessas reflexões que fomos buscando um jeito de fazer pesquisa, que se mostrou em diversos momentos permeado por diferentes modelos e proposições, mas que foi impondo transformações, revisões e ajustes.

## 4.2 Em busca das narrativas

Como já mencionado, pensando no desenvolvimento desta pesquisa, realizamos entrevistas com mulheres lésbicas a partir dos seguintes temas disparadores: conservadorismo, avanços e retrocessos na pauta LGBT.

A opção pela realização de entrevistas está relacionada à compreensão de que estes recursos permitem, a partir da questão discursiva / dialógica, não apenas respostas referentes a compreensões, expectativas e narrativas, mas a sua própria construção e ressignificação. Assim,

O entrevistado não é mais visto como a fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação da entrevista... (BASTOS; SANTOS, 2013, p.10).

As entrevistas foram realizadas nos anos de 2018 e 2019, com a proposta de diálogo com as participantes em diferentes momentos no cenário político social brasileiro: nos meses que antecederam a disputa presidencial (agosto e setembro de 2018) quando foram entrevistadas cinco participantes; no momento inicial da instalação do novo governo federal (março e abril de 2019), com três participantes entrevistadas; e no final do primeiro ano de governo (dezembro de 2019), com três participantes.

Como todas as respostas estão sob a forma de mensagem de voz, elas foram transcritas *ipsi literis*, de modo a serem preservadas as entonações, pausas e expressões das emissoras.

No contato entre pesquisadora e pesquisadas, diferentes significados foram sendo construídos e reconstruídos, de forma a serem permanentemente atravessados pela própria experiência e pela experiência das demais interlocutoras. As perspectivas e as vivências se apresentaram de forma interativa, de modo a serem compartilhadas e ao mesmo tempo percebidas em seus aspectos singulares.

### 3.2.1 O uso do WhatsApp como estratégia de coleta de dados

Tendo em vista se tratar de uma pesquisa exploratória com o objetivo de inferir diferentes significados compartilhados sobre os disparadores mencionados, optamos por uma linguagem informal e uma abordagem virtual, através do aplicativo WhatsApp, que vem sendo amplamente utilizado como ferramenta de comunicação por pessoas de diferentes faixas etárias e perfis, o que na prática se apresentou como um grande facilitador no processo de coleta de dados.

O aplicativo de mensagens WhatsApp foi criado em 2009, e é hoje um dos mais populares entre os usuários de smartphone no Brasil. Algumas fontes indicam que mais de 95% dos brasileiros com acesso a um smartphone usam o WhatsApp como seu principal método de comunicação<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Segundo matéria disponível no link: <http://octomais.com.br/o-surgimento-do-whatsapp-no-%E2%80%8B%E2%80%8Bbrasil-e-mais-do-que- apenas-mensagens/> Outra fonte desta informação, segundo a qual 98% dos brasileiros com acesso a um smartphone utilizam o WhatsApp: <https://www.messengerpeople.com/pt-br/whatsapp-no-brasil/> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

WhatsApp Messenger, trocadilho da expressão Whats Up? (E aí?) permite trocas gratuitas de mensagens com outros usuários diretamente através de um smartphone a partir de uma conexão de internet, o que rapidamente superou o modelo anterior de trocas de mensagens via SMS (Short Message Service, ou Serviço de Mensagens Curtas), tarifadas individualmente pelas operadoras de telefonia móvel. Esta popularização do WhatsApp abrange diferentes segmentos populacionais, tornando o aplicativo extremamente popular, sendo difícil hoje em dia encontrar pessoas que não utilizem este recurso.

Há um volume expressivo de utilização do aplicativo, o que na prática representa trocas de mensagens e conteúdos entre usuários de diferentes regiões geográficas, faixas etárias, níveis de escolaridade e demais características sociais e culturais. No entanto, ainda permanece escassa a consolidação de referências teórico-metodológicas acerca do seu uso como ferramenta de pesquisa, bem como as diversas perspectivas discursivas derivadas da introdução cada vez mais central dos processos midiáticos no nosso dia a dia.

O WhatsApp como canal de diálogo e compartilhamento de informações é hoje apontado como um dos múltiplos instrumentos responsáveis por reconfigurar as relações sociais, um dos mais expressivos na atualidade digital das mídias sociais (SOUZA; ARAÚJO; PAULA, 2015; BARBOSA, 2016).

Como nos aponta Barbosa (2016), a cada dia surgem novos meios tecnológicos de expressão individual, influenciados direta e indiretamente pela cibercultura, modificando a língua, os costumes e as formas de interação. Assim,

Nos softwares de comunicação, como o WhatsApp, a construção de sentidos é multimodal, ou seja, os sentidos produzidos pelo modo convencional da escrita aliam-se aos modos orais, gestuais e visuais possíveis, transparecendo o sujeito de linguagem social, cultural, constituído historicamente. O aplicativo possibilita que as pessoas se comuniquem através da escrita ou da gravação de áudios, do envio de fotos, links, ou outros tipos de arquivo, através da tela do celular, construindo nessas trocas de mensagens, uma diversidade de sentidos que fazem emergir, também, uma multiplicidade de posições discursivas". (BARBOSA, 2016, p.11).

Com o uso do WhatsApp, apostamos que talvez a participante entrevistada se sinta mais livre, menos atravessada pela minha presença física e, com isso, possa se desobrigar a falar coisas que supostamente ela entenda que atendam as minhas expectativas, propondo um cenário menos formal / ostensivo de pesquisa, também como modo de reduzir hierarquias na relação pesquisadora-pesquisada. Outro aspecto é que a participante passa a ter posse imediata de todo o material da

entrevista ao mesmo tempo que a pesquisadora, podendo, caso deseje, ouvir novamente as perguntas feitas e as respostas fornecidas, numa oportunidade de ressignificar ideias, conteúdos e percepções.

#### 4.2.2 O WhatsApp como um dos protagonistas das eleições de 2018

Somos atualmente o segundo país do mundo em tempo gasto com mídia social (em média 225 minutos por dia), perdendo apenas para as Filipinas<sup>67</sup>. Os meios formadores de opinião foram mudando muito rapidamente em pouco tempo e a velocidade da informação na era da comunicação digital vem exigindo novas formas de compreensão da realidade.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, os números parecem sempre imponentes. Com aproximadamente 209 milhões de habitantes<sup>68</sup> no ano de 2018, pouco mais de 147 milhões de eleitores aptos a votar nas últimas eleições presidenciais<sup>69</sup>, cerca de 127 milhões de usuários do Facebook e 120 milhões de usuários de WhatsApp no Brasil<sup>70</sup>, fica evidente o papel decisivo ocupado pelas redes sociais e pelos aplicativos de mensagens na circulação de informações e, conseqüentemente, na construção de ideias e na tomada de decisão em todas as camadas sociais.

A própria definição de verdade ganha novos contornos. Como nos apontam Raquel Recuero e Anatoliy Gruzd (2019, p.33), “a estrutura das fake news como notícias ‘verdadeiras’ tem valor muito importante, pois cria narrativas que ecoam preconceitos e visões de mundo dos atores sociais”.

O WhatsApp foi um dos grandes protagonistas do jogo eleitoral de 2018, e diversos foram os casos em que se apontaram distorções e ilegalidades baseadas em notícias implantadas ou deturpadas (além dos disparos seriados em larga escala

---

<sup>67</sup> Fonte GlobalWebIndex, 2019. Matéria de 06 de setembro de 2019. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/09/brasil-e-2-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.html> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

<sup>68</sup> Reportagem de 29 de agosto de 2018, disponível no link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-mais-de-208-milhoes-de-habitantes-segundo-o-ibge.ghtml> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

<sup>69</sup> Reportagem de 01 de agosto de 2018, disponível no link: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018>

<sup>70</sup> Reportagem de 18 de julho de 2018. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

demarcando envio ilegal de mensagens) nos meses, semanas e até mesmo nas horas que antecederam a ida da população às urnas<sup>71</sup>.

No contexto regional, um exemplo marcante foi o ocorrido nas eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>72</sup>, em que houve uma reviravolta<sup>73</sup> na qual o candidato eleito parece ter sido amplamente impulsionado na reta final da campanha justamente a partir das redes sociais, em especial pelo WhatsApp<sup>74</sup>. Como afirma matéria publicada em 29 de outubro de 2018, eleito, Witzel agradece aos mensageiros do WhatsApp, e em discurso após a vitória se diz grato a quem passou a noite enviando conteúdo a favor dele, no mesmo pronunciamento em que chama as críticas recebidas de *Fake News*<sup>75</sup>.

Número significativo de matérias revelou os efeitos desastrosos de uma articulação virtual que culminou em diversas reviravoltas no pleito eleitoral de 2018, em inúmeros veículos de comunicação. Podemos exemplificar um repertório bastante peculiar em uma sinuosa compilação de *Fake News* e memes que circularam por redes sociais e aplicativos de mensagens durante o período eleitoral<sup>76</sup>, em ostensiva campanha difamatória contra partidos de esquerda, em especial o PT.

As imagens presentes nas próximas duas páginas pertencem ao meu acervo pessoal, tendo como origem principal diferentes grupos de WhatsApp dos quais participei no ano de 2018 (entre eles grupos de familiares, amigos e de trabalho), bem como publicações de páginas e perfis do Facebook e do Twitter que circularam

---

<sup>71</sup> Reportagem de 08 de outubro de 2018, disponível no link: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/10/whatsapp-admite-envio-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-2018.html> Acesso em 31 de janeiro de 2020.

<sup>72</sup> O então candidato Wilson Witzel (PSC), que até poucos dias antes das eleições do primeiro turno apresentava uma margem de votos na disputa eleitoral bastante insipiente, ultrapassou a contagem de votos dos candidatos Garotinho (PRP), que teve sua candidatura indeferida pelo TRE, Romário (PODE) e Tarcísio Motta (PSOL), passando então a disputar o segundo turno com o candidato Eduardo Paes (DEM). Matéria de 07 de outubro de 2018. Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/eleicoes-2018-wilson-witzel-e-eduardo-paes-farao-o-2o-turno-no-rj> acesso em 31 de janeiro de 2020.

<sup>73</sup> Reportagem de 08 de outubro de 2018, disponível no link <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,witzel-e-elemento-surpresa-nas-eleicoes-do-rio-e-chega-a-ser-considerado-fenomeno,70002539290> Acesso em 31 de janeiro de 2020.

<sup>74</sup> Reportagem de 10 de outubro de 2018. Link: <https://oglobo.globo.com/brasil/redes-bolsonaristas-impulsionaram-votacao-wilson-witzel-23144486> Acesso em 31 de janeiro de 2020.

<sup>75</sup> Reportagem de 29 de outubro de 2018. Link: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleito-witzel-agradece-aos-mensageiros-de-whatsapp/> Acesso em 31 de janeiro de 2020.

<sup>76</sup> Matéria publicada no El País em 28 de outubro de 2018, disponível no link: <https://brasil.elpais.com/especiais/2018/eleicoes-brasil/conversacoes-whatsapp/> Acesso em 31 de janeiro de 2020.

amplamente neste mesmo período. Além disso, muitas dessas mesmas imagens podem ser novamente resgatadas a partir de diferentes disparadores no google.<sup>77</sup>

Figura 1 - Compilação de imagens e memes circulantes na campanha eleitoral de 2018



<sup>77</sup> Alguns dos disparadores utilizados em busca atualizada da fonte das imagens, no portal de buscas Google (acesso em 24 de fevereiro de 2020): "campanha eleitoral 2018 memes"; "fake news eleição 2018" e "boatos da campanha presidencial de 2018".

Figura 1 - Compilação de imagens e memes circulantes na campanha eleitoral de 2018 (pág.2)



A enxurrada de fontes de informação e a avalanche de teorias e fatos na era da *pós-verdade* e das *fake news* favoreceram uma dinâmica absolutamente inédita neste contexto em nosso país, mas que pareceu permeada por elementos muito

semelhantes aos presentes nas eleições presidenciais que levaram o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao poder em 2016 (KEYES, 2018; GENESINI, 2018; BARBOSA, 2019).

No entanto, como nos instiga Genesini (2018, p.46),

"Não há nenhuma novidade na tentativa de falsificação política através da distorção de fatos e informações. O novo é que estamos em uma nova era turbinada pela internet e pelas redes sociais, em que o crescimento é viral e o efeito, exponencialmente explosivo. O novo é o Facebook, o Google e o Twitter, não a tentativa de contar mentiras ou falsificar informações, o que sempre existiu na história do mundo"..

#### 4.2.3 O desenho geral da pesquisa de campo

Como estratégia inicial, optamos por definir os seguintes critérios objetivos para participação das entrevistadas na pesquisa:

- a) ter autorizado a participação na pesquisa através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- b) ter a idade mínima de 18 anos na ocasião da entrevista;
- c) possuir vínculo com o Estado do Rio de Janeiro (ser atual residente, ou ter residido de forma sistemática neste Estado em algum momento da sua história de vida recente – últimos dez anos);
- d) se autodefinir como lésbica, ou sapatão, ou qualquer outra denominação equivalente.

O passo seguinte no processo de organização das entrevistas foi entrar em contato individual com diferentes pessoas da minha rede pessoal de contatos e indicações de outras participantes que se adequassem à configuração da pesquisa para uma breve sensibilização, informando se tratar das minhas investigações no doutorado, sem, no entanto, informar o tema específico da pesquisa. Nos casos em que identifiquei disponibilidade e interesse para contribuição, enviei pelo whatsapp então, os aspectos formais de esclarecimentos da pesquisa e o convite para participação, conforme texto abaixo.

**ABORDAGEM INICIAL:**

*Olá! Estou entrando em contato para te convidar a participar de uma rápida pesquisa que poderá me ajudar a ampliar as minhas atividades do curso de doutorado, que tem como título 'Diálogos sobre lesbianidades: Narrativas de lésbicas sobre conservadorismo, avanços e retrocessos'.*

*O público-alvo da minha pesquisa é composto por mulheres lésbicas com idade superior a 18 anos, que residam atualmente no Rio de Janeiro ou que tenham vivido/residido neste estado por pelo menos cinco anos durante a última década. Sua participação pode me ajudar muito a desenvolver melhor meu tema de estudo e não te causará nenhum risco ou desconforto.*

*Ao todo, a pesquisa dura aproximadamente dez minutos e suas respostas não serão em hipótese alguma identificadas de forma nominal, garantindo seu total sigilo caso queira participar. A qualquer momento ao longo da coleta de dados você poderá desistir de participar ou solicitar que sua participação não seja mais contabilizada.*

*Comprometo-me, ainda, a divulgar os resultados obtidos assim que eles forem devidamente analisados e convidá-las para a defesa da minha tese que acontecerá no primeiro semestre de 2020. Para isso, basta que você me informe seu e-mail.*

Visando uma breve discussão acerca dos aspectos metodológicos envolvidos na atividade de pesquisa, optamos por reproduzir na íntegra o texto original que foi utilizado na abordagem de convite e orientação às participantes da pesquisa, mesmo que posteriormente, mais especificamente no momento das análises, tenhamos identificado dois *deslizes* na construção/argumentação do texto.

A ideia de que “*sua participação [...] não te causará nenhum risco ou desconforto*”, em uma pesquisa que “*dura aproximadamente dez minutos*”, acabou por evidenciar uma certa lógica de pesquisa na qual a participante acaba sendo colocada no lugar de ‘objeto de pesquisa’, pressupondo o controle de variáveis e a necessidade de racionalização extrema do contexto investigativo. Mesmo que essa lógica tenha sido criticada ao longo da defesa argumentativa proposta nesta tese, como pesquisadora me vi reproduzindo algumas pressuposições metodológicas que agora me parecem ultrapassadas.

Essa tensão entre diferentes perspectivas epistemológicas/metodológicas e suas possibilidades de implementação e análise são trazidas aqui como forma de evidenciar a complexidade da atividade de pesquisa, em especial na perspectiva que buscamos adotar, em sintonia com as Epistemologias Feministas, em que compreendemos que “a ciência é um texto contextável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p.11 *apud* KETZER, 2017, p.99).

Em todo caso, mesmo que não fosse possível afirmar às entrevistadas que sua participação não causaria nenhum risco ou desconforto, enquanto pesquisadora estive fielmente atenta ao contexto de abordagem, respeitando pausas, silêncios, mudanças de fluxo narrativo ou possíveis desconfortos, claros ou velados. Além disso, procurei me manter atenta ao contexto inevitável que evidencia os diferentes lugares

ocupados nesta relação de troca, na qual uma ocupa o lugar de ‘pesquisadora’ e a outra o lugar de ‘pesquisada’ e os possíveis desdobramentos desta complexa relação. Se o processo de identificação foi o ponto em comum, por sermos lésbicas, tentei me mostrar respeitosa à singularidade de cada experiência vivida ou expectativa projetada. Já com relação ao tempo de duração das entrevistas, a mais breve durou 6’18” e a mais longa durou 18’44” (contabilizando o tempo total entre o envio da primeira pergunta e o retorno da entrevistada com a última resposta).

Em seguida, para as participantes que responderam demonstrando interesse inicial em contribuir, enviei na sequência o seguinte conteúdo:

**ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA**

*As perguntas deverão ser respondidas aqui mesmo pelo WhatsApp, preferencialmente sob a forma de mensagem de voz. É recomendável que você esteja em um ambiente sem muitas interferências (outras pessoas, televisão, música ou dirigindo, por exemplo), para que possa se concentrar na atividade da pesquisa. As perguntas deverão ser respondidas imediatamente ao seu envio, ressaltando que não há respostas certas ou erradas. Meu interesse com essa pesquisa é o de agrupar justamente as diferentes respostas fornecidas pelas participantes em toda a sua diversidade de compreensões e significações.*

*Caso aceite participar, você poderá informar um horário adequado no qual eu possa te enviar as questões a serem respondidas, um horário no qual você possa se dedicar a pensar sobre as perguntas e respondê-las em seguida. Essa regra é muito importante para garantir a validade da pesquisa.*

*Ficarei muito feliz caso você possa me ajudar nesta empreitada!*

*Um forte abraço.*

*Leandra Sobral Oliveira.*

*Doutoranda em Psicologia Social (UERJ).*

*Meu lattes: <http://lattes.cnpq.br/8325550651166423>*

As participantes foram entrevistadas individualmente e, dessas conversas, ficaram os registros gravados em áudio, que foram posteriormente transcritos para permitir sua análise e reanálise, a partir das seguintes perguntas disparadoras:

- a) Em sua vivência como mulher lésbica/sapatão/ou como você quiser se nomear, no seu dia a dia, você sente que temos experimentado mais avanços ou retrocessos?
- b) Em que contextos/cenários esses avanços ou retrocessos ficam mais evidentes?
- c) Quando você imagina/projeta os próximos 05 anos, em especial no que se relaciona ao campo da pauta LGBT, quais são as perspectivas?

Com relação à dinâmica de modulação da realização prática da entrevista, o envio das perguntas disparadoras aconteceu da seguinte forma:

- a) após o contato com o convite para participação na pesquisa e seu consequente aceite, era realizado um acordo entre as partes com a combinação para o start da entrevista, que ocorreu sempre no modo *live*, via aplicativo (WhatsApp);
- b) quando pesquisadora e participante apresentavam-se online e disponíveis para a atividade, a pesquisadora enviava as orientações formais para participação e um áudio complementar, explicando de modo mais informal as mesmas instruções e perguntando acerca de eventuais dúvidas, com o claro objetivo de um quebra-gelo antes do início da entrevista em si;
- c) após o sinal da participante, a primeira pergunta era enviada em formato escrito, sendo respondida no formato de áudio pela participante);
- d) caso a participante permanecesse sem digitar ou gravar alguma mensagem por mais de um minuto após o envio da resposta solicitada, a pesquisadora perguntava por escrito se ainda havia alguma complementação da resposta anterior. Em caso afirmativo, a pesquisadora seguia aguardando a referida complementação, e em caso negativo, enviava a pergunta seguinte, repetindo este processo quantas vezes fosse necessário, até o final da sequência de perguntas;
- e) ao final de todas as respostas, foram solicitadas de cada participante as informações sobre idade e escolaridade, e também um e-mail de contato, bem como realizado um agradecimento final pela participação (sempre em formato digitado e também em áudio).

#### 4.2.4 Nossas participantes

Nossas onze participantes são do Estado do Rio de Janeiro, têm entre 22 e 47 anos, se identificam como lésbicas/sapatão, com diferentes níveis de escolaridade, sendo que todas acessaram a universidade. Cinco participantes foram convidadas a participar da pesquisa pelo contato pessoal comigo, e as demais foram indicadas pela rede pessoal das participantes iniciais.

Por se tratar de um estudo exploratório, destacamos que os resultados aqui analisados possibilitam a construção de um material que pretende ampliar e auxiliar na compreensão do tema desta tese, não tendo, entretanto, intenção de generalização dos resultados em larga escala.

Os marcadores enfatizados nas entrevistadas foram a participante se autoenunciar uma mulher lésbica/sapatão, idade e escolaridade.

Os nomes utilizados foram alterados de forma a manter a confidencialidade das entrevistadas, em descritivo que pode ser melhor agrupado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Participantes da pesquisa

Nome	Idade	Escolaridade	Mês/ano entrevista
A - Alice	42 anos	doutorado	Set/2018
B - Beatriz	41 anos	mestrado	Set/2018
C - Camila	24 anos	superior completo	Set/2018
D - Débora	24 anos	superior completo	Set/2018
E - Esther	30 anos	superior completo	Set/2018
F - Flávia	34 anos	superior completo	Mar/2019
G - Gilda	22 anos	superior incompleto	Mar/2019
H - Heloisa	29 anos	superior completo	Abr/2019
I - Ingrid	39 anos	especialização	Dez/2019
J - Julia	47 anos	doutorado	Dez/2019
K - Kelly	23 anos	superior incompleto	Dez/2019

#### 4.2.5 Categorias de análise

Após a transcrição das entrevistas, elas foram lidas na sequência de realização, de forma fluida e sem pré-determinação de categorias de análise a priori. A intenção foi justamente a de permitir que os temas mais recorrentes e consequentemente as categorias de análise presentes nas entrevistas pudessem se destacar, indicando os caminhos discursivos a serem tomados na pesquisa como forma de compreensão dos diálogos e das experiências trazidas pelas participantes. Tais categorias serão descritas e analisadas a seguir.

#### 4.3 **Narrativas de lésbicas sobre retrocessos na cena política e social brasileira: ser lésbica/sapatão, conservadorismo, Jair Bolsonaro e fundamentalismo religioso**

Como apresentado nas perguntas disparadoras, conversei com essas mulheres querendo ouvir como elas compreendem suas vivências cotidianas. Percebem mais avanços ou retrocessos?

Em relação aos retrocessos, alguns marcadores são citados por elas, como: ser lésbica em uma sociedade estruturada pela heterossexualidade, o conservadorismo presente no cenário social e político, assim como suas articulações com o fundamentalismo religioso. Também surgem as eleições de 2018, o então candidato e agora presidente Jair Messias Bolsonaro e todo retrocesso que sua eleição representa para a agenda LGBT.

Nos meses iniciais do governo de Jair Bolsonaro realizei algumas entrevistas e uma das entrevistadas afirma:

Eu acho que nós retrocedemos em termos políticos... porém... é... na minha vida cotidiana eu avancei... Não tive retrocesso... enquanto mulher lésbica... [enuncia a palavra lésbica sussurrando] Entendeu? (Flávia, 34 anos).

Importante compartilhar a informação que Flávia respondeu às perguntas pelo WhatsApp enquanto estava em deslocamento para o trabalho em transporte público - Barcas S.A.<sup>78</sup> Quando transcrevi a entrevista de Flávia precisei aumentar o volume neste trecho, para poder entender que o quase inaudível era a palavra *lésbica*. Flávia pronuncia apenas a palavra lésbica bem baixinho. Como, apenas uma hipótese, se as outras pessoas situadas na barca não pudessem ouvir ou saber da sua existência. Imediatamente pensei nas tantas vezes que eu e minhas amigas também sussurraram o que somos – lésbicas. Cada uma de nós, tem pra si a razão das estratégias lançadas quando em trânsito pela cidade. Ainda sobre a fala Flávia é interessante refletir sobre como é possível reconhecermos os retrocessos no campo político e não compreendermos o quanto esta agenda dialoga e impacta nossas vidas no cotidiano.

Estas questões abrem portas para outras reflexões: como aprendemos a identificar quais as palavras que não podem ser ditas em voz alta em nosso dia-a-dia? E quando essas palavras representam e falam de quem somos? É possível existir em “voz baixa”? Como é uma existência sussurrada? Como é ter que aprender a sussurrar quem se é? Como nos aponta Butler, “um enunciado dá existência aquilo que se declara ou faz com que uma série de eventos aconteça como consequência do enunciado.” (BUTLER, 2018, p. 35). Então mesmo que o sussurro possa ser compreendido como uma tentativa de evitar as consequências da enunciação, ele

---

<sup>78</sup> É uma empresa privada brasileira de transporte aquaviário. Desde de 2012, opera as linhas de barcas em alguns municípios no estado do Rio de Janeiro. Link disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/CCR\\_Barcas](https://pt.wikipedia.org/wiki/CCR_Barcas)

também evidencia a existência, a forma como nos estabelecemos no mundo, transitamos pela cidade e constituímos os nossos processos de subjetivação.

Sabemos que uma sociedade heteronormativa impõe aos sujeitos concebidos e definidos por ela enquanto "desviantes" que os mesmos pratiquem sua invisibilização como forma de sobrevivência, como podemos mais uma vez averiguar em outro momento da fala de Flávia (34 anos), quando ela diz:

... e infelizmente, tá na rua tem que tomar cuidado. Tá nos locais... Tá olhando, ver quem tá por perto... se você pode beijar, abraçar, enfim. [...] Sei lá... andando no meio da rua e não posso andar o tempo todo de mão dada... eu tô num restaurante e não posso beijar... é ... enfim, coisas novamente que envolvem a sociedade.

Ainda neste trecho, outro ponto significativo é a maneira como Flávia construiu o discurso ao falar dela e da vida em sociedade. Parece que ela se compreende como alguém não contida nesta coletividade, pois quando fala de beijar, abraçar, etc. menciona que estes são problemas que envolvem os outros.

Os possíveis desdobramentos deste processo de autoinvisibilização também estão presentes na entrevista com Júlia (47 anos) quando ela pondera:

... O xingamento na rua, a crítica, os olhares... Eu acho que eu nunca me senti tão olhada na rua! Isso pra mim é um problema, porque antes é como se eu passasse um pouco mais despercebida do que eu passo hoje, então isso pra mim é um... Não sei dizer se isso é avanço ou retrocesso, mas eu sinto que hoje eu sou mais vista, e também por conta disso se eu sou mais vista, eu me torno mais... É como se aumentasse o meu risco, porque sendo mais vista eu me torno mais vulnerável.

Através das narrativas dessas mulheres é possível criar momentos de reflexão sobre essas formas de existência - sussurada, despercebida - e os efeitos na saúde mental dessas mulheres. No levantamento bibliográfico exposto no primeiro capítulo desta pesquisa, vimos que nos anos analisados foram insignificantes os materiais e dados produzidos pela academia sobre o tema. Pensar sobre este aprendizado imposto pela heteronormatividade é relevante, pois precariza a forma de existir dessas mulheres, tornando-as mais vulneráveis e restringindo-as a um exercício de cidadania desigual e, principalmente, silencioso. Butler (2018, p.218-219), a esse respeito, pergunta:

Como posso me esforçar para levar uma boa vida se não tenho uma vida sobre a qual falar, ou quando a vida que busco levar é considerada dispensável ou, na verdade, já foi efetivamente abandonada? Quando a vida que levo não é possível de ser vivida, um paradoxo excruciante se coloca, pois a questão 'como eu vivo uma boa vida?'

Difícil pergunta. Pensar sobre ela é, por exemplo, dar ênfase ao entendimento que surge a partir de algumas falas que existem vidas que merecem e podem viver beijando e abraçando suas vontades, assim como percebidas e vistas, pois reconhecidamente possuem este direito concedido por uma coletividade hegemonicamente heterossexual e outras vidas que não podem e não devem, pois a forma que existem não são para se tornar visíveis ao coletivo padrão.

Como é viver uma boa vida se

Minha sexualidade está sempre em cheque nas coisas que faço: no trabalho, nas minhas produções e nas roupas que uso. Ainda é perigoso andar de mãos dadas com minha namorada, dizer que namoro uma mulher em alguns lugares porque sou mal vista. Porque ser sapatão não é desejável quando se trata de professora de alfabetização. O trabalho é o ambiente que eu mais tenho que performar uma feminilidade hétero para ser minimamente aceita. (Kelly, 23 anos).

Ou seja, como é perceber que o modo que se estabelece no mundo representa críticas aos valores vigentes? Como viver bem interagindo com a precariedade que, por exemplo, se materializa quando se sente não poder ter a sua própria vida e sim, um modo de existência que te garanta o emprego, a sobrevivência, a dignidade? Quais são as estratégias lançadas para se criar uma boa vida, se

eu sempre ando na corda bamba entre o discurso do “não aceito, mas respeito” e o não quero perto de mim “esse tipo de gente” [...] Tenho sempre a sensação de estarem tentando me colocar no armário de novo. Reprimindo meu jeito de falar, de me vestir, sobre as coisas que me interessam... (Kelly, 23 anos).

Pensando nestas articulações prontamente surgem as discussões que envolvem as terapias de reversão sexual, defendidas, *inclusive*, por uma série de profissionais da Psicologia Brasileira. Escrevo dando ênfase ao *inclusive* porque o Conselho Federal de Psicologia - CFP, que é a autarquia de nossa ciência e profissão, tem estabelecido de modo muito contundente que a psicologia Brasileira não é e não será instrumento de ampliação de estigmas sociais, sofrimento e precarização da vida humana.

Como já destacado em capítulo anterior, desde maio de 1990, a OMS não compreende a homossexualidade enquanto uma patologia, e a psicologia brasileira segue a mesma perspectiva. A resolução 001/99, que norteia a atuação profissional em relação às questões de orientação sexual, afirma que:

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e

estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica. publicação. (CFP, resolução número 001/99, 1999).

Isto, no entanto, em vários momentos, fica apenas “no papel”. No ano de 2019 tivemos eleições para a escolha das novas chapas que presidiriam tanto o Conselho Federal de Psicologia (2020-2022) quanto os Conselhos Regionais de Psicologia (2020-2022). Em ambas as esferas, federal e regional, vimos a apresentação de chapas formadas por psicólogos que defendem as terapias de reversão sexual, ou como é super dito e divulgado pelas mídias, a “cura gay”.

Em 05 de agosto de 2019<sup>79</sup>, dias antes das eleições para os Conselhos que aconteceram entre 23 e 27 de agosto do mesmo ano, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, recebeu em seu gabinete a chapa *Psicólogos em Ação*, que na ocasião concorria às eleições para o Conselho Federal de Psicologia. A chapa foi formada por psicólogos que defendem as terapias de reversão sexual (que ficou conhecida como “cura gay”), tendo na psicóloga Rozangela Alves Justino<sup>80</sup> uma líder.

Para a psicóloga Rozangela,

que se define como uma psicóloga cristã, a homossexualidade consistiria em um “distúrbio provocado por abuso e traumas sofridos na infância”. Atuando como psicóloga há 35 anos, Rozangela diz ter ajudado a “aliviar o sofrimento” de vários homossexuais... (GONÇALVES, 2019, p.178).

Importante ressaltar que esta chapa contou com o apoio do Movimento Ex-Gays do Brasil, grupo que se apresenta composto por pessoas que se dizem “curadas” da homossexualidade. O termo “cura gay” vinculasse

<sup>79</sup> Link em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/damare-recebe-grupo-de-ex-gays-e-psicologos-que-defendem-a-cura-lgbt/>

<sup>80</sup> Em 2009, o Conselho Federal de Psicologia, aplicou uma censura pública à psicóloga Rozangela Alves Justino por oferecer serviços para lésbicas e gays deixarem de serem homossexuais. Link disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1250754-5598,00-CONSELHO+FEDERAL+DE+PSICOLOGIA+PUNE+PSICOLOGA+QUE+OFERECIA+CURA+PAR+A+GAYS.html>

à controvérsia veiculada publicamente em diferentes instâncias e mídias acerca da possibilidade ou não de reorientação sexual. Refere-se, portanto, ao debate público incitado inicialmente por atores sociais ditos religiosos sobre a possibilidade de reorientação da homossexualidade em direção à heterossexualidade por meio de programas psicoterapêuticos e conversão religiosa.(GONÇALVES, 2019, p.175).

Assim, quando a Ministra Damares Alves explicita, através de seu apoio à chapa *Psicólogos em Ação*, o tratamento do governo às questões relativas à pauta LGBT, ela dá visibilidade a uma série de eleitores e pessoas que pensam como ela/governo. Ou, nas palavras de Ingrid (39 anos):

Eu acho que a vitória desse homem [Jair Bolsonaro] e a vitória de muitas pessoas que pensam como ele, é algo absolutamente assustador e pra população LGBT... Gente... Ele é homofóbico explícito, né? Então eu acho que o tom tá dado, né? Tem vídeos dele dizendo que filho gay é falta de porrada, então eu acho que ele se cerca... Tá mostrando cada vez mais nesse início de governo de pessoas que pensam como ele... (Ingrid, 39 anos).

Se o tom do governo foi dado, a psicologia brasileira, representada pelos seus diversos profissionais, também deu o seu. Tanto na esfera federal quanto nas regionais, as chapas que se aliançavam a esta perspectiva patololizante da homossexualidade foram derrotadas nas urnas<sup>81</sup>. Obviamente isto representa uma vitória de extrema importância, mas não resolve a seguinte equação, que é a existência e a articulação de profissionais da psicologia que defendem e atuam pela lógica da patologização da homossexualidade, o que ficou tão aparente nas eleições em 2019.

Não podemos esquecer que a chapa *Psicólogos em Ação*, que concorreu para presidir o CFP em 2020-2022 e que foi recebida pela Ministra Damares recebeu<sup>82</sup>, na eleição mencionada anteriormente, recebeu 5.458 do total de 101.377 votos. Isto representa 5,4% da totalidade dos psicólogos votantes. Pode parecer pouco, mas estamos falando de um coletivo de psicólogos que, de alguma forma, simpatizaram com os discursos presentes nesta chapa, que em vários momentos apresentam afirmações que ferem a laicidade do exercício da Psicologia. Esta questão requer no mínimo uma atenção. Esta chapa teve livre concorrência na última eleição para o Conselhos.

<sup>81</sup> Resultado consolidado das eleições 2019 para o Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais. Link Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/resultado\\_consolidado\\_2019.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/resultado_consolidado_2019.pdf)

<sup>82</sup> Link disponível em: <https://site.cfp.org.br/confira-o-resultado-das-eleicoes-para-o-sistema-conselhos-de-psicologia/>

Esses profissionais ancoram suas justificativas, justamente, no sofrimento psíquico que as normas de gênero e sexualidade geram nas pessoas que não se sentem contempladas pela cartilha heteronormativa. Afirmam, que em seus consultórios, são os próprios sujeitos que pedem para não serem mais homossexuais pois sofrem muito, como nos apontam (COSTA; SILVA; JÚNIOR, 2018):

a agências controladoras, que ditam que ser homossexual é errado ou é pecado, com isso, os relatos verbais e contingenciais que moldam o indivíduo, são extremamente aversivos a quem encontrasse nessa condição, levando o mesmo a ter uma serie de comportamentos lesivos ou patológicos, fazendo-os procurar mudar sua orientação em uma fuga desses aversivos presentes no ambiente. Podemos considerar em meio a isso que o homossexual passa por aversivos do tipo: as pessoas evitam contato, as pessoas se afastam, a sociedade trata com indiferença, a comunidade religiosa afirma que o sujeito irá arder no inferno, faltam oportunidades de trabalho, o sujeito é vítima de bullying escolar, entre outros. Em meio a isso, a tendência de buscar um tratamento para reorientação sexual é muito alta, pois o problema do mesmo está no ambiente externo, não nos seus sentimentos, atrações, e desejos pela pessoa do mesmo sexo. (COSTA; SILVA; JUNIOR, 2018, p.200).

Ou nas próprias palavras da psicóloga Rozângela Alves Justino, na época de sua censura pública pelo CFP, quando afirmou: “estou me sentindo amordaçada e impedida de ajudar as pessoas que, voluntariamente, desejam largar a atração por pessoas do mesmo sexo” (Trecho da entrevista concedida ao G1 por Rozângela Alves Justino em 31/07/2009)<sup>83</sup>.

O que vemos, em muitos momentos, é a apropriação

da linguagem das garantias democráticas e dos direitos humanos para advogar pela sua “liberdade religiosa” e sua “liberdade científica” e interpretam a proibição de oferecer tratamento para abandonar a homossexualidade como uma violação de direitos e como impedimento para o exercício de um labor filantrópico. (MACEDO; SÍVORI, 2018, p.1430).

Pensando nessas questões o CFP lançou em 2019 o livro *Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBTIs*, obra que reforça o posicionamento da Psicologia Brasileira frente as questões mencionadas anteriormente, assim como apresenta relatos de pessoas LGBTI que foram submetidas à programas e tratamentos psicológicos para a reversão sexual. Como exemplifica a fala de uma mulher lésbica de 25 anos:

---

<sup>83</sup> Reportagem da entrevista disponível no link: [http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1250754-5598,00\\_CONSELHO+FEDERAL+DE+PSICOLOGIA+PUNE+PSICOLOGA+QUE+OFERECIA+CURA+PARA+GAYS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1250754-5598,00_CONSELHO+FEDERAL+DE+PSICOLOGIA+PUNE+PSICOLOGA+QUE+OFERECIA+CURA+PARA+GAYS.html)

Ela (a psicóloga) falava que eu tinha que passar por essa fase, que eu tinha que construir família, que eu tinha que sair mais com pessoas evangélicas. Ela chegou a dizer que talvez fosse o meu convívio, as pessoas com quem eu estava convivendo que estavam me trazendo isso, que eu tinha que mudar de amigos. (CFP, 2019, p.72).

O atravessamento da Psicologia por dogmas/preceitos cristãos se presentifica tanto na chapa mencionada anteriormente quanto no levante intitulado Psicologia Cristã, que aparece através das práticas de psicólogos religiosos que não respeitam a laicidade da Psicologia (Lionço, 2017; Degani-Carneiro, 2018), assim como na forma de cursos de formação. Em fevereiro de 2017, o CFP lançou uma nota pública se posicionando sobre a Psicologia Cristã e possíveis cursos de formação pelo Brasil, informando que:

1. De acordo com a Lei 4.119/1962, para se intitular psicóloga (o) e exercer legalmente a Psicologia, a (o) profissional deve ser diplomada (o) em instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC e devidamente registrada (o) junto ao CRP, conforme estabelecem as leis 4119, de 1962, e 5.766, de 1971;
2. De acordo com a resolução CFP 13/2007, o Conselho Federal de Psicologia reconhece apenas uma Psicologia, que se constitui por 12 especialidades, técnica e cientificamente validadas. “Psicologia Cristã” não é uma delas;
3. A Constituição brasileira assegura a laicidade do Estado, e o Sistema Conselhos de Psicologia pauta-se por tal referencial ao realizar suas ações de orientação, fiscalização e regulamentação da profissão;
4. A autarquia comunica, adicionalmente, que encaminhou ofícios a estabelecimentos de ensino que não se referem à formação em Psicologia conforme a definição legal em que solicitou alteração no nome do curso e nas campanhas de divulgação. (CFP, Nota de posicionamento, 10 de fevereiro de 2017)<sup>84</sup>

Vários exemplos dessa nociva intersecção podem ser acompanhados em falas do livro *Tentativas de aniquilamento das subjetividades LGBTIs*, pois muitos são os casos em que os profissionais de saúde fazem uso de preceitos religiosos para traçar o atendimento psicológico. Como é visto no trecho que aponta:

Além da orientação sexual que eu tinha acabado de descobrir, eu tinha vários problemas. Ao buscar ajuda psicológica, a psicóloga veio interpor uma questão de religião. Na verdade, eu acho que não foi na primeira consulta que eu fui falar sobre a minha orientação sexual. Eu acho que foi na terceira visita ao psicólogo. Eu acho que a primeira vez que eu fui falar sobre isso ela perguntou se eu já tinha frequentado alguma igreja. (CFP, 2019, p.119).

É lógico o uso deste tipo de estratégia por parte desses profissionais, visto que a psicologia atual não apresenta ou produz argumentos e instrumentos que corroborem as violências que esta população já enfrenta fora das paredes dos

---

<sup>84</sup> Nota de posicionamento disponível no link: <https://site.cfp.org.br/formacao-em-psicologia-crista-comunicado-do-cfp/>

consultórios. E aí fica muito interessante perceber que a ministra Damares sendo uma pastora evangélica que dialoga com frentes mais conservadoras e fundamentalistas, venha justamente a apoiar a chapa representada por psicólogos em sua maioria cristãos fundamentalistas.

Duas entrevistadas por esta pesquisa exemplificam muito bem o sofrimento causado em suas existências por elas pertencerem à famílias que dialogam com as denominações religiosas mais conservadoras. Kelly (23 anos) narra que

na minha família e no trabalho que são atravessados pela igreja evangélica tenho enfrentado muitos problemas. Muito relacionado ao olhar deles para mim. [...] Como se de uma hora pra outra as pessoas que me conhecem a vida inteira não me reconhecessem mais. O que me surpreendeu muito foi ver o abraço de alguns amigos da minha família. Gente que sofre outros tipos de preconceitos por ser minoria negra e pobre. [...] De alguma forma, conseguimos nos unir em algo que dói que é esse lugar da rejeição. (Kelly, 23 anos).

A sensação ao ouvir, ler e reler a fala da Kelly é que ser lésbica e evangélica são coisas excludentes, ou seja, não podem habitar em um mesmo corpo. Uma possível justificativa para esta dinâmica seria que "*os cristãos, porque eles têm essa crença da Bíblia*" (Gilda, 22 anos), concebem o mundo a partir da lógica da heterossexualidade. Gilda (22 anos) afirma: "*eu sou lésbica, mas sou cristã*". O uso da conjunção *mas* denota mais uma vez o sentido que presenciamos na fala de Kelly logo acima. Não é possível ser lésbica e cristã?

Como temos psicólogos que exercem sua profissão usando crenças religiosas, também temos agentes públicos que atuam da mesma forma. Fazem uso de seu cargo para a realização de ações políticas não laicas. A articulação da frente fundamentalista cristã no cenário político só aumenta. A quantidade de

de candidatos vinculados a frentes cristãs, e sem nenhum pudor de esconder essa aliança, sem nenhum pudor de querer usar esse lugar público pra funcionar a partir de uma lógica cristã. Muitos candidatos falando em nome de Deus, a bancada religiosa fundamentalista tem crescido muito, a representatividade deles dentro do legislativo... Porque essa bancada, essa força fundamentalista tem se organizado de um modo muito competente, muito competente. (Beatriz, 41 anos).

A cada eleição, esta bancada elege mais representantes no legislativo e, com isso, os projetos de lei sensíveis à causa LGBT não são colocados na pauta de

votação, como ilustramos na introdução deste material. Aqui vale compartilhar trecho de matéria<sup>85</sup> publicada no jornal online The Intercept, que aponta:

A composição do Congresso Nacional, por sua vez, mostra a força dos evangélicos. A frente parlamentar que reúne o setor tem nada menos do que 198 deputados. Ou seja, são quase 40% dos 513 que têm mandato na Casa. Eles estão na linha de frente de pautas conservadoras como a “cura gay”, aliando-se inclusive a grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL). (BERTA, 2017).

Este fundamentalismo conservador disfarçado de religiosidade (Lionço, 2018) é extremamente perigoso, pois se apresenta como desígnio de Deus, da boa fé cristã para ganharem adeptos e seguidores, mas o que vemos na prática política são ações excludentes, de hierarquização dos sujeitos e estigmatizações. Importante retomar a compreensão de que estes fatos colocam os que defendem a laicidade do Estado em alerta, pois, como afirma Tatiana Lionço,

Um Estado laico é aquele que assume não orientar as práticas de governabilidade pela doutrina religiosa. (...) Neste Estado, ateus têm o mesmo status moral que católicos, evangélicos, budistas, umbandistas e por aí afora. Não há crença superior a outras crenças, mas há sim uma carta magna, a Constituição Federal, que estipula condições para a liberdade de crença e de expressão, cerceada pelo princípio da inviolabilidade da dignidade humana. (LIONÇO, 2018, p. 74).

Ou, nas palavras de Alice,

...porque a gente tá vivendo retrocessos que são quase hegemonicamente retrocessos sob o ponto de vista das crenças, das crenças religiosas, das crenças religiosas que são excludentes e não includentes, das crenças religiosas, pra usar uma expressão extremamente comum, que eu acho que ficou até comum demais, essas crenças religiosas que amolam as facas que têm matado a galera que tem se autorizado a viver a sua experiência de vida de uma maneira congruente, ou seja, a galera que resolve se afirmar como mulher lésbica ou como mulher sapatão tem sido diretamente atacada. (Alice, 42 anos).

### A Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

era composta até agosto de 2019 por 198 deputados/as federais e 4 senadores, somando 34% de membros no Congresso<sup>28</sup>. Atualmente a bancada evangélica tem um peso numérico significativo no Congresso e demonstra força por sua articulação, postura agressiva e pelas alianças com outros segmentos conservadores (GONÇALVES, 2019, p.188).

---

<sup>85</sup> 13 projetos de lei prioritários sobre direitos LGBT que estão parados no congresso. Matéria publicada em HuffPostBrasil em 07 de junho de 2018. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/06/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso\\_a\\_23450721/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/06/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso_a_23450721/)

Assim, as colocações de Beatriz ao ser entrevistada durante o período eleitoral são bastante lúcidas, principalmente quando ela afirma que

Mesmo que o Jair Bolsonaro não entre, pode ter certeza que muita gente, muita gente vai entrar pro legislativo e que é... Vai entrar muito deputado federal, senador, que se articula com esse fundamentalismo e aí, continua com esse cenário, você não consegue... Você pode até apresentar um projeto de lei, mas você não tem força para fazer ele andar dentro do Congresso Ele não anda ! Ele é engavetado, ele morre, e essas pautas [LGBT] vão sendo evitadas e cada vez mais elas vão sendo evitadas. (Beatriz, 41 anos).

Como também não é de surpreender os fortes ataques que a resolução 001/99 do CFP, mencionada anteriormente, seja fortemente atacada pela bancada fundamentalista cristã dentro do Congresso Nacional. Quando a resolução do Conselho Federal de Psicologia comemorou seus 20 anos de existência, em 2019, o Conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho afirmou<sup>86</sup> que, “ao mesmo tempo que essa resolução muito nos orgulha, por tudo aquilo que ela representa e afirma, ela também é a resolução mais atacada do Sistema Conselhos de Psicologia, ao longo desses 20 anos”. (BICALHO, 2019).

Para exemplificar, segue tabela com alguns projetos de decreto legislativo (PDL) que visavam a suspensão da resolução mencionada no parágrafo anterior. Vejamos:

Quadro 2 - Projetos de Decreto Legislativo

<b>PDL</b>	<b>Autoria</b>	<b>Situação</b>
234/11	Deputado federal e Presidente da Frente Parlamentar Evangélica João Campos.	Arquivado
4931/16	Deputado federal e pastor da Igreja Evangélica Projeto Nova Vida	Arquivado
539/16	Deputado Federal e pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Pernambuco	aguarda apreciação do plenário na Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Referência: Gonçalves, 2019.		

Em janeiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal, na figura da Ministra Carmem Lúcia, arquivou<sup>87</sup> uma ação popular movida por psicólogos favoráveis às terapias de reversão sexual contra o CFP, mas especificamente contra a resolução 001/99, mantendo assim válidas todas as proposições e disposições da citada resolução,

<sup>86</sup> Disponível em: <https://site.cfp.org.br/tag/01-99/>

<sup>87</sup> Link disponível em: <https://site.cfp.org.br/tag/01-99/>

assim como seus efeitos. Na ação<sup>88</sup>, os requerentes usam vários argumentos para embassar o pedido de sustação da citada resolução, pois ela

vedou aos psicólogos o direito de estudos sobre a suposta patologia de comportamentos ou práticas homoeróticas, bem como impondo àqueles a proibição de qualquer pronunciamento e nem participação de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, estudos científicos, análises sobre a relação homossexuais, pelo argumento de que haveria um reforço aos preconceitos sociais existentes em tal relação (fl. 5, doc. 3, 2019).

Este grupo de psicólogos que moveu esta ação contra a resolução do CFP, é composto, em sua esmagadora maioria, por psicólogos cristãos conservadores de distintas denominações, tendo na figura da psicóloga Rozangela Alves Justino uma liderança – a mesma que liderou a chapa *Psicólogos em Ação*, e conta com o apoio da Ministra Damares Alves.

A última década é marcada pela

transformação do cenário religioso brasileiro, a partir do vigoroso aumento da adesão ao evangelismo pentecostal e neopentecostal e da expressiva atuação pública dos seus líderes na política parlamentar, significou que um contingente crescente de profissionais de diversas áreas colocasse sua prática ao serviço das convicções morais e dos interesses corporativos da sua religião. Na Psicologia, esta opção política e científica concedeu particular protagonismo público a profissionais que promovem a abordagem da homossexualidade como patologia, contra o consenso científico e o marco regulatório da disciplina no Brasil. (MACEDO; SÍVORI, 2018, p.1430).

Cabe ressaltar que esta pesquisa não pretende generalizar a informação de que todas as denominações cristãs são fundamentalistas e dialogam com a exclusão e a estigmatização da população LGBT. Quando estive na 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, a primeira ocorrida após a eleição de Jair Bolsonaro, em 23 de junho de 2019, presenciei vários representantes de frentes cristãs participando e apoiando o evento, fazendo questão inclusive de reconhecer que muitas designações cristãs prestam um desserviço ao insistirem no entendimento da homossexualidade enquanto desvio, perdição e pecado. Na ocasião, peguei o panfleto entregue pela Igreja Cristã Contemporânea, que propõe uma crença *sem preconceitos* e que compartilho aqui:

---

<sup>88</sup> Processo completo número 31818/DF. Link disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Decisão-Rcl-31818.pdf>

Figura 2 - Panfleto distribuído na 23ª Parada LGBT (SP, Brasil, 2019)



Outro material distribuído na Parada LGBT faz menção direta ao atual cenário político/social, nomeado de LGBTs contra Bolsonaro, no qual se ressalta que

É fundamental que, neste momento do nosso país, busquemos uma unidade entre toda a população trabalhadora, não apenas para resistir, mas também para avançar. A Parada não pode estar fora desse processo. Evento esse que possui raiz histórica de luta por direitos, que une aproximadamente três milhões de pessoas na principal avenida da América Latina, não pode se omitir de tomar partido nesse cenário político. Devemos usar deste espaço da Parada LGBT para ir além da festa! (Panfleto LGBTs contra Bolsonaro distribuído na 23ª Parada LGBT, SP, 2019 – ANEXO 1).

Retomando uma fala de Kelly (23 anos) sobre performar feminilidade, prontamente lembrei da tese de doutorado de Soares (2016), apresentada na revisão bibliográfica do capítulo 1, que discute as lésbicas ditas masculinas que por não reproduzem as normativas do "ser feminino" da nossa cultura tensionam as fronteiras do mundo binário, traem as normas de invisibilização, e assim, nem sussurrando ou deixando de beijar e abraçar suas vontades, elas "escapariam" das torturas cotidianas, pois desconstroem fortemente a lógica que o gênero é a construção social do sexo.

Ao pensarmos sobre gênero e sua estrutura performativa (BUTLER, 2003) entendemos que ser mulher ou homem não é da ordem do nascimento e nem tão

pouco algo que se apresente pronto, estabelecido, mas, sim, um exercício diário de atuação. Por exemplo, no início da gestão da Ministra Damares Alves, mais precisamente janeiro de 2019, a recém nomeada Ministra afirmou que havia começado uma nova era no Brasil e professou a frase sobre meninos vestirem azul e menina vestirem rosa<sup>89</sup>. Isto é atuação. As cores que vestimos, os acessórios que usamos, como gesticulamos e somos educados enquanto meninas. Como é algo circunscrito nas práticas diárias, sua automação cotidiana acaba ganhando caráter de natureza.

Quando pensamos nos estudos em gênero e sexualidade (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; LOURO, 1996; HEILBORN, 1999) vemos que há o apontamento para dois caminhos de compreensão. O primeiro que estabelece-se pelo viés essencialista, onde se crê que há uma essência pré-determinada, de cunho biológico que estabelece como será uma mulher e um homem. Como podemos exemplificar através de um quadro sobre diferenças sexuais exposto no livro *Papéis Sexuais* de Tucker e Money (1981) onde:

Quadro 3 - Diferenças Sexuais, por Tucker e Money

<b>Se você é homem:</b>	<b>Se você é mulher:</b>
Você pode brigar, mas não pode chorar	Você será um fracasso se não conseguir casar e ter filhos.
Você pode seduzir garotas para provar a sua masculinidade, mas tem direito a uma noiva virgem.	Depois de se casar, a sua obrigação é ser boa esposa e mãe, e não prestar atenção a outros homens ("bom" não define o seu próprio desempenho, e sim o bem-estar do seu marido e filhos, ou a consideração que eles têm por você).
Você pode fazer qualquer tipo de trabalho, por mais servil que seja, fora de casa, sem prejuízo nenhum para o seu orgulho, mas não assume cozinhar, fazer limpeza, lavar roupa, nem tomar conta das crianças. (Numa emergência doméstica você agüenta, mas executa até mesmo as tarefas mais simples de forma displicente, para anunciar que se trata de algo estranho para você).	Astúcia e artifícios são suas armas, a manipulação é a sua tática; não se espera que você tenha uma estratégia ou que seja consistente, mas se sua inconsistência – ou seus filhos – lhe causarem problemas, a culpa é sua.
Você assume a responsabilidade financeira de sustentar de sustentar a mulher e os filhos da sua família; a sua esposa pode sair para trabalhar, se quiser, mas o verdadeiro serviço dela é em casa.	Você lê e escreve, mas não muito bem, e sabe menos ainda de matemática.
Você pode demonstrar afeto pela sua mulher e filhos pequenos, mas por mais ninguém e, especialmente, por nenhum homem; se você quer mostrar a um homem que gosta dele, você	Se você ganha um pouco de dinheiro, ótimo, enquanto isto não interfere com os afazeres domésticos; mas superar o seu marido ou seus colegas em qualquer tipo de ganho fora da

<sup>89</sup> Link disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>

o ataca de brincadeira: dá tapinhas, soquinhos ou pequenos empurrões.	esfera doméstica coloca todo mundo em grave risco psicológico.
Você se gaba do prazer e das proezas sexuais em qualquer grupo de homens, e usa um vocabulário pudico e especial com mulheres, até mesmo sua esposa, e qualquer outra parceira sexual.	Os seus sentimentos sexuais não são muito importantes; não é bonito pensar ou falar sobre eles.
Você precisa lutar para superar os seus colegas, sem jamais admitir derrota.	Até você se casar a sua obrigação é competir (não abertamente demais) com outras mulheres pela atenção dos homens, e apegar-se ao seu hímen; porém não fica bem demonstrar interesse aberto por um homem enquanto ele não tiver revelado interesse por você.
Fonte: Tucker e Money, 1981, p.14-15.	

O quadro acima é utilizado por Tucker e Money (1981) para exemplificar os estereótipos sexuais presentes na sociedade americana no século XX e o quanto esta descrição comparativa, mesmo ao final da década de 60, com o movimento da Contracultura, não deixou de nortear as relações entre os americanos. Embora

Estejam cambaleantes há anos, estes estereótipos de modo nenhum perderam a sua força. Para alguns americanos ainda são um evangelho; para outros, estão obsoletos. Mas sua influência ainda penetra fundo na vida de todos nós. (TUCKER; MONEY, 1981, p.15).

No Brasil, pensando no mesmo período histórico (Final da década de 60) sinalizado pela publicação de Tucker e Money, e ainda buscando algumas ilustrações práticas deste caminho essencialista apontado nos estudos em gênero e sexualidade, temos em 1967, na Revista de Psicologia – Normal e Patológica - do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de São Paulo, a publicação de um artigo que apresentava uma escala de mensuração de masculinidade e feminilidade e que na Psicologia era muita utilizada para diagnosticar a homossexualidade (KOLCK; KOLCK, 1967).

Um bom exemplo atual desta visão essencialista é o movimento/teoria de '*Ideologia de gênero*'. No cenário brasileiro, este termo tem sua primeira grande aparição entre 2013 e 2014, quando da discussão no Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação, deputados cristãos de diferentes denominações se colocam fortemente contrários às discussões presentes sobre gênero e sexualidade no documento (LIONÇO; ALVES; MATTIELO; FREIRE, 2018).

Por termos “um uso indiscriminado do termo e muitas pessoas desconhecem a diferença entre ideologia de gênero e estudos ou teorias de gênero” (MARAFON, 2018, p.118) é importante marcar que o mesmo surge em contraposição aos estudos

em gênero e sexualidade que tensionam as compreensões vindas da perspectiva naturalizante/biológica, assim como aos movimentos feministas e LGBT em prol de igualdade de direitos, novas tecnologias de reprodução, etc.

Pesquisas atuais (MARAFON, 2018; LIONÇO, ALVES; MATTIELO; FREIRE, 2018; PATERNOTTE; KUHAR, 2018; MATTOS, 2018) demonstram que o movimento/teoria 'ideologia de gênero' atua com o objetivo de desqualificar as complexas discussões presentes nas teorias de gênero e sexualidade, pois afirmam que as mesmas atuam como uma

matriz ideológica que inspira um conjunto de reformas éticas e sociais "abomináveis" ou seja aquelas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por esses casais, as novas tecnologias reprodutivas, a perspectiva de gênero nas políticas públicas, a educação em sexualidade, a proteção contra a violência de gênero e mais. (PATERNOTTE; KUHAR, 2018, p.508).

No atual cenário político brasileiro, este percurso combativo às discussões em gênero e sexualidade

foi encampado por grupos ultraconservadores, muitos deles de base religiosa cristã, que têm promovido ataques aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, da população LGBT, e às políticas públicas voltadas para esses grupos. (MATTOS, 2018, p.576).

Longe de esgotar a discussão, esta tese não se propõe a aprofundar a questão e sim, apresentá-la como um exemplo de grupos que usam os discursos essencialistas para acionarem suas compreensões sobre gênero e sexualidade.

E um segundo caminho que aponta as compreensões em gênero e sexualidade enquanto dispositivos históricos, sociais e que assim sendo, revelam e tensionam as relações de poder baseadas nas diferenças sexuais criadas pela perspectiva essencialista. Estabelecer

A distinção entre os componentes – natural/biológico em relação ao sexo, e social/cultural em relação ao gênero – foi, e continua sendo um recurso utilizado para destacar 'essencialismos' de toda ordem que há tempos sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente. Para fazer frente a esse problema, muitos estudos feministas foram assinalando que as afirmações das ciências biológicas sobre os corpos femininos e masculinos, tanto no passado quanto no presente, não podem ser tomadas como espelho da natureza, porque as ciências, como qualquer outro empreendimento humano, estão impregnadas pelos valores de seu tempo. (ZUCCO, 2008, p.10-11).

Assim, com os caminhos apresentandos, os estudos em gênero e sexualidade se colocam contrários às noções naturalizantes e evocam dimensões para além do

biológico, pois nos convoca a pensar sobre o feminino e suas diversas formas de manifestação. O conceito nos remete

a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é - considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. (BRANDT; JUNQUEIRA, 2007, p.16).

Retomando, mais uma vez, o discurso da Ministra Damares, ele nos faz pensar sobre as normativas de gênero e sexualidade. Em maio de 2019, um antigo vídeo protagonizado por ela foi repostado<sup>90</sup> pelo deputado federal Paulo Pimenta (Partido dos Trabalhadores - PT) em sua conta do Twitter. No vídeo, ela aparece palestrando em um evento sobre *Defesa da Família*, promovido pelo *Centro de Formação Missão Maria de Nazaré*, na cidade de Divinópolis (MG) em 17 de abril de 2018<sup>91</sup>. Em um trecho da mídia ela surge cantarolando o tema do filme *Frozen*<sup>92</sup> e pergunta: “Sabe por que ela [Elsa] termina sozinha em um castelo de gelo? Porque é lésbica! O cão está muito bem articulado e nós estamos alienados. A Elsa vai acordar a Bela Adormecida com um beijo gay”. (SOBRINHO, 2019).

Bem, ela mesma se contradiz, visto que a Elsa terminará com a Bela Adormecida depois de acordá-la com um beijo. Brincadeiras à parte, esses discursos reforçam os estereótipos de gênero e sexualidade, assim como toda violência que circula e elimina quem se atreve a não o seguir. Além de tornar sinônimos lésbica e diabo, na obscena insistência de aprisionar as homossexualidades na lógica do desvio e do pecado.

Então o discurso da Ministra e consequentemente do governo ao qual ela faz parte, explicita quais as convicções morais e políticas que são e serão evocadas ao longo de seu mandato. Que como descrito em parágrafos anteriores, contemplam as discussões essencialistas sobre gênero e sexualidade, onde há a defesa de uma natureza que produz mulheres e homens. O que nos traz a ideia que

<sup>90</sup> Link disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/12/em-nova-polemica-damare-diz-que-elsa-de-frozen-e-lesbica.htm>

<sup>91</sup> idem nota 75.

<sup>92</sup> O Filme *Frozen* é uma animação produzida pela Walt Disney em 2013. Conta a História de duas irmãs - Anna e Elsa. Elsa é possui poderes mágicos. Ela congela todo o reino onde mora e assim a história se desenvolve. Mais informações em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Frozen\\_\(filme\\_de\\_2013\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Frozen_(filme_de_2013))

A gente tem vivido muito mais retrocesso que avanço, por jogos de poder, mas na minha opinião muito mais por aspectos que perpassam essa vivência da religiosidade muitas vezes considerando aquilo que ela tem de pior. O fato é que os retrocessos são, ao meu ver, em sua grande maioria, um retrato de imposições daquilo que há de pior no que a espiritualidade deveria trazer pro circuito social da gente. (Alice, 42 anos).

Um aspecto que envolve esta discussão são os discursos de culpabilização da vítima, outro capítulo significativo dentro da cartilha das normativas de gênero e sexualidade. “Ora, se ela sabia o que podia acontecer por que beijou a namorada na rua?” “Pediú né?” “Por que se vestiu assim?” “Tudo bem ser lésbica, mas precisa deixar de ser mulher?” Sentenças desse tipo são proferidas justamente pois se aposta no aprendizado moral que a heteronormatividade ensina a cada uma de nós, então se fez deve arcar com as consequências das ações não hegemônicas.

Então, mais uma vez percebemos que o exercício da sexualidade e suas representações se dá na forma de negociação de poder, ou seja, em uma sociedade que cultua a heterossexualidade enquanto algo natural, é de se esperar que sujeitos heterossexuais ocupem lugares de privilégio nessas negociações, relegando aos não-heterossexuais performances limitadas no espaço público, patologização, violência, assédio, etc. Assim,

As agressões e discriminações homofóbicas produzem reiteradamente um sentimento de inferioridade no indivíduo agredido ou discriminado e entre aqueles que com ele se identificam. Operam como injúrias que se inscrevem no corpo e na memória da pessoa e da sociedade. Interferem na subjetividade e na cultura. (CARRARA, 2015, p.72).

A heterossexualidade dirige a ordem social e moral. Portanto, o que se põe aqui é que não-heterossexuais reproduzem as normas sexuais impostas e naturalizadas pelo sistema heteronormativo, sendo muito difícil mensurar de modo transparente os efeitos de tais práticas nos corpos e vivências dessas mulheres.

Em um contexto amplo, na vida coletiva, em sociedade, como é possível buscar para si uma boa vida quando esta amplitude é marcada pela desigualdade, por formas de aniquilamento ou por lições que nos ensinam a sussurrar sobre quem se é? Que partes da cidade podemos acionar? Por onde andar? Que lugares frequentar? Como construir uma forma de sobrevivência na cidade? Talvez, como evidencia uma das participantes da pesquisa,

... eu diria que depende também do ambiente onde você tá. Eu vou dar um exemplo prático do que aconteceu ontem. Eu tava hospedada num hotel com a minha namorada e a gente foi num supermercado próximo do hotel pra comprar algumas coisas e tal... E fomos de mãos dadas. As pessoas que estavam naquele ambiente... Eu vou até falar o local: a gente estava na

General Caldwell, se eu não me engano, o nome da rua, em direção à Riachuelo. Tem vários bares, algumas casas antigas ali, típico do centro do Rio de Janeiro, né? E a gente andando por ali, as pessoas olhavam torto pra gente, os homens olhavam pra mim, especificamente, e faziam aquela cara de “tic tic tic, caramba, que desperdício”. Essas coisas, sabe? Então, assim, eu acho que depende muito do ambiente em que você tá... (Débora, 24 anos).

Rubin (1998) apresenta uma reflexão sobre essas relações sociais de poder e aponta que a sexualidade foi construída para se conformar em um único padrão e que qualquer variação representaria ameaças à ordem social, podendo gerar caos e mobilização na pirâmide da estratificação sexual. Obviamente este único padrão se conforma na heterossexualidade, na monogamia e na família, como discutido anteriormente no capítulo 2 desta tese, tendo o sexo para fins de procriação e formação da família nuclear nos moldes definidos pela tradição judaico-cristã que estrutura os preceitos hegemônicos de moralidade em nosso país.

Então o sistema heteronormativo “baseia-se na naturalidade da heterossexualidade e na associação obrigatória entre sexo e reprodução, criando um sistema de reforço desta na base da reprodução social.”(SOARES; COSTA, 2012, p.5). Tais reflexões nos ajudam no caminho da compreensão sobre este tratamento essencialista devotado ao sexo e a sexualidade. Exercermos nossa sexualidade e fazemos nosso sexo baseadas em uma natureza? Este exercício é algo que se apresenta para nós de modo inato e instintivo? Pensar sobre o sexo é considerar que o mesmo é mutável, histórico e social. A sexualidade humana “é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão.” (RUBIN, 1998, p.13).

Assim, como discutimos no capítulo que remonta uma cronologia histórica sobre a homossexualidade em um contexto internacional e nacional, fica evidente como as instituições foram responsáveis por eleger que/quais práticas estariam condenadas. No Brasil, o final do século XIX e início do século XX, por exemplo, vemos os médicos higienistas atuarem junto ao Estado na criação de estratégias que viabilizassem novos hábitos, corpos mais saudáveis e correta adequação social. A mulher foi eleita o principal agente destas transformações (ROHDEN, 2012; DONZELOT, 1980; OLIVEIRA; JACÓ-VILELA, 2017). Estas mudanças passam

então pela família, tendo por alvo a mulher, legitimando-a como centro de interesse e responsável pela vida sexual saudável. É com esse foco que a medicina expande suas fronteiras, ganhando visibilidade e reconhecimento

num terreno fértil para o controle dos corpos dos sujeitos via educação moralizante. As mulheres condensavam ao mesmo tempo as figuras a serem educadas para uma prática sexual menos danosa e as agentes propagadoras dessa educação dentro das suas famílias. (OLIVEIRA; JACÓ-VILELA, 2017, p.244).

“Heterossexuais maritais e reprodutivos” (RUBIN, 1998, p.15) estão no topo da pirâmide, por isso possuem garantia de trânsito pela cidade em segurança, respeitabilidade, saúde mental, entre outros benefícios, enquanto que as sexualidades que não se encontram no topo não possuem tais garantias. (RUBIN, 1998).

Voltando para a discussão do campo político brasileiro, faz sentido lembrar que em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal tipificou a homofobia e a transfobia enquanto crime no Brasil<sup>93</sup> para tentar garantir o direito de defesa contra as zombarias e os xingamentos de um dos grupos excluídos do topo da pirâmide da estratificação sexual proposta por Rubin (1998).

Assumi este papel legislador por entender claramente a omissão do Congresso Nacional diante da pauta. Nenhuma entrevistada aborda o assunto pois todas foram entrevistadas antes deste fato, mas ao comemorar a conquista não é possível deixar de pensar como esta criminalização irá transformar preceitos morais tão arraigados nas relações sociais. Isso inclusive aparece na reflexão de um dos ministros do Supremo Tribunal Federal ao justificar o seu voto favorável à criminalização da homofobia e da transfobia quando afirma

Estamos aqui a tratar a necessidade de mudanças culturais complexas que, acaso vinguem, serão incorporadas ao repertório jurídico e policial paulatinamente. Essa reflexão, porém, não diminui a importância de que esse primeiro passo seja dado (Parte do discurso do Ministro Ricardo LEWANDOWSKI<sup>94</sup>, 2019).

Ou quando lemos as palavras da Coordenadora de Comunicação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) sobre criminalização da homofobia e transfobia, que diz:

Temos plena noção de que a criminalização não resolve a situação da violência contra nós, mas é um marco simbólico. A partir de hoje, poderemos exigir que determinados espaços que cometam LGBTfobia, sejam escolas ou estabelecimentos comerciais, seja de maneira indireta ou institucional, sejam cobrados juridicamente por uma reparação. Poderemos enfrentar a omissão

<sup>93</sup> Link disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/stf-conclui-julgamento-e-enquadra-homofobia-na-lei-dos-crimes-de-racismo.shtml>

<sup>94</sup> Parte do discurso disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>

do estado frente aos altos índices de denúncias e gerar dados oficiais sobre essa violência. Há quanto tempo se faz estatísticas e elas são desqualificadas? Agora, elas poderão pautar políticas públicas. O Supremo está dizendo que nós somos cidadãos. (parte da entrevista de Bruna BENEVIDES95, 2019).

Como mencionado anteriormente, todas as entrevistas aconteceram em meses do ano de 2018 e 2019. Todas as mulheres participantes, responderem as questões desta pesquisa, mencionaram o então candidato e agora Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, assim como sua clara e perigosa articulação com a agenda conservadora e fundamentalista cristã.

O processo eleitoral de 2018 aparece na fala de todas as entrevistadas em 2018 e 2019, de forma direta ou indireta, como um momento repleto de violência, desentendimentos familiares e divulgações mentirosas de fatos. Como podemos ver na fala de Alice (42 anos), quando ela diz:

Mas o que tem acontecido nesse momento em que a gente tá vivendo agora, principalmente esse momento de campanha política, toda essa briga que a gente tem presenciado, tem trazido à tona um facismo absolutamente desolador. Hoje, por exemplo, eu passei o dia inteiro profundamente tocada com os andamentos de uma coisa que aconteceu comigo pela manhã. Num grupo de família, uma prima mandou uma mensagem com um textozinho dizendo que depois desse áudio haveria uma reviravolta nas eleições e nitidamente o texto falava sobre a ajuda que a campanha de Bolsonaro receberia depois daquele áudio. Aí vem um áudio de 14 minutos que hipoteticamente foi gravado pelo padre Marcelo Rossi em que fala atrocidades, conceitos absolutamente deturpados sobre comunismo, enfim... no final do dia descobri que era mais uma fake news e eu nem consegui me manifestar...

As eleições de 2018 representaram “um momento muito conturbado, devido ao estado atual político do país e a proximidade com as eleições, que pode resultar em grandes retrocessos se o conservadorismo predominar” (Camila, 24 anos). Quando perguntadas sobre o momento atual, pensando em avanços e retrocessos e sobre em quais contextos eles ficam mais evidentes, as participantes apresentam falas que oscilam entre essas duas direções, reconhecendo as conquistas no que tange à vivência lésbica, ou de forma mais geral à pauta LGBT, mas reconhecendo os atuais recuos, em especial no que se refere ao cenário político. Como bem exemplifica uma das entrevistadas ao dizer que

olha eu não sei responder exatamente se teve mais avanço ou mais retrocesso... porque ao mesmo tempo que durante a campanha do Bolsonaro e agora com a eleição dele, né? Tipo nessa candidatura, nesse contexto

<sup>95</sup> Entrevista disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/presidente-homofobico-mas-estado-vai-ter-de-nos-proteger-diz-ativista-lgbti-sobre-decisao-do-stf-23689370>

político que a gente tá vivendo, eu acho que teve muito retrocesso... assim... tipo né... tanto nos nossos direitos que estão... que já começaram a ser tirados... e tanto na rua, sabe? Eu tenho sentido mais medo de sair na rua e de assumir a identidade lésbica, mas ao mesmo tempo eu acho que na internet o movimento aumentou muito... tipo... é... no mundo real assim (risos)... tipo as pessoas estão mais unidas, mais atentas, mais acolhedoras, então eu não sei medir o que foi mais e que foi menos. (Heloísa, 30 anos).

O cenário político e o campo das campanhas eleitorais de 2018 no Brasil apareceram de modo recorrente como pontos de grande preocupação das entrevistadas. O candidato/presidente da República Jair Bolsonaro<sup>96</sup> foi reconhecido como alguém que representa atraso, retrocesso, conservadorismo e ameaça ao Estado laico. Ele

coloca Deus acima de tudo, o Silas Malafaia [Pastor e Presidente da Assembléia de Deus Vitória em Cristo] pede voto pra ele, então ele é o candidato que não tem essa não: a gente vai trabalhar com esses preceitos. Deus acima de tudo e em cima desses valores. E quando você vê o Silas Malafaia apoiando a campanha dele, que define tudo da cultura LGBT como um lixo moral, a gente tá entendendo qual é a pegada, né? (Beatriz, 41 anos).

Ou seja, "Outubro [mês do primeiro turno das eleições 2018] chegando, que estamos prestes a ter [tom irônico]... Não gosto nem de pensar! Estamos aí com Jair Bolsonaro concorrendo à presidência, né? Então tudo depende." (Débora, 24 anos). Mas, mesmo que o candidato não vencesse as eleições, os efeitos da campanha são destacados por Beatriz:

Vamos imaginar que não será o Bozo, vamos imaginar que não seja ninguém conservador... Mesmo assim os efeitos da campanha já estão sendo extremamente devastadores. O discurso conservador se autorizou... Convenhamos... Um indivíduo, um sujeito, homem, cis, aquele padrãozinho, que se autoriza a falar as barbaridades que este senhor fala, e a quantidade de seguidores, e o que mais me surpreende, a quantidade de seguidoras que bate palmas pro que este senhor fala... (Alice, 42 anos).

Alice, ao se referir a Jair Bolsonaro, usa uma das formas adotadas, em especial nas redes sociais, para fazer menção indireta ao político. Os filtros das redes sociais, em especial do Twitter, colocam as ocorrências de determinados verbetes em evidência, os chamados Trending Topics, "que são os assuntos mais comentados na rede social, ou seja, os tópicos com maior discussão naquele momento" (MARTINS; GONSÇALVES; FILHO, 2019, p.4). Isto evidenciava um movimento de resistência que buscava evitar a menção ao seu nome de forma a colaborar para que ele não

---

<sup>96</sup> Destacamos que optamos por nos referir a Jair Bolsonaro como candidato pois as entrevistas se deram em momento anterior ao pleito eleitoral.

vigorasse nos assuntos recorrentes, bem como diminuísse a chance de ser utilizado como filtro de ocorrência sistemática.

Neste ponto, cabe destacar a campanha adotada durante as eleições 2018, nas redes sociais, a partir das hashtags #elenão e #elenunca, como forma de posicionamento contrário ao na época candidato sem que ele fosse mencionado nominalmente, tendo sido um mote da campanha eleitoral neste processo que antecedeu a ida às urnas em outubro de 2018.

A despeito dessas tentativas

foi possível verificar que o candidato vencedor do pleito, Jair Bolsonaro, embora não seja o candidato com maior número de publicações, foi o candidato mais citado pelos opositores, o que mais apareceu referenciado nos trending topics e o candidato com maior total de curtidas e compartilhamentos em suas publicações. (MARTINS; GONÇALVES; FILHO, 2019, p.11).

As entrevistadas refletem sobre o quanto o discurso conservador que Jair Bolsonaro representa já causou efeitos danosos, e pode causar ainda mais ocupando a cadeira de Presidente da República. Jair Bolsonaro venceu às eleições para presidente da república em 2018.

Segundo (VALIM; FERNANDES, 2019), Bolsonaro chega ao poder justamente pela

apropriação do discurso sexista e LGBTfóbico, tornando as mulheres (especialmente as feministas) e as pessoas LGBTQs os principais “bodes expiatórios” de uma suposta crise dos valores dos “cidadãos de bem” e da “família brasileira”. (VALIM; FERNANDES, 2019, p.402).

Esta estratégia não é, de certo, uma novidade. Em Rubin (1998), vemos que nos Estados Unidos, década de 70, todo o movimento de direita/fundamentalismo religioso colocou na arena política a homossexualidade, a educação sexual para crianças, o aborto, entre outros temas que dialogavam diretamente com a sexualidade, pois perceberam o imenso apelo popular que estes temas continham. Assim a lógica do pânico moral é acionada em torno dessas temáticas que envolvem gênero e sexualidade, gerando mobilizações em torno da “família tradicional”, que é

o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo. (ALMEIDA, 2019, p.208).

Obviamente que nas narrativas conservadoras as famílias são sempre heterossexuais e cumpridoras da agenda binária naturalizante de gênero (MATTOS, 2018). A lógica do pânico moral foi uma estratégia de campanha das eleições 2018 de Jair Bolsonaro e em seu atual governo, uma agenda.

Em 2019, depois meses de seu governo, entrevistei 06 mulheres e o mesmo tom de medo, preocupação e insegurança apareceu como visto nas mulheres entrevistadas no período eleitoral. Continuaram a eleger o cenário político de modo unânime como o contexto que materializa o grande retrocesso para suas vivências lésbicas e conseqüentemente para a agenda LGBT. As

notícias da política, é muito assustador. Eu acho que a gente todo dia toma um soco na cara, como se todo dia a gente ligasse a tevê ou fosse ver na internet um programa de governo, ou um projeto de lei, um troço qualquer esfregando na nossa cara que a gente é lixo... Que só algumas pessoas têm direito à saúde, educação, moradia, sobrevivência, então eu acho que eu percebo mais o retrocesso neste jeito de governar, naquilo que tá sendo proposto, esfregando na cara da gente quem tem mais direito, quem é digno de receber aquilo que é público e quem não é digno... Essas coisas todas que a gente vê são tão chocantes que parecem inacreditáveis, parece que a gente tá no Conto da Aia [romance de Margareth Atwood], então eu acho que o retrocesso... eles são retrocessos governamentais, os retrocessos do governo. (Júlia, 47 anos).

Todas as participantes entendem e reconhecem que Jair Bolsonaro não é alguém sensível à pauta LGBT, mas este cenário não pode ser estendido ou generalizado, pois o político contou com o voto de muitos LGBTs. Por ser no mínimo inusitado, o tema foi capa da revista *Época*<sup>97</sup> em junho de 2018, que apresentou como ponto de partida a tentativa de compreender por que, mesmo atacados, ridicularizados e desumanizados pelo candidato, há jovens gays que apoiam e acolhem seus discursos. Importante frisar que nesta reportagem apenas homens gays foram entrevistados. Ao pesquisar capas de revistas brasileiras com matérias sobre lésbicas que apoiam/votam em Jair Bolsonaro ou em agendas conservadoras, nenhuma foi localizada. Seria mais uma vez a tão famosa invisibilidade que atravessa as lésbicas e suas vivências? Lésbicas não seriam assunto para a capa?

Cabe registrar que mulheres convocaram atos por todo país e no exterior no mês que antecedeu a ida às urnas. A mobilização representou uma significativa resistência contra a candidatura do deputado Jair Bolsonaro à presidência. A

---

<sup>97</sup> *Gays de direita: um singular voto conservador. Entenda por que alguns apoiam Bolsonaro, que sempre os atacou.* Matéria de capa da Revista *Época* em 18/06/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/gays-de-direita.html>

campanha #Elenão<sup>98</sup> ganhou as ruas de vários estados do Brasil e cidades no exterior no dia 29 de setembro de 2018. Aproveitando o registro, ressalto que as mulheres lésbicas são invisibilizadas tanto das pautas que discutem homossexualidade, pois os homens gays ainda vigoram enquanto protagonistas, como das pautas das mulheres, pois as mesmas são narradas como majoritariamente heterossexuais pela imprensa, na velha estratégia de universalização de nossas existências (SILVEIRA-BARBOSA; ROCHA, 2019).

Ressaltar isso não significa dizer que as lésbicas não estavam com os seus corpos nas ruas no dia 29 de setembro, e sim, pensar a viabilidade das alianças de diferentes mulheres e como a precariedade tem atuado como este lugar de interação entre grupos que às vezes apresentam vivências e realidades tão distintas.

Segundo Judith Butler (2018), a precariedade expõe nossa sociabilidade, logo não pode ser desconectada da dimensão política, econômica e tão pouco de gênero. Assim, quando as mulheres aparecem como sinônimo de “fraquejada”<sup>99</sup> nas declarações do candidato/Presidente Jair Messias Bolsonaro, presenciamos uma das crenças centrais deste sistema patriarcal que coloca o Brasil, por exemplo, entre os países que apresentam as taxas de feminicídio<sup>100</sup> mais elevadas do mundo. O sistema narrativo de Bolsonaro, expõe todo um conjunto de afirmativas que estruturam e alimentam a precariedade que forja uma série de corpos, em foco nesta tese, os corpos das mulheres lésbicas. Mas não podemos esquecer que também pode atuar como potente alimento de mobilizações, encontros, cuidado e resistência.

Como algumas das entrevistas foram feitas perto das eleições de 2018, a incerteza sobre o que aconteceria no cenário político foi, em muitas vezes, o foco das falas. A preocupação de como se sustentaria um Estado democrático cada vez mais invadido por representantes fundamentalistas, que insistem em legislar a partir de preceitos morais hegemônicos cristãos, deixando assim de fora os que não se enquadrariam nesses parâmetros. Assim como devemos pensar nessa correlação

---

<sup>98</sup> *#EleNao: Campanha contra Bolsonaro é um dos assuntos mais comentados do mundo*. Matéria publicada na revista Fórum em 13 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/elenao-campanha-contrabolsonaro-e-um-dos-assuntos-mais-comentados-do-mundo/>

<sup>99</sup> Bolsonaro: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Reportagem publicada no site da Revista Fórum em 05 de abril de 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-eu-tenho-5-filhos-foram-4-homens-a-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-e-veio-uma-mulher-3/>

<sup>100</sup> *Feminicídio no Brasil*. Artigo publicado no site da Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/#feminici%C2%ADdio-no-brasil>

feita por elas entre o então candidato Jair Bolsonaro e o prejuízo para as pautas que envolvem as lutas LGBT no campo da política.

Todas as participantes o reconhecem, nessa centralidade, como uma figura ameaçadora, violenta e que traz através do slogan "Deus acima de todos", preceitos conservadores que não contemplam a diversidade. Aqui, acionamos outro ponto que aparece nas falas das mulheres entrevistadas e que anteriormente discutimos que é a identificação do presidente Jair Bolsonaro como alguém homofóbico e não sensível às questões da pauta LGBT. Então qual foi a reação do presidente assim que soube que homofobia e transfobia agora são crimes no Brasil? Sabemos que a manifestação do mesmo foi contrária e se deu em um café da manhã com jornalistas no dia 14 de junho de 2019, onde ele afirma:

Com todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, eu pergunto: existe algum, entre os 11 ministros do Supremo, evangélico? Cristão assumido? Não me venha a imprensa dizer que eu quero misturar a Justiça com religião. Todos nós temos uma religião ou não temos. E respeitamos, um tem que respeitar o outro. Será que não está na hora de termos um ministro no Supremo Tribunal Federal evangélico? (parte do discurso do presidente Jair Bolsonaro<sup>101</sup>, 2019, s/p).

Essa aliança do presidente Jair Bolsonaro com religiosos fundamentalistas esteve presente em toda sua campanha eleitoral de 2018 e continua estruturando seu governo, como podemos ver, por exemplo, com a nomeação da pastora evangélica Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Vale lembrar que em novembro de 2019, durante a celebração dos 30 anos da Convenção sobre o Direito das Crianças da ONU, foi inaugurado um canal de denúncias nas escolas do nosso país para que fossem divulgados pelas famílias os conteúdos considerados inadequados dentro das escolas. Na ocasião, a ministra Damares afirmou:

Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família. A família precisa ser ouvida. Precisamos falar de temas polêmicos, da forma certa, usando o material correto e obedecendo a idade das crianças. (Ministra Damares em reportagem<sup>102</sup> do dia 20/11/2019 - Jornal O Globo).

Durante as eleições, era esperado que o pastor e senador Magno Malta (PR-ES) fosse ocupar a pasta. O mesmo participou de toda a campanha para presidência

---

<sup>101</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/bolsonaro-disse-que-decisao-do-stf-sobre-homofobia-foi-completamente-equivocada.ghtml>

<sup>102</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/20/governo-cria-canal-para-denuncias-sobre-ocorrencias-em-escolas.ghtml>

da República de Jair Bolsonaro e pode ser visto discursando e orando nos palanques junto ao então candidato. Magno Malta não conseguiu se reeleger nas eleições de 2018 e não assumiu a pasta da mulher, da família e dos direitos humanos. Quem foi acionada, como dito, foi Damares Alves, até então assessora parlamentar de Magno Malta.

Ainda no campo do cenário político e de seus nomeados retrocessos, nossas participantes citam a execução da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco<sup>103</sup> e o enorme silêncio por parte das autoridades que investigam o crime. Mesmo com todas as mobilizações nacionais e internacionais sobre o caso,

aqui no Brasil, quem tá no sistema, porque somos poucos ainda no sistema, você não tem uma resposta, de uma mulher que tinha uma pauta extremamente implicada, que ia contra esses pilares hegemônicos, negra, lésbica... Teve a cabeça estourada e até agora não se responde por isso. (Beatriz, 41 anos).

A Vereadora Marielle Franco foi assassinada conjuntamente com o seu motorista em março de 2018. Ela nasceu em um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré, em 1979. Representava o que muitos jovens que vivem à margem desejam, mas nem sempre conquistam que é mobilidade social (OLIVEIRA, 2018). Em cada espaço ocupado, curso de graduação, pós-graduação, Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, etc. ela materializava a mulher negra, lésbica, de periferia e por não ser algo comum

Havia muito ódio contra a Marielle, e ainda há contra outras políticas que são bem parecidas com ela pelo fato de serem negras e da periferia. Podemos perceber isso por meio de comentários maldosos na internet, concluindo por meio disto a intolerância que essas mulheres sofrem ao chegar e ocupar um espaço de poder historicamente dominado por homens brancos de classe média. (OLIVEIRA, 2018, p.10).

Interessante esta ilustração que fala sobre a ocupação dos espaços de poder, pois Beatriz argumenta sobre a pouca representatividade nos sistemas (legislativo, judiciário, etc.) pelas mulheres lésbicas. Ela questiona:

quem são as mulheres lésbicas me representando no legislativo, por exemplo? Quem é a bancada LGBT? A gente ainda tem muito pouca expressão nesses lugares decisivos, que são importantes. Eu sei que isso tem sido articulado e pensado [na sociedade], mas no cenário político... (Beatriz, 41 anos).

<sup>103</sup> Vereadora do PSOL Marielle Franco é morta a tiros no centro do Rio. Matéria publicada no jornal O Globo em 14/03/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>

Quais serão os efeitos desses retrocessos nos corpos, na saúde das nossas entrevistadas? Como isso atravessa as vivências cotidianas das mulheres lésbicas? A resposta que Alice dá para essas questões ilustra alguns aspectos que envolvem esses efeitos:

Eu não quero ter medo de sair do meu prédio, eu não quero ter medo de voltar pra casa, eu não quero ter medo por perceber que as pessoas vão começar a se autorizar ainda mais a dizerem qual é o modo certo de viver, e eu não vou me encaixar nesse modo certo de viver. Então em vários momentos eu penso que eu não tô no lugar certo. Que eu só quero poder ter o direito de viver a minha vida do jeito que eu vivo. [...] Eu não quero e não consigo lidar com a possibilidade de ter que esconder... Ter que me esconder, pra mim, é a mesma coisa que a morte. E isso eu não quero. Isso eu não sou capaz de aceitar. (Alice, 42 anos).

Alice foi entrevistada em agosto de 2018, momento das campanhas eleitorais no país. Ela estava profundamente mobilizada com a possibilidade de o candidato Jair Bolsonaro sair vitorioso nas urnas, e diz:

Há dois, três meses atrás, eu tenho pensado: cara, se ele ganhar eu vou pegar minha mulher, o carro, uns pufs, umas roupas, o computador, umas fotos, vou atravessar a fronteira dia 26 de dezembro [de 2018] e vou pro Uruguai. Vou fechar o apartamento, vou... (Alice, 42 anos).

Importante fechar este item compartilhando que não encontramos nenhum outro artigo ou estudo que apresentava narrativas de mulheres lésbicas sobre o cenário brasileiro político atual, assim como o período eleitoral e os impactos da vitória de Jair Bolsonaro em suas vivências. Achamos materiais, como compartilhado neste item, que analisam a vitória de Bolsonaro e o avanço do fundamentalismo religioso em nossa política, mas nenhum deles traz enquanto protagonistas mulheres lésbicas e suas reflexões.

#### **4.4 Outras possibilidades: internet e suas redes sociais, casamento civil e televisão**

Em relação aos avanços, poucos marcadores foram trazidos pelas nossas entrevistadas. Penso que o período pré e pós eleitoral esteve muito presente nas interlocuções das entrevistadas. Ingrid (39 anos) sintetiza este pensamento quando logo na primeira pergunta responde:

Eu acho difícil essa pergunta. Se eu tenho experimentado mais retrocesso ou avanço no dia a dia, no meu dia a dia... Difícil responder esta pergunta sem o impacto da última eleição e a vitória do Bolsonaro... Eu acho que nesse momento eu tenho muita dificuldade de ver avanço. Porque eu acho isso um

puta retrocesso, ver o que essa eleição mobilizou e que culminou na vitória dele. E o quanto ele representa retrocesso, atraso, violência, então eu tô muito assustada com o que vem por aí e com medo... Por mais que eu saiba que os avanços aconteceram...

Os avanços trazidos aparecem quando elas falam sobre a internet (as redes sociais), o casamento e a televisão. Apontam que estes espaços são contextos onde a expressão da existência lésbica/homossexual pode ser experimentada de modo menos oprimido, ganhando cada vez mais visibilidade e representatividade. Entendem que na rede é possível se expor com mais facilidade em suas vivências relacionadas aos desejos e aos afetos. Como diz Débora,

eu me sinto muito livre pra colocar uma foto, fazer uma declaração, postar o que eu quero no mundo virtual, na internet, no facebook, nas redes sociais. Eu não sinto nenhum tipo de opressão, eu não me sinto nem um pouco desconfortável... Agora, assim, no mundo real, eu diria que depende também do ambiente onde você tá. (Débora, 24 anos).

Ou ainda, como complementa Esther,

Eu percebo sim que os avanços têm ocorrido [...], principalmente através das redes sociais, mídias, a própria programação televisiva, enfim... Redes sociais em geral, twitter, instagram, facebook, enfim... As pessoas têm se manifestado mais, né? (Esther, 30 anos).

Importante marcar que esta compreensão que circunscreve a internet e as redes sociais no campo dos avanços das vivências LGBT aparece com bastante ênfase na fala das entrevistadas mais jovens, ou seja, as que nasceram nas décadas de 1980 e 1990 (Camila, Débora, Esther, Flávia, Gilda, Heloísa, Ingrid e Kelly). As participantes nascidas na década de 1970 (Alice, Beatriz e Júlia) se referiram também aos espaços digitais para refletir sobre os progressos, mas trouxeram conjuntamente o casamento civil como uma marco de progresso, destacando que no Brasil, tanto a união estável<sup>104</sup> quanto o casamento civil<sup>105</sup> são direitos conquistados sem a participação do Congresso Nacional (FILHO; RINALDI, 2018; LAHNI; AUAD, 2019).

Como dito anteriormente, com uma bancada cristã fundamentalista cada vez maior e articulada, projetos que dialoguem diretamente com a agenda LGBT não encontram fluxo na agenda da casa. Por isso, o STF (Supremo Tribunal Federal), como representante do poder judiciário, tem sido convocado “na produção de maior acesso à justiça e a igualdade de direitos. Tais argumentos são produzidos a partir da

<sup>104</sup> O STF reconheceu a união estável homossexual enquanto entidade familiar em 2011. Link disponível em: <https://direitofamiliar.jusbrasil.com.br/artigos/496272286/uniao-estavel-e-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo>

<sup>105</sup> O Conselho Nacional de Justiça determinou através da resolução 175/2013 que os cartórios em todo o país devem celebrar casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2013. Link: Idem nota 98.

acusação de que o poder legislativo privilegia os ensejos de uma maioria e que, ao fazê-lo, cristaliza desigualdades sociais.” (FILHO; RINALDI, 2018, p.31-32).

A conquista do casamento civil significa, para uma das entrevistadas,

que a gente conseguiu dar vários passos à frente, que a gente conseguiu avançar, que o fato de hoje eu poder estar casada com a minha esposa é uma coisa muito mais simples, é uma conquista grande de direitos (Alice, 42 anos).

Ainda sobre o casamento, Flávia afirmou:

Todo mundo sabe que eu tenho uma esposa e tudo mais, mas ao mesmo tempo, a questão do retrocesso que eu vejo por conta do cenário político, né? Por conta dessa eleição [eleições 2018], a gente acelerou o nosso casamento, não que a gente não fosse casar, mas aceleramos. [...] O lance do casamento civil de pessoas do mesmo sexo, por ser uma sumula e não uma lei... Eu hoje garanti... Garanti o meu, mas eu quero que outras pessoas também garantam os seus. (Flávia, 34 anos).

Retomando as colocações de Débora (24 anos) e Esther (30 anos) sobre a internet e as redes sociais, pensando sobre isso, segundo Hascemberg, Endo e Camelo (2016), a internet e suas redes podem ser compreendidas como ferramentas que favorecem as oportunidades de exploração dos mais diversos conteúdos/temas proporcionando uma comunicação dinâmica, ágil. Pensar na importância que tem “a possibilidade de pessoas, ONGs e movimentos sociais tornaram-se emissores de conteúdo representa um grande potencial de transformação que a internet pode proporcionar.” (DANTAS; NETO, 2015, p.3).

As entrevistadas ponderam que nem sempre estas conquistas aparecem de modo tão potente na vida cotidiana, na cidade e nos seus espaços de ocupação. Esta questão se prontifica na fala de Heloísa (29 anos), quando ela afirma que

Eu tenho sentido mais medo de sair na rua [pós eleição de Jair Bolsonaro] e de assumir minha minha identidade lésbica, mas ao mesmo tempo eu acho que na internet, o movimento de internet aumentou muito, tipo... é... no mundo real assim [muito risos] digamos entre aspas... as pessoas estão mais unidas, estão mais atentas...

Vemos

que na internet, no ambiente acadêmico [estudante universitária] eu me sinto mais livre para falar sobre minha sexualidade e vivê-la. Entre os meus amigos da minha faixa etária também. Porém, na minha família e no trabalho... eu tenho enfrentado muitos problemas. (Kelly, 23 anos).

Os avanços via internet e redes sociais geram representatividade, visibilidade, espaços de pertença, resistência, mas parecem ineficientes em apagar ou transformar

a sensação de insegurança das mulheres lésbicas no exercício de suas cidadanias pelo Rio de Janeiro, pelo menos nas narrativas de nossas participantes.

Ao realizarmos o levantamento bibliográfico (anos de 2016 e 2017) sobre as produções bibliográficas acerca das lesbianidades, não encontramos nenhum artigo que dialogasse com a temática da internet e seus diferentes usos por diferentes mulheres lésbicas. O mesmo não aconteceu sobre as mídias televisivas, pois nessa intercessão achamos produções que faziam a interface entre a representatividade lésbica nas telenovelas brasileiras.

Lembramos que Dantas (2016) em seu trabalho faz uma análise da identidade lésbica a partir de quatro novelas que foram transmitidas pela Rede Globo - Torre de Babel (1998), Mulheres Apaixonadas (2003), Senhora do Destino (2004) e Babilônia (2015). A mesma afirma que

construímos um breve histórico de relacionamentos lésbicos apresentados pela teledramaturgia brasileira. No entanto, ganhamos profundidade apenas em torno de quatro casais específicos, escolhidos após constatarmos que estes retrataram momentos distintos da luta por visibilidade lésbica, marcados tanto pela rejeição (Torre de Babel e Babilônia) quanto pela aprovação (Mulheres Apaixonadas e Senhora do Destino). Além disso, nota-se também a evolução da teledramaturgia brasileira e, conseqüentemente, de seu papel enquanto produto de consumo de massas. (DANTAS, 2016, p.6-7).

Outra autora que analisa a novela Babilônia e fala sobre a rejeição do público ao casal lésbico vivido pelas atrizes Fernanda Montenegro e Natália Timberg e que também é citada no levantamento bibliográfico desta tese é Pires (2016). O trabalho dela é um dos poucos exemplos coletados que faz uma análise aprofundada sobre a invisibilidade de produções acerca das vivências lésbicas na terceira idade.

Soares (2017) afirma que mesmo a representatividade LGBT aumentando nas novelas brasileiras, ainda temos uma maioria representada por homens brancos, cisgêneros, gays. Essa conclusão é feita pela autora após uma análise das novelas transmitidas pela Rede Globo de 1970 a 2016.

O fato é que “os meios de comunicação de massa – incluindo a televisão – passaram a atuar enquanto disseminadores de informações referentes às suas pautas, contribuindo, inclusive, para o levantamento de questões alusivas à comunidade lésbica.” (DANTAS, 2016, p.12). Esta ideia é corroborada pela fala de Esther, quando afirma que

a gente tem conseguido ter uma certa visibilidade, e não só na nossa rotina, mas também na mídia, com representações em novelas, enfim, [...] Minhas tias, por exemplo, ou minha mãe: “ah, não aceito” e tal. Ou: “nunca aceitaria alguém assim na minha família... Esse tipo de coisa, né?” Mas ao mesmo tempo em que há essas resistências, há também uma naturalização, porque

já se vê isso na novela das nove, já se vê isso na novela das seis, já se vê isso na novela das sete... (Esther, 30 anos)

### Ou até mesmo

essa questão da representatividade em tudo, as pessoas passam a ter contato maior com os assuntos. [...] Porque, por exemplo, hoje em dia você já tem, sabe? Você vê que tem uma novela que passa um beijo gay, porque assim que as pessoas acolhem aquilo... (Débora, 24 anos)

Mas quando o assunto é representatividade Soares (2017) aponta, como vimos, que as novelas apresentam muito mais personagens gays, brancos, cisgênero. Ela afirma que “em 46 anos existiram 156 personagens que se encaixam em arquétipos LGBT, mas apenas oito eram negros. Desses, cinco homens negros, uma mulher bissexual, uma travesti, uma transgênero e nenhuma lésbica.” (SOARES, 2017, p. 257).

Outro ponto interessante surgiu apenas em uma entrevista realizada em abril de 2019 com a Flávia. Naquele momento, pensando sobre avanços, ela afirmou:

Eu acho que a ciência vai avançar. Uma questão que não é tanto nossa enquanto mulheres lésbicas e homens gays... acho que a ciência vai aumentar na saúde, né? A questão da AIDS, a questão de outras doenças, a questão da prevenção. Então eu acho que a ciência vai avançar nesses termos... (Flávia, 34 anos).

Então, no mês seguinte, em maio de 2019, o Governo Federal promoveu alterações<sup>106</sup> na estrutura dos programas responsáveis pelo combate à AIDS ligados ao Ministério da Saúde. O que até então era o Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites virais se funde com outros programas e se torna Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A medida é muito criticada pelas entidades de combate à AIDS no Brasil como podemos ilustrar com um trecho da nota de repúdio divulgada pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) que afirma

Não se trata apenas uma questão de nomenclatura: é o fim do Programa Brasileiro de AIDS. O governo, na prática, extingue de maneira inaceitável e irresponsável um dos programas de AIDS mais importantes do mundo, que foi, durante décadas referência internacional na luta contra a AIDS. Mais do que um programa, esse decreto acaba com uma experiência democrática de governança de uma epidemia baseada na participação social e na intersetorialidade. (ABIA, em 22 de maio de 2020).<sup>107</sup>

<sup>106</sup> Link disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/27/O-que-o-governo-alterou-no-C3%B3rgo-C3%A3o-da-Sa%C3%BAde-que-trata-do-HIV>

<sup>107</sup> Link disponível em: <http://abiuids.org.br/politica-de-morte-o-fim-do-departamento-de-aids/32852>

O Programa Brasileiro de AIDS é internacionalmente reconhecido (MARQUES, 2002; TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015) e na

Na XIV Conferência Internacional sobre Aids realizada em Barcelona, Espanha, em junho de 2002, ficou claro para os brasileiros ali presentes que a resposta nacional à epidemia de aids era reconhecida internacionalmente como exemplo de política pública de saúde. Era com orgulho que cada um comentava o lugar de destaque do Brasil no cenário mundial de luta contra a doença. (TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015, p.437).

Por isso que as alterações promovidas pelo Governo Federal em maio de 2019 foram compreendidas como um retrocesso preocupante no cenário de programas e políticas de combate à aids, visto que o Brasil segue

Na contramão do cenário internacional, os dados brasileiros apontaram que a aids está longe de ser controlada e que atingiu seus piores indicadores nesses mais de trinta anos da doença. Desde 2011 a barreira dos quarenta mil casos novos anuais foi ultrapassada, sem sinais de que voltará a reduzir em um curto período de tempo. (GRANGEIRO; CASTANHEIRA; NEMES, 2015, p.5).

Em julho de 2019, a Agência Aids Brasil compartilhou dados da Unaid, a agência da ONU (Organização das Nações Unidas) especializada no mapeamento de dados da epidemia pelo mundo. De acordo com a agência<sup>108</sup>, entre 2010 e 2018, a América Latina teria registrado uma queda de 5% no número de novos casos, se não contasse com o Brasil em seu grupo. Segundo os dados, o Brasil apresentou um aumento, neste intervalo de oito anos, de 21% no número de novos casos. Em números

o Brasil registrou 44 mil novos casos em 2010. Em 2018, esse número foi de 53 mil. Por conta de seu tamanho, o País acabou influenciando a média latino-americana, que viu uma alta de 7% neste período. Em 2018, foram 100 mil novos casos na região, com 35 mil mortes. (Fonte: Agência AIDS Brasil)<sup>109</sup>

As afirmações de Flávia não se concretizaram neste sentido, do avanço político, logo após nossa entrevista as transformações no Programa Brasileiro de AIDS caminharam em uma direção que não está sendo compreendida enquanto avanço e diante do cenário exposto pela Unaid e preocupante pensar nos efeitos dessas transformações.

Nenhuma outra questão foi posta neste sentido pelas entrevistadas.

---

<sup>108</sup> Link disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/dados-da-onu-na-contramao-do-mundo-brasil-tem-aumento-de-21-de-novos-casos-de-sids-em-8-anos/>

<sup>109</sup> Link disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/dados-da-onu-na-contramao-do-mundo-brasil-tem-aumento-de-21-de-novos-casos-de-sids-em-8-anos/>

## 5 O FUTURO A DEUS PERTENCE?!?

Bem, chegamos ao último capítulo desta tese e, com isso, às respostas fornecidas pelas nossas participantes à pergunta de número 3 do roteiro das entrevistas. Este capítulo não se pretende teórico como os anteriores e sim fazer uso das falas de todas as mulheres lésbicas participantes desta pesquisa para conjuntamente conosco fazerem um fechamento destas discussões. Uma proposta coletiva de considerações finais. Escrito com minhas palavras e pelas das onze mulheres que estiveram comigo e tornaram esta incursão possível.

Mesmo que algumas entrevistadas, como citado anteriormente, tenham sido abordadas durante as eleições de 2018 e o resultado que as urnas revelaria ainda não era conhecido, as pesquisas de boca de urna para primeiro e segundo turno demonstravam o candidato Jair Bolsonaro sempre em primeiro lugar e, assim, conseqüentemente toda sua articulação com os setores religiosos fundamentalistas como visto em capítulo anterior.

Com a vitória de Bolsonaro, o seu lema de campanha - Deus acima de todos - transforma-se em estrutura de governo e nosso futuro (pelo menos até 2022) será comandado por um poder executivo que se estabelece a partir de uma prática não laica, contrariando assim nossa constituição, pois é vedado ao Governo Federal, aos Estados e aos municípios:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
- III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. (Constituição Federal, Título III, Cap. I, art. 19, 1988)

Vimos no capítulo 3 que não é apenas o poder executivo que funciona a partir de uma lógica não laica, pois a cada eleição há o aumento de parlamentares que também dialogam com este fundamentalismo religioso. Então, mesmo que o atual presidente não se reeleja, o Congresso Nacional continuará na manutenção de uma agenda que - como também discutimos -, não coloca em votação nenhum projeto de lei que promova direitos e políticas públicas para a população LGBT.

Nossas participantes apontaram através de suas narrativas que a articulação de Bolsonaro com grupos religiosos fundamentalistas é um sinal claro de retrocesso no cenário político brasileiro. Tatiana Lionço (2018) afirma que políticos

conservadores usam a roupagem de religiosos porque são oportunistas da fé alheia e propagadores de discursos de ódio. Segundo Lionço, seus mandatos são um desserviço a todo esforço histórico por justiça social.

Então, em relação ao futuro, quando perguntadas sobre como imaginavam ou projetavam os próximos cinco ou dez anos, tendo a pauta LGBT como foco, o cenário político atual e o presidente Jair Messias Bolsonaro aparecem nas falas de todas as participantes, narrativas que oscilam entre o pessimismo e a esperança.

Penso que

tô muito contaminada pela vitória do Bolsonaro, então eu não vejo com otimismo, porque eu acho que ele representa o que há de mais obscuro, então como eu imagino os próximos cinco anos? Quando a gente pensa na pauta LGBT, eu não consigo nem imaginar, porque claramente ele é contrário. (Ingrid, 39 anos).

Assim

eu não queria ser pessimista mas eu acho que com o atual governo federal e estadual (risos nervosos) ... Eu acho que minhas perspectivas são as piores possíveis na verdade (mais risos nervosos). Então assim, eu tô bem pessimista e com bastante medo e eu acho que o que eu tô fazendo é tentar contar com os nossos pares, né? Contar com as pessoas que estão tentando apoiar a gente, mas no micro, sabe? [...] No macro, assim politicamente e de perspectiva, nesse sentido, acho que são as piores possíveis, sabe? Eu não espero, sinceramente, que nada de positivo e potencializado vai acontecer nesse momento. (Heloísa, 29 anos).

Porque a questão

de eleger e termos eleito pessoas que nos representem. E as eleições, pelo menos essa, que tá mais viva na cabeça da gente, e os dados mostram, que a cada eleição que passa a bancada fundamentalista consegue ter mais representantes. E, entenda, eu não digo que você precise ter uma candidata lésbica, não tô dizendo dessa forma literal, mas você precisa ter candidatos absolutamente implicados com a pauta. (Beatriz, 41 anos)

Quero poder intuir

que no fundo do poço tem uma mola, e a gente tá chegando no buraco quente de coisas que já vem sendo orquestradas, digamos assim, há um bom tempo, né? Cada vez um número maior de pessoas que levam a religião a ferro e fogo, um número cada vez maior de pessoas caretas, conservadoras, [...] Eu acho que a gente ainda tá vivendo um momento difícil, eu acho que a tendência é continuar piorando, talvez por uns dois anos. Quem sabe, sei lá... Lá pra 2022, a gente possa dizer assim: ah, então agora a gente já saiu do purgatório (risos nervosos)... (Júlia, 47 anos)

Sobre os avanços, acredito

que não vá avançar muita coisa... eu imagino que a gente tá caminhando para o retrocesso e de verdade, não sei como te respondo isso... A gente tá parado... eu não consigo ver avanço... Só consigo ver que o pouco que a

gente tem... seja retirado... então eu não vejo caminhando para lugar nenhum. (Gilda, 22 anos).

### Estamos em um momento

muito conturbado, devido ao estado atual político do país e a proximidade com as eleições, que pode resultar em grandes retrocessos se o conservadorismo predominar, mas eu acredito que estamos mais próximas de mais avanços na pauta LGBT pros próximos anos. (Camila, 24 anos).

### Embora vejamos

nitidamente os retrocessos, na verdade muito... Esse discurso de conservadorismo, na verdade tirou o preconceito do bolso e legitimou isso, né? O que antes era preconceito, não pode ter preconceito com gay, não pode ser racista, não sei o que... Agora as pessoas se dão ao direito, por termos a frente, né? Um presidente que valoriza tudo isso... Isso ficou nítido, ficou muito escroto de você ver isso, mas em contra partida, vejo coisas muito boas e muito mais lindas de resistência, né? Você viu o samba da Mangueira ganhar em primeiro lugar [Campeã em 2019 com o samba] ... (Flávia, 34 anos)

### Ao mesmo tempo em que

a gente tem visto um fortalecimento das causas LGBT através de mais representatividade, no Congresso, em coletivos diversos, né? Ao mesmo tempo a gente tem percebido um levante de forças contrárias, e aí estendo minha fala pra Bolsonaros da vida, né? E essas forças de direita que tentam resgatar a família tradicional brasileira, patriarcal, enfim... [...] Quando eu me projeto pros próximos cinco anos, eu projeto um cenário de muita luta, ainda, mas uma resistência mais cansada, porque eu vejo que não tem como parar e assim, as gerações vão avançando. (Esther, 30 anos).

### Apesar do atual cenário

de tentativa de silenciamento nós já conseguimos ter crianças com um olhar mais sensível a essas questões [LGBT]. Compreendo a necessidade de enfrentamento mais direto, mas percebo que a melhor forma de estremecer esses estigmas tão enraizados é abalando as bases do pensamento e pondo em conflito isso tudo que se apresenta como verdade absoluta sobre as formas de viver e ser no mundo. Tenho muita esperança no futuro! (Kelly, 23 anos)

### Para os próximos cinco, dez anos

eu quero isso pros meus próximos dez anos, eu só quero fazer cinquenta anos podendo estar ao lado da minha mulher. É só isso que eu quero. E eu acho que esse momento que a gente tá vivendo tá causando marcas profundas. E ao mesmo tempo chamando a gente pra luta, ao mesmo tempo exigindo que a gente dê nossa cara à tapa! Acho que é por isso que eu tenho me sentido tão cansada... Porque se já não bastasse todas as coisas que a gente precisa dar conta no dia a dia da gente, né? Acordar, resolver coisas de casa, resolver coisas de trabalho, administrar os amigos, administrar a família, administrar a rotina, pagar conta, se divertir, ter uma alimentação saudável, cuidar do corpo, pensar nos nossos próprios dilemas existenciais, que já são muitos, a gente ainda tem que dar conta dessa porra toda, cara! (Alice, 42 anos)

Concluo o trabalho com as narrativas das mulheres que entrevistei e suas reflexões e projeções sobre o futuro. Terminei como elas, dividida entre momentos de pessimismo, risadas nervosas e esperança no futuro. Elas, nós, protagonizamos a elaboração de um material histórico, que terá registrado, através de narrativas de mulheres lésbicas momentos importantes da história política do nosso país.

Nada melhor do que ecoar nossas vozes. Muitas de nós, mulheres lésbicas, estiveram presentes na XVII Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, no dia 22 de junho de 2019, no vão do Museu de Artes de São Paulo – MASP, às 14h, a primeira caminhada após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e que entoava assim...

FIGURA 3 - Manifesto distribuído na XVII Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo (SP, Brasil, 2019)

### Músicas/palavras de ordem

Ô BOLSONARO, NEM VEM,  
NEM TENTA  
O SEU ÓDIO  
NÃO NOS REPRESENTA

A NOSSA LUTA É TODO DIA  
CONTRA O MACHISMO, RACISMO E  
LESBOFOBIA/BIFOBIA/TRANSFOBIA

A NOSSA LUTA É TODO DIA,  
SÓMOS MULHERES E NÃO  
MERCADORIA!

A NOSSA LUTA É POR RESPEITO,  
MULHER NÃO É SÓ BUNDA E PEITO!

AS BI, AS TRANS, AS TRAVA E  
AS SAPATÃO  
TÃO TUDO ORGANIZADA PARA  
FAZER REVOLUÇÃO

EEEEEEU SOU SAPATÃO  
VOU BEIJAR NA BOCA  
PARA FAZER REVOLUÇÃO  
EU CORTO AS MINHAS UNHAS  
PARA NÃO MACHUCAR MOZÃO

EU PEGO OS MANO, EU PEGO AS  
MINA,  
PORQUE NESSE ROLÉ,  
NINGUÉM ME DOMINA

AAAAAI BUCETA,  
BATEU UMA ONDA FORTE  
TOU VENDENDO SAPATÃO  
DA ZONA SUL À ZONA NORTE

SE O CORPO, SE O CORPO,  
SE O CORPO É DA MULHER;  
ELA DÁ PRA QUEM QUISER,  
ELA DÁ PRA QUEM QUISER!  
ELA DÁ PRA QUEM QUISER,  
INCLUSIVE PRA OUTRA MULHER

EU NÃO SOU MISS,  
NEM AVIÃO,  
MINHA BELEZA NÃO TEM PADRÃO

NÃO SOU MODELO,  
DE PASSARELA,  
A MINHA VIDA NÃO É NOVELA

O ABRE-ALAS QUE EU QUERO PASSAR  
O ABRE-ALAS QUE EU QUERO PASSAR,  
SOU FEMINISTA, NÃO POSSO NEGAR  
SOU FEMINISTA, NÃO POSSO NEGAR!

TE CUIDA, TE CUIDA,  
TE CUIDA SEU MACHISTA  
QUE A AMÉRICA LATINA VAI SER  
TODA FEMINISTA

SE O MUNDO, SE O MUNDO  
FOSSE CHEIO DE SAPATÃO  
SERIA A REVOLUÇÃO  
REVOLUÇÃO DA SAPATÃO  
SERIA A REVOLUÇÃO  
REVOLUÇÃO DA SAPATÃO

ETA, ETA, ETA  
NÓS GOSTAMOS DE BUCETA

FIGURA 3 - Manifesto distribuído na XVII Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo (SP, Brasil, 2019) – pg.2

## VXII CAMINHADA DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DE SÃO PAULO

# MANIFESTO

**“A POLÍTICA DO ÓDIO NÃO NOS REPRESENTA! MULHERES LÉSBICAS E BIS, TRANS E CIS, NA MESMA LUTA PELA VIDA E POR LIBERDADE”**

Pela décima sétima vez, as mulheres lésbicas e bissexuais tomam as ruas de São Paulo para mostrar que existem e resistem, em uma sociedade que insiste em invisibilizá-las cotidianamente.

Pela décima sétima vez vamos às ruas um dia antes da Parada do Orgulho LGBTI, em manifestação própria, para mostrar nossos rostos, nossos corpos e nossas vozes de forma independente e com a força da nossa auto-organização.

Neste ano vamos à ruas com o tema **“A política do ódio não nos representa! Mulheres lésbicas e bis, trans e cis, na mesma luta pela vida e por liberdade.”**

Vivemos hoje no Brasil sob um governo autoritário e ideológico, que tem feito de tudo para aumentar a discriminação e o ódio contra todas as pessoas consideradas diferentes.

Nós mulheres, que já sofremos com feminicídio, transfeminicídio e lesbocídio, não aceitaremos seguir sendo vitimizadas pela violência machista, sexista, lesbofóbica, bifóbica, transfóbica e racista - que só aumenta quanto mais se flexibiliza o acesso a armas de fogo.

Nós mulheres, que já sofremos discriminação no mercado de trabalho, no atendimento de saúde e na educação, vemos nossa situação piorar com todas as medidas tomadas pelo governo de Bolsonaro, que retirou a população LGBTI das políticas de direitos humanos, extinguiu os conselhos participativos e apoia o movimento “escola sem partido”. Ao contrário do nome, as iniciativas do atual Ministério da Educação são partidárias, ideológicas, retirando de livros didáticos e da base curricular qualquer debate sobre gênero, diversidade e sexualidade nas escolas, impondo uma educação sem pensamento crítico, sem participação das e dos alunos e fortalecendo uma sociedade de exclusão.

Esse governo não nos representa! Mais

do que isso, esse governo nega nossa existência na medida em que projeta e aplica políticas que significam reforçar a ordem patriarcal, que nos aprisiona aos estereótipos de gênero e naturaliza a violência contra nossos corpos, tratando a nossa sexualidade e nossas identidades como uma aberração e atacando os direitos básicos de trabalhadoras e trabalhadores em diversos níveis.

O poder que apoiou a eleição do misógino, racista e LGBTfóbico Bolsonaro é o poder das grandes elites que nos exploram cotidianamente, sem nos garantir direitos e invisibilizando nossa existência. Trata-se do poder capitalista que lucra com nossa opressão.

Somos contra os ataques aos povos indígenas, somos contra os cortes na educação, somos contra a reforma da previdência!

Somos feministas e a luta contra a cultura de estupro e pelo direito ao aborto é fundamental para nós também. A violência sexual é particularmente grave contra as lésbicas e mulheres bissexuais, que sofrem estupros corretivos porque a sociedade patriarcal não aceita que nosso amor seja livre e não voltado exclusivamente aos homens.

A sociedade nos ensina a competir umas com as outras, a política do ódio é a política do todos contra todos, da competição e da violência. Mas, seguindo o caminho contrário ao que a sociedade nos ensina, nós amamos mulheres e cuidaremos das nossas e dos nossos, defendendo uma sociedade em que o cuidado e o amor sejam livres e estejam à frente do lucro e da violência.

**Somos diversas, mas não dispersas! Seremos resistência! A política do ódio não nos representa! Mulheres lésbicas e bis, trans e cis, na mesma luta pela vida e por liberdade”**

## INSPIRAÇÕES

Durante o momento de revisão e finalização da tese, diversos novos elementos *pitorescos* foram se interpondo, elementos esses que levaram à própria revisão dos títulos adotados em cada um dos capítulos e subcapítulos deste trabalho.

Um vídeo gravado pela cantora Zélia Duncan em seu perfil no Instagram (@zeliaduncan)<sup>110</sup> no dia 21 de janeiro de 2020 me capturou pela possibilidade de pensar alguns dos fragmentos trazidos neste trabalho a partir de possíveis conexões com experiências vividas, processos de mobilização e experiências estéticas e simbólicas sem uma explicação racional ou acadêmica.

Neste vídeo, no qual a cantora apresenta algumas interessantes reflexões sobre a chegada da atriz Regina Duarte ao cargo de secretária especial de cultura do Governo Bolsonaro<sup>111</sup>, fiz uma viagem no tempo e me lembrei de forma *corporal* sobre o que significou (também para mim) ter assistido *Malu Mulher*<sup>112</sup>, e do quanto o seriado foi importante para tornar mais presentes e cotidianas as questões sobre emancipação feminina na sociedade brasileira<sup>113</sup>.

Como Zélia Duncan nos provoca, fazendo menção à atriz Regina Duarte como a protagonista *Malu*:

Ela, naquela época, era um símbolo libertário pra nós, de mulher que solta as amarras, de mulher que luta pra ser ela, que não vai abrir mão dessa luta. Por isso, gente, foi tão chocante ver a Regina apoiar um candidato completamente misógino, com discurso fascista, de extrema direita. Não foi só porque ela tava indo contra o que a gente, que gosta da liberdade, gosta

<sup>110</sup> Vídeo na íntegra disponível em <https://youtu.be/oxZ2AmThbAM>

<sup>111</sup> Aqui cabe uma pequena compilação dos fatos que antecedem esta mudança de gestão na pasta da Cultura. A exoneração do secretário especial de cultura do Governo Federal (Roberto Alvim), após um vídeo oficial em que reproduz fragmentos de Joseph Goebbels, ministro da propaganda do regime nazista de Adolf Hitler, ocorreu em 17 de janeiro de 2020, após grande repercussão na mídia e nos demais veículos de comunicação, tanto nacionais quanto internacionais, como pode ser melhor descrito na matéria publicada em 17 de janeiro de 2020. Link: <https://veja.abril.com.br/politica/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-e-demitido-apos-copiar-fala-de-nazista/> Acesso em 26 de janeiro de 2020. Após esta exoneração, o presidente Jair Messias Bolsonaro convida a atriz Regina Duarte para assumir a secretaria, e após alguns dias de 'namoro' e 'noivado', o convite foi aceito. Matéria publicada em 23 de janeiro de 2020. Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/01/23/interna\\_politica,1116504/em-periodo-de-testes-regina-duarte-escolhe-numero-2-na-cultura.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/01/23/interna_politica,1116504/em-periodo-de-testes-regina-duarte-escolhe-numero-2-na-cultura.shtml) Acesso em 26 de janeiro de 2020.

<sup>112</sup> *Malu Mulher* é uma série de televisão brasileira apresentada na Rede Globo de maio de 1979 a dezembro de 1980, criada e dirigida por Daniel Filho, tendo como protagonista a atriz Regina Duarte, uma mulher recém divorciada que tenta ganhar a vida sozinha, sem sofrer com os preconceitos da época. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Malu\\_Mulher](https://pt.wikipedia.org/wiki/Malu_Mulher) Acesso em 26 de janeiro de 2020.

<sup>113</sup> Ver matéria publicada em 24 de janeiro de 2020, no link: <https://portalpopline.com.br/zelia-duncan-fala-sobre-regina-duarte-e-seu-novo-papel-na-secretaria-de-cultura-do-governo-bolsonaro/> Acesso em 26 de janeiro de 2020.

de pensar de uma forma mais progressista e mais humanista... Não foi só porque tava indo de encontro ao que a gente pensava e queria... É porque era a Regina!!! Era a Malu Mulher!!! Caramba!!! A Malu Mulher não pode nos trair... A Malu Mulher é uma mulher de luta, uma mulher que sabe como é difícil ser mulher, que a gente tem que se transformar todo dia. E que quando a gente cresce um pouquinho e vai na rua pra comprar pão... Se a gente ainda não entendeu dentro da nossa própria casa o perigo de ser mulher, a hora que a gente for à esquina comprar um pão com o nosso peitinho crescendo a gente vai entender como é difícil ser mulher! Como é perigoso ser mulher. A Malu não pode nos trair. E foi esse o sentimento que eu tive, que muitas mulheres tiveram, e quiçá muitos homens também. De traição... Pô, a Malu Mulher... Só que a Malu Mulher é a Regina Duarte. Só que a Regina Duarte, assim como emprestou sua força e talento para aquela personagem, infelizmente se entregou a um discurso completamente fora, um discurso distópico, um discurso que nos fere<sup>114</sup>.

Aí pareceu inevitável que esses transbordamentos todos trazidos ao longo dessa tese pudessem ter alguma via para se transformarem em melodia e inspiração. Então que assim seja...

---

<sup>114</sup> Transcrição do vídeo, especificamente no período de 4'50" a 6'35" (total do vídeo 10'39")

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gláucia e HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 225-249.
- ALMEIDA, Edson Leandro de. **Escola sem homofobia: a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.
- ALMEIDA, Ana Luiza. O discurso que resiste: as narrativas sobre a homoafetividade feminina escritas por mulheres na literatura brasileira. *Revista Crioula*, n. 20, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, Apr. 2019.
- AUAD, Daniela & LAHNI, Cláudia Regina. Cidadania Democrática e Homossexualidades: comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas. *Emblemas* (Revista do Departamento de História e Ciências Sociais UFG – CAC), vol. 10, n. 2, p. 147-166, jul-dez. 2013.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas* 16(1): 207-28, 2008.
- BARBOSA, Eline Araújo dos Santos. Linguagem e Interação no WhatsApp. Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas) na UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Rondônia, 2006.
- BARBOSA, Mariana (Org.). **Pós-Verdade e Fake News, reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BASTOS, Liliana Cabral e SANTOS, William Soares dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.
- BATISTA, Monique Cristina Henares; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Uma pesquisa-intervenção sobre prevenção às IST/HIV com mulheres lésbicas e bissexuais. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 42-50, dez. 2017.
- BATISTA, Jean e BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 5, setembro 2017.
- BATISTA, Daniela Conegatti; SOUZA, Jane Felipe de. A lesbianidade materializada nos corpos (nem tão) femininos. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 81-100, abr. 2019.
- BERTA, Ruben. Vereador e bispo da Universal faz Câmara do Rio de Janeiro ter dia de igreja evangélica. Em: *Intercept Brasil*, 2017. Disponível em:

<https://theintercept.com/2017/10/02/vereador-e-bispo-da-universal-faz-camara-do-rio-ter-dia-de-igreja-evangelica/>. Acessado em: 23 sep. 2018.

BIANCHI, Naiade. Conhecimento lésbico: um ensaio sobre visibilidade na ciência. **Lesblianidades plurais – abordagens e epistemologias sapatonas**, Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; e Faria, Thais (Orgs.). Salvador, BA. Editora Devires, 2019.

BORGES, Lenise Santana; SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v.21, n. 3, p. 442-452, dez. 2009.

BRAGA, Keith, RIBEIRO, Arilda, CAETANO, Márcio. Discussões iniciais sobre lesbianidades e educação escolar. **e-Mosaicos**, 6, abr. 2017.

BRASIL, 2004. **Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**, São Paulo, 1(1): 199-207, 1º. Sem 1989.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro; 1 edição; Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. 1 Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. “Cuerpos que Importan” – **Sobre os límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a Ditadura Militar no Brasil. Revista **Periódicus**, Salvador, n.4, v.1, nov. 2015 - abr. 2016, p. 127-150.

CAETANO, M. [et al.] (organizadores). **Quando Ousamos Existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)**. 1 ed. - Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018.

CARRARA, Sérgio. **As mil máscaras da sífilis: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARRARA, Sérgio. et al. **Material didático**. Curso de especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, D.F.: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. CFP, Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 001/99**. Brasília: CFP, 1999.

COQUEIRO, Wilma. S. Sedução e homoerotismo no Bildungsroman de autoria feminina contemporânea: uma leitura de pérolas absolutas de Heloisa Seixas. Em Revista **Estação Literária**, v. 18, p. 39-56, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Amanda Elias de Oliveira; SILVA, Diego Marcos Vieira da e JÚNIOR, José, Ivaldo Lima. Reorientação sexual: compromisso científico ou subterfúgio para cura gay? **GEP NEWS**, Maceió, V.2, n.2, p. 198-203, abr./jun. 2018.

DANTAS, Clara Letícia de Araújo. Identidade lésbica em telenovelas brasileiras. Trabalho apresentado em **XII Conages**, 2016.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; NETO, André de Faria Pereira. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no facebook "Rio sem Homofobia-Grupo Público". **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

DA SILVA, Ricardo Desidério. Kit Anti-Homofobia: o vídeo Torpedo e suas tramas sobre a lesbianidade. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S.l.], p. 139-156, jun. 2017.

DEGANI-CARNEIRO, Filipe. "Psicólogos evangélicos": religiosidade e atuação profissional em Psicologia no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n.1, p. 75-88, abr. 2018.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DIATKINE, René. Homossexualidade feminina. In: MICHEL-WOLFROMM, Hélène et al. **O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual**. São Paulo: Editôra Mestre Jou, 1970.

DOMINGUES, Octávio. **Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios – em cinco lições**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série IV, Iniciação Científica, Vol. II, 1933.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DOTTA, Alexandre Godoy. Visibilidade e vulnerabilidade do Movimento LGBT no Brasil. **Anais do EVINCI - UniBrasil**, 2, nov. 2016.

DOURADO, Luiz Angelo. **Homossexualismo (masculino e feminino) e Delinqüência**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

DOYLE, Iracy. **Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina**. Rio de Janeiro, LUX, 1956.

ESCOBAR, Geanine Vargas e BAPTISTA, Maria Manoel R. T. O pensamento das mulheres negras e a lesbianidade negra em contexto lusófono. Trabalho apresentado no **V Congresso Internacional de Estudos Culturais**, 2016.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules-France. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p.122-128.

FRANÇA, Thaís & PADILHA, Beatriz. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. **Configurações**, 12, 41, 2013.

FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Tesouradas. Gênero e sexualidade nas representações das lesbianidades. In: Dalcira Ferrão; Lucas Henrique de Carvalho; Thiago Coacci (Org.). Belo Horizonte: **Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais**, 2019, v. 1, p.196-220.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

GERENT, Luciane Caroline. **Experiências de maternidades lésbicas na escola: o (não) lugar de duas mães**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) apresentado ao Centro de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - orientadora, Claudia Regina Nichnig - Florianópolis, SC, 2016.

GAGNON, John H. O uso explícito e implícito da perspectiva da roteirização nas pesquisas sobre a sexualidade (1991). In: \_\_\_\_\_. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GENESINI, Silvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP São Paulo**, n.116, p.45-58, jan/fev/mar 2018.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONCALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p.175-199, Aug. 2019 .

GRANGEIRO, Alexandre; CASTANHEIRA, Elen Rose; NEMES, Maria Inês Battistella. A re-emergência da epidemia de aids no Brasil: desafios e perspectivas para o seu enfrentamento. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 19, n. 52, p. 5-8, Mar. 2015 .

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000, p. 271-295.

GROSSI, Miriam Pillar. O pensamento de Monique Wittig. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA, v. 4, n. 2, p. 83-90, abr-jun 2018. ISSN 2525-6904.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. **“Uma lésbica é uma mulher?”: vozes e silêncios**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HASCEMBERG, Ayrton; ENDO, Patrícia Takako; CAMELO, Marjony Barros. Redes sociais como ferramenta de apoio a movimentos civis: Uma análise qualitativa no movimento LGBT caruarense. Trabalho apresentado no IJ 7 Comunicação, Espaço e Cidadania do **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, Caruaru: PE - 07 a 09 de julho de 2016.

HOLANDA, Caroline Sátiro de e JESUS, Ingrid Santos de. Azul é a cor mais quente: uma análise feminista. Trabalho apresentado no **3º Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Paraíba: 2017.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Argumentos**, Fortaleza, v. 18, n. 9, p.95-106, jul. 2017.

KEYES, Ralph. **Era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LESSA, Patrícia. Visibilidade lésbica e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim ChanacomChana. Niterói, **Gênero**, v. 8, n. 2, p. 301 – 333, 1º sem 2008.

LIONÇO, Tatiana. **Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta**. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2018.

LIONCO, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018.

LIMA, Michael Augusto Souza de. **Vulnerabilidade e prevenção às DST's nas práticas afetivo-sexuais de lésbicas**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMA, Sara Regina de Oliveira. HQ e Cinema: uma leitura sobre as lesbianidades em Azul é a cor mais quente. Em **Outras Fronteiras**: vol. 4, n. 1 (2017).

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MACHADO, Isadora Vier e DURÃES, Thaís da Silva. Lesbianidades e Lei Maria da Penha: Problematizações a partir de uma análise jurisprudencial nos tribunais no sul do país. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas** - Universidade Federal da Paraíba V. 6 - No 02 - Ano 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos, PICCOLO, Fernanda Delvalhas, ZUCCO, Luciana Patrícia e MOTA, Murilo Peixoto da. Homofobia, movimentos sociais e epidemia de AIDS na percepção das lideranças religiosas. Em: MACHADO, M.D.C. e PICCOLO, F.D. (Orgs). **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MACIEL, Patrícia Daniela; GARCIA, Maria Manuela Alves. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230022, 2018.

MACEDO, Cleber Michel Ribeiro de e SÍVORI, Horacio Federico. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n.4, p.1415-1436. UERJ: 2018.

MAIA, Carolina. **Trocando Histórias, fazendo pontes: escritas e redes na imprensa lésbica brasileira**. In: Quando Ousamos Existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). 1 ed. - Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo "ideologia de gênero". **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p.117-131, 2018.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. Entre o racismo e a lesbofobia: relatos de ativistas negras lésbicas do Rio de Janeiro. Em **Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

MARQUES, M. C. da C.: Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 9 (suplemento): 41-65, 2002.

MARTINS, Emanuelle Azevedo; GONÇALVES, Kênia Carolina; MIRANDA FILHO, Renato. Caracterizando a campanha presidencial brasileira em 2018 usando dados do Twitter. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING (BRASNAM), 8, 2019, Belém. **Anais do VIII Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, July 2019. p. 131-142.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p.573-586, dez. 2018.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 247-285, 1998.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 535-547, set. 2006.

MEIRELES, Ariane Celestino, HOFFMAN, Lucimary & MAMED, Marcelo dos Santos. Lésbicas, bissexuais, cis, professoras: notas sobre cotidianos escolares. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP**, N.o 4, maio de 2016.

MESTRE, Débora. Presença lésbica na literatura brasileira: as estratégias de Cassandra Rios. Trabalho apresentado no **3º. Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Paraíba: 2017.

MEZZARI, Danielly Christina Souza e SOUZA, Leonardo Lemos de. Do Amor entre Mulheres: narrativas de amor e lesbianidades. Revista **Periódicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p.192-214.

MICHEL-WOLFROMM, Hélène et al. **O Ato Sexual Normal e Psicopatologia Sexual**. São Paulo: Editôra Mestre Jou, 1970.

MORAIS, Beatriz de Lima. Corpos profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico. Revista **Textos Graduados** – Número 1, Volume 3, Dezembro 2017, p. 81-92.

MOSCHETA, Murilo dos Santos, FEBOLE, Daniele da Silva, ANZOLIN, Bárbara, Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change** [en linea] 2016.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.14, n.2, p. 509-521, set. 2006 .

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, abr. 2018.

NUNES, Virgínia de Santana Cordolino. **Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Larissa Carraro de. **Marielle Franco: um estudo da trajetória feminina no âmbito político brasileiro**. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em ciências humanas (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Profª Drª Célia da Graça Arribas. Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, Leandra Sobral. **Representação de sexualidade que orienta práticas educativas no Brasil desde o final do século XIX**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura Contemporânea da Universidade Estácio de Sá, sob orientação do Prof. Dr. Tarso Bonilha Mazzotti, como requisito básico para obtenção do título de mestre. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Leandra Sobral e JACÓ-VILELA, Ana Maria. A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. **Quaderns de Psicologia**, vol. 19, n. 3, 2017, p. 241-251.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana Rocha. Diálogos sobre lesbianidades: uma breve incursão histórica e análise das produções recentes. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.l.], v. 1, n. 02, p. 07-28, june 2018.

OLIVEIRA, Leandra Sobral; MATTOS, Amana Rocha. Narrativas de lésbicas sobre o avanço dos discursos ultraconservadores no cenário atual. **Lesbianidades plurais – abordagens e epistemologias sapatonas**, Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; e Faria, Thais (Orgs.). Salvador, BA. Editora Devires, 2019.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Revista **Periódicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 6-19.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Precisam as lésbicas de identidade? **Lesbianidades plurais – outras produções de saberes e afetos**, Soares, Mayana Rocha; Brandão, Simone; e Faria, Thais (Orgs.). Salvador, BA. Editora Devires, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. Kit de combate a homofobia do MEC: a polemização em torno dos recursos audiovisuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 319-334, maio 2017.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. (2018) “Ideologia de gênero” em movimento. **Psicologia Política**, 18(43), p. 503-523.

PAULINO, Alessandro Garcia. A visibilidade lésbica nas pedagogias de cinema. Em **VIII Seminário de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação**. UFSC, 2016.

PIRES, Beatriz Arcoverde Bezerra. **Questionando padrões: uma análise das representações lésbicas e idosas da telenovela Babilônia**. 2016. 97 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PORTUGAL, Francisco Teixeira e JACÓ-VILELA, Ana Maria. Fazendo Gênero na História da Psicologia. Em: Portugal, F. T. e Jacó-Vilela, A.M. (Orgs.) **Clio-Psyché: gênero, psicologia, história**. Rio de Janeiro: NAU, 2012.

PRADO, Vagner Matias do. O amor entre elas: a desconstrução da heterossexualidade e da família nuclear, a partir das representações de um filme comercial sobre lesbianidades. Em **ULBRA**, vol. 18, n. 38 (2016).

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n.41, p.31-47, ago. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. A lesbianidade e a surdez. **Revista Periodicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 179-191.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, n.5, [1980] 2010, p. 17-44.

ROHDEN, Fabíola (2012). Narrativas científicas e definição de identidades: a questão de gênero e a ênfase no biológico. Em: Francisco Teixeira Portugal & Ana Maria Jacó-Vilela (Orgs.), **Cliopsyché: gênero, psicologia, história** (pp. 69-90). Rio de Janeiro: NAU.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. **História** (São Paulo) v.31, n.1, p. 365-391, jan/jun 2012.

ROSA, Katemari Diogo, CAETANO, Marcio e CASTRO, Paula Almeida de. **Gênero e sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos** [Livro eletrônico]./Katemari Diogo da Rosa, Marcio Caetano, Paula Almeida de Castro (organizadores). Campina Grande: Realize Editora, 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P; M.; SHNEIDER, B. E. (Ed.). **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader**. New York: Routledge, 1998, p.100-133.

SANTOS, Ana Cristina C., SOUZA, Simone Brandão e FARIA, Thaís. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Revista Periodicus**, Salvador, n.7, v.1, maio-out 2017, p. 1-5.

SANTOS, Fabia Monica Souza dos. A vida tem disso. **Cotidiano nu e cru**. Patrícia Biegging (Org.). Série A Vida em Crônicas. São Paulo: Peripécia, 2019.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos; FREITAS, Rita; CEARA-SILVA, Glauber Lucas. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 124-141, abr. 2019.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. **Revista Periodicus**, v. 1, n. 7, 2017.

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos têm sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), UFBA, 2016.

SOARES, Naira Évine Pereira. “Para eles eu não existo” - a invisibilidade da negra não heterossexual nas telenovelas brasileiras. **Revista Periodicus**, n.7, v. 1, 2017.

SOARES, Suane Felipe, PERES, Milena Cristina Carneiro e DIAS, Maria Clara Marques. Lesbocídio: as histórias que ninguém conta. Resumo apresentado no **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Bahia, 2017.

SOUZA, J. L. A.; ARAUJO, D. C.; PAULA, D. A. Mídia social WhatsApp: uma análise sobre as interações sociais. **Revista Alterjor**, V, 1, nº 11, 2015.

LAURINDO-TEODORESCU, L., TEIXEIRA, P.R. **Histórias da aids no Brasil, 1983-2003**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais; 2015.

VALIM, P. e FERNANDES, F. B. M. “Quanto mais purpurina melhor”: questões de gênero e sexualidade no Brasil do governo Bolsonaro. In: B823. **Brasil: incertezas e submissão?** - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

VEIGA, Luis Fernando da. Armário de vidro e as chaves perdidas: sobre políticas públicas e direitos sexuais da população LGBT. **Anais da Jornada de Pesquisa em Psicologia da UNISC** (Universidade de Santa Cruz do Sul), 2016.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

## ANEXO A - Letras

### ***Começar de novo***

Voz: Simone

Composição: Ivan Lins / Vitor Martins (1979)

Disponível em: <https://youtu.be/1BZakbzfBNw>

*Começar de novo e contar comigo  
 Vai valer a pena ter amanhecido  
 Ter me rebelado, ter me debatido  
 Ter me machucado, ter sobrevivido  
 Ter virado a mesa, ter me conhecido  
 Ter virado o barco, ter me socorrido  
 Começar de novo e contar comigo  
 Vai valer a pena ter amanhecido  
 Sem as tuas garras, sempre tão seguras  
 Sem o teu fantasma, sem tua moldura  
 Sem tuas escoras, sem o teu domínio  
 Sem tuas esporas, sem o teu fascínio  
 Começar de novo e contar comigo  
 Vai valer a pena ter amanhecido  
 Sem as tuas garras, sempre tão seguras  
 Sem o teu fantasma, sem tua moldura  
 Sem tuas escoras, sem o teu domínio  
 Sem tuas esporas, sem o teu fascínio  
 Começar de novo e contar comigo  
 Vai valer a pena já ter te esquecido*

### ***Pra começar***

Voz: Marina Lima

Composição: Antônio Cícero / Marina Lima (1986)

Disponível em: [https://youtu.be/UV\\_n-4Ug6w0](https://youtu.be/UV_n-4Ug6w0)

*Pra começar  
 Quem vai colar  
 Os tais caquinhos  
 Do velho mundo  
 Pátrias, Famílias, Religiões  
 E preconceitos  
 Quebrou não tem mais jeito  
 Agora descubra de verdade  
 O que você ama...  
 Que tudo pode ser seu  
 Se tudo caiu  
 Que tudo caía  
 Pois tudo raía  
 E o mundo pode ser seu  
 Pra terminar.  
 Quem vai colar  
 Os tais caquinhos  
 Do velho mundo...*

### **Ponto de partida**

Voz: Marjorie Estiano

Composição: De Castilho Alexandre Silveira / De Aquino Andre Vale Silva / Neto Victor Henrique Pozas / Lemos Alexandre Ministerio (2007)

Disponível em: <https://youtu.be/LD5rr--lmlI>

*Muito pouco pra dizer, nada pra guardar  
 Hoje é só um outro começo  
 Outras ondas de outro mar vão rodar o mundo  
 E para onde vão eu conheço  
 Não é bom nem é ruim nada pra fazer  
 A mesma vida olhando para mim  
 O mesmo rosto dizendo que não  
 Flores da mesma estação  
 Quem eu não sou, onde eu não vou quando eu não estou  
 Se eu tivesse outros olhos para ver  
 Só mais uma vez, uma chance, um novo começo  
 Ser quem eu não sou...  
 Muita coisa para querer nada pra gostar  
 Esses dias eu não esqueço  
 Nem precisa adivinhar como vão às coisas  
 Nada vai sair do lugar  
 Não é bom nem é tão mal nada pra sorrir  
 Nada vai sair no jornal  
 A mesma historia, o mesmo clichê  
 Tudo de novo pra que?  
 Quem eu não sou, onde eu não vou quando eu não estou  
 Se eu tivesse outros olhos para ver  
 Só mais uma vez, uma chance, um novo começo  
 Quem eu não sou, onde eu não vou quando eu não estou  
 Se eu tivesse outros olhos para ver  
 Só mais uma vez, uma chance, um novo começo  
 Ser quem eu não sou...  
 O que há lá fora além de todo tempo que não para de chegar  
 Deixar o sol entrar pela janela e ver outra pessoa  
 Quem eu não sou, onde eu não vou quando eu não estou  
 Se eu tivesse outros olhos para ver  
 Só mais uma vez, uma chance, um novo começo  
 Ser quem eu não sou...*

### **Há tempos**

Voz: Renato Russo / Legião Urbana

Composição: Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá / Renato Russo (1989)

Disponível em: <https://youtu.be/8z-fxcdHmDE>

*Parece cocaína mas é só tristeza, talvez tua cidade  
 Muitos temores nascem do cansaço e da solidão  
 Descompasso, desperdício  
 Herdeiros são agora da virtude que perdemos  
 Há tempos tive um sonho  
 Não me lembro, não me lembro  
 Tua tristeza é tão exata  
 E hoje o dia é tão bonito*

*Já estamos acostumados  
 A não termos mais nem isso  
 Os sonhos vêm e os sonhos vão  
 E o resto é imperfeito  
 Disseste que se tua voz  
 Tivesse força igual  
 À imensa dor que sentes  
 Teu grito acordaria  
 Não só a tua casa  
 Mas a vizinhança inteira  
 E há tempos nem os santos  
 Têm ao certo a medida da maldade  
 E há tempos são os jovens que adoecem  
 E há tempos o encanto está ausente  
 E há ferrugem nos sorrisos  
 Só o acaso estende os braços  
 A quem procura abrigo e proteção  
 Meu amor!  
 Disciplina é liberdade  
 Compaixão é fortaleza  
 Ter bondade é ter coragem  
 Lá em casa tem um poço  
 Mas a água é muito limpa*

### **Mesmo que seja eu**

Voz: Marina Lima

Composição: Erasmo Carlos / Roberto Carlos (1984)

Disponível em: <https://youtu.be/a15w8il5wls>

*Sei que você fez os seus castelos  
 E sonhou ser salva do dragão  
 Desilusão meu bem  
 Quando acordou, estava sem  
 ninguém...  
 Sozinha no silêncio do seu quarto  
 Procura a espada do seu salvador  
 E no sonho se desespera  
 Jamais vai poder livrar você da  
 fera da solidão..  
 Com a força do meu canto  
 Esquento o seu quarto prá secar  
 Seu pranto  
 Aumenta o rádio  
 Me dê a mão..  
 Você precisa é de um homem  
 Prá chamar de seu  
 Mesmo que esse homem seja eu...  
 Um homem pra chamar de seu  
 mesmo que seja eu...*

### **Ninguém beija como as lésbicas**

Voz: Velhas Virgens

Composição: A. Dias / P. Carvalho (2009)

Disponível em: [https://youtu.be/EQM3KcO\\_E5Y](https://youtu.be/EQM3KcO_E5Y)

*A gente beija já de pau duro, pensando no escuro, na penetração*  
*A gente beija com a cabeça no futuro, sonhando com o furo a ser preenchido*  
*A gente beija pegando nas tetas, de olho nas metas e nas nádegas*  
*A gente beija já indo pro pescoço, apalpando o dorso, liquidificando o ouvido*  
*Mas elas não...*  
*Ninguém beija como as lésbicas*  
*A gente beija exagerando no abraço, com o nervo de aço pronto pra entrar em ação*  
*A gente beija quase que dirigindo nossa própria película de sexo explícito*  
*A gente beija como roto roter, violentamente, pra passar pro próximo estágio*  
*A gente beija mordendo os lábios, bancando os sábios, atenciosos como adolescentes*  
*Mas elas não...*  
*Ninguém beija como as lésbicas*  
*Eu quero olhar, eu posso olhar*  
*Eu só quero olhar, me deixa olhar pra vocês*  
*E se quiser nós podemos ser três*  
*Ninguém beija como as lésbicas*  
*O beijo pra elas não é rito de passagem*  
*Não é preliminar, é curtição*  
*O beijo pra elas é o amor completo*  
*É o amor sem táticas*  
*Ninguém beija como as lésbicas*  
*Ninguém beija como as lésbicas*

### **De pés no chão**

Voz: Rita Lee e Tutti Frutti

Composição: Rita Lee (1974)

Disponível em: <https://youtu.be/bbXDNK3bNq0>

*Sim, eu sou um deles*  
*E gosto muito muito de sê-lo*  
*Porque faço coleção*  
*De lacinhos cor-de-rosa*  
*E também de sapatão*  
*Mas o que eu quero mesmo*  
*É por os meus pés no chão*  
*É só questão de gosto*  
*Lacinhos cor-de-rosa ficam bem*  
*Num sapatão, uh yeah?*  
*Eu nasci descalça*  
*Pra que tanta pergunta?*

***Todos os verbos***

Voz: Zélia Duncan

Composição: Marcelo Jeneci / Zélia Duncan (2009)

Disponível em: <https://youtu.be/gL6y4z7NkGs>

*Errar é útil  
Sofrer é chato  
Chorar é triste  
Sorrir é rápido  
Não ver é fácil  
Trair é tátil  
Olhar é móvel  
Falar é mágico  
Calar é tático  
Desfazer é árduo  
Esperar é sábio  
Refazer é ótimo  
Amar é profundo  
E nele sempre cabem de vez  
Todos os verbos do mundo  
E nele sempre cabem de vez  
Abraçar é quente  
Beijar é chama  
Pensar é ser humano  
Fantasiar também  
Nascer é dar partida  
Viver é ser alguém  
Saudade é despedida  
Morrer um dia vem  
Mas amar é profundo  
E nele sempre cabem de vez  
Todos os verbos do mundo  
E nele sempre cabem de vez*

**ANEXO B** - Panfleto LGBTs contra Bolsonaro (distribuído na 23ª Parada LGBT, SP, 2019)

# LGBTs

## contra Bolsonaro

Este ano a **Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**, que acontece no dia 23 de junho, terá como tema "50 anos de Stonewall". A Revolta de Stonewall representa um conjunto de manifestações espontâneas da população LGBT+ contra a invasão da polícia de Nova Iorque no bar "Stonewall Inn." em 28 de junho de 1969, que servia como um ponto de encontro para a comunidade na época.

Em se tratando dos EUA nos anos 50 e 60, além de ser extremamente difícil se assumir LGBT+, poucos espaços recebiam quem se assumisse. Nestes que recebiam, a violência policial era rotineira. A partir de Stonewall tivemos um horizonte de organização do movimento LGBT+ internacionalmente, **marcado pela combatividade contra o sistema.**

**Aqui no Brasil a história do movimento LGBT+ não é menos combativa.** Tivemos o Somos, o primeiro grupo organizado para homossexuais no Brasil. Houve participação no 1º de maio de 1980 no ABC, em plena ditadura militar. A resistência de travestis e mulheres transexuais nos anos 80 contra a Operação Tarântula, uma política estatal de extermínio de pessoas trans aqui em São Paulo através da polícia militar. E o Ferro's Bar, um bar frequentado entre os anos 60 e 90 por mulheres lésbicas, que se articularam politicamente contra a tentativa do proprietário do bar de proibir a venda da revista "Chana com Chana", que elas produziam.

Hoje, apesar de alguns avanços, ainda

nos falta muito para podermos viver — principalmente com dignidade. Num momento de retirada de direitos, retrocessos e fortalecimento do conservadorismo e do reacionarismo, estamos lutando e não estamos derrotados! É necessário lembrarmos dos nossos tantos precursores, no Brasil e no mundo, principalmente Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, que deram início à revolta em Stonewall, **para retomar a radicalidade que funda nosso movimento.**

Para nós LGBT+ que temos que trabalhar para ter o pão na mesa, o projeto do governo Bolsonaro para o Brasil nos atinge de forma mais pesada: Primeiro **pelo seu caráter de classe**, que insiste, a todo momento, em retirar uma série de conquistas históricas da população trabalhadora, conseguidas através de muita luta e sangue derramado. Segundo pelo discurso oficial do Governo da República que legitima que nos considerem uma "população de segunda classe", que anuncia que nossas vidas valem menos, **que retira nossa humanidade.**

É fundamental que, neste momento do nosso país, busquemos uma unidade entre toda a população trabalhadora, **não apenas para resistir, mas também para avançar!** A Parada não pode estar fora desse processo. Evento esse que possui raiz histórica de luta por direitos, que une aproximadamente três milhões de pessoas na principal avenida da América Latina, não pode se omitir de tomar partido nesse cenário político. Devemos usar deste espaço

da Parada LGBT para ir além da festa: Este bloco serve para dizer que não ficaremos em silêncio, que não aceitaremos a retirada de nossos direitos e nem os absurdos falados diariamente pelo Presidente Bolsonaro.

**Construímos um bloco classista disposto a unir diversas organizações, partidos políticos, sindicatos, coletivos e ativistas independentes para barrar os retrocessos do governo,** tais como: o fim da previdência social; os ataques de toda espécie ao direito do trabalho; o desmonte da educação superior e básica; o desmonte da saúde, principalmente nas políticas de tratamento/prevenção ao HIV/AIDS; o pacote anticrime de Moro, que cria um novo patamar no extermínio da população negra; o Escola Sem Partido e a perseguição do debate de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Para além disso, queremos dizer que vidas LGBT+ importam! Que vidas negras e dos povos originários importam! Que a vida das mulheres importa! Que não aceitaremos mais machismo, feminicídio e

transfeminicídio! Para que pessoas como Marielles, Luanas, Matheusas e Dandaras não sejam silenciadas por serem pessoas fora do padrão de heterocisnormatividade.

Convidamos toda a população LGBT+ trabalhadora à luta contra a reforma da previdência. Do mesmo modo, convidamos toda a população trabalhadora não LGBT+ para a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo dia 23 de junho!

É ótimo que tenhamos um dia para nos orgulhar por ser quem somos, para que possamos beijar e passear na luz do dia sem precisar nos esconder. Mas melhor ainda é que qualquer pessoa LGBT+ não precise se esconder dia nenhum, que toda pessoa LGBT+ tenha direito e acesso à educação desde cedo e até o ensino superior, à saúde especializada, à moradia digna. É importante que nenhum grupo tenha uma expectativa de vida que seja de 35 anos, como é o caso da população trans. **Não podemos esquecer o caráter político da Parada e encará-la apenas como uma festa. Bolsonaro, não!**

**CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!**

**CONTRA OS CORTES DA EDUCAÇÃO E O ESCOLA SEM PARTIDO!**

**CONTRA OS CORTES DA SAÚDE E QUALQUER CORTE NA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO AO HIV/AIDS!**

**CONTRA O PACOTE ANTICRIME DE MORO!**

**PELA VIDA DAS LGBT+, DA POPULAÇÃO NEGRA E DAS MULHERES!**

**PELO RESGATE À COMBATIVIDADE HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT+!**

**CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA LUTA LGBT+!**



Leia mais no  
Manifesto

ASSINAM ESSE MANIFESTO: ACEPUSP, Casa Neon Cunha; Casa 1; Coletivo LGBT Comunista; Coletivo LGBT; Prisma - Dandara dos Santos; CSP-Conlutas; ENECOS; ENESSO, Juntos!, Juventude Manifesta; LGBT Sem Medo; MML - Movimento Mulheres em Luta; Movimento Vivas; MTST; Partido Comunista Brasileiro - PCB; PSTU; Rebelião - Juventude da Revolução Socialista; Resistência - PSOL; RUA Juventude Anticapitalista; Setorial LGBTQIA+ PSOL SP; SINTRAJUD; União da Juventude Comunista - UJC e independentes.

Convidamos todas que querem somar na luta para  
nossa próxima atividade:  
**50 ANOS DE STONEWALL - CURTAS LGBTs**  
05/07, 19h, Largo do Arouche